

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES
DO JEQUITINHONHA E MUCURI

CAMPUS MUCURI MINAS GERAIS
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS E EXATAS



PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE
GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS

BACHARELADO
MODALIDADE PRESENCIAL
VIGÊNCIA A PARTIR DE FEVEREIRO DE 2019

ATUALIZADO EM 17/03/2021

**PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE CIÊNCIAS
CONTÁBEIS**

FEVEREIRO/2019

Reitor	Prof. Dr. Gilciano Saraiva Nogueira
Vice Reitor	Prof. Dr. Cláudio Eduardo Rodrigues
Coordenador do Curso de Ciências Contábeis	Prof. Dr. Vasconcelos Reis Wakim
Núcleo Docente Estruturante	Profa. Dra. Aline Fagundes dos Santos Profa. Dra. Elizete Aparecida de Magalhães Profa. M.Sc. Kenia Fabiana Cota Mendonça Profa. M.Sc. Lis Daiana Bessa Taveira Prof. M.Sc. Salvador Soares Melo Junior Prof. M.Sc. Simão Pereira da Silva Profa. M.Sc. Sorele Carpaneze Veiga Correa Prof. Dr. Vasconcelos Reis Wakim

SUMÁRIO

1	CARACTERIZAÇÃO DO CURSO.....	4
1.1	Fundamentação Legal.....	4
2	APRESENTAÇÃO	7
2.1	Breve Histórico do Curso	8
2.2	Contexto Atual das Ciências Contábeis.....	9
2.2.1	No Setor Privado	9
2.2.2	No Setor Público.....	12
2.3	Exigências Atuais para o Curso de Ciências Contábeis.....	14
2.3.1	Diretrizes Curriculares.....	15
3	JUSTIFICATIVA	18
4	ADMINISTRAÇÃO ACADÊMICA DO CURSO.....	21
5	OBJETIVOS GERAL E ESPECÍFICOS.....	23
6	PERFIL DO EGRESSO	25
7	COMPETÊNCIAS E HABILIDADES	27
8	CAMPO DE ATUAÇÃO DO PROFISSIONAL	29
9	PERFIL EMPREENDEDOR DO DISCENTE CONTÁBIL	30
10	PROPOSTA PEDAGÓGICA.....	31
11	ORGANIZAÇÃO CURRICULAR	33
11.1	Matriz Curricular	33
11.1.1	Núcleo de Formação Geral.....	34
11.1.2	Núcleo de Formação Complementar	35
11.1.3	Integralização do Curso	36
11.1.4	Fluxograma.....	45
11.2	Ementário e Bibliografias	46
11.3	Estágio Curricular Supervisionado.....	111
11.4	Atividades Complementares.....	113
11.5	Trabalho de Conclusão de Curso.....	113
11.6	Creditação da Extensão	113
12	ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DO PPC	115
13	AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM	117
14	AÇÕES PEDAGÓGICAS INCLUSIVAS	119
	REFERÊNCIAS	120
	APÊNDICES.....	122
	APÊNDICE A - MANUAL DE ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO	123
	APÊNDICE B - MANUAL DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO	154
	APÊNDICE C - MANUAL DE ATIVIDADES COMPLEMENTARES	198
	Acordo de oferta de disciplinas.....	208

1 CARACTERIZAÇÃO DO CURSO

DADOS DA INSTITUIÇÃO	
Instituição	Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri - UFVJM
Endereço	<i>Campus Mucuri</i> – Rua do Cruzeiro, nº 01 - Jardim São Paulo
CEP/Cidade	39803-371 / Teófilo Otoni (MG)
Código da IES no INEP	596
DADOS DO CURSO	
Nome do Curso	Ciências Contábeis
Área de conhecimento	Administração
Grau	Bacharelado
Título acadêmico conferido	Bacharel em Ciências Contábeis
Modalidade de ensino	Presencial
Regime de matrícula	Semestral
Tempo de duração	6,5 Anos (78 meses)
Carga horária mínima:	3.015 horas
Período de Integralização	Mínimo de 4,5 anos e Máximo de 6,5 anos
Número de vagas oferecidas:	30 por semestre
Turno de funcionamento	Noturno
Local de funcionamento	<i>Campus Mucuri</i> – Rua do Cruzeiro, nº 01 - Jardim São Paulo
Forma de ingresso	Processo Seletivo; Reopção de Curso; Transferência de Outra Instituição; Obtenção de Novo Título; Rematrícula; Programa de Estudantes-Convênio de Graduação - PEC-G; Transferência <i>ex officio</i> .
Ano de início do Curso	2006
Atos legais de Criação/Reconhecimento e Renovação de reconhecimento do curso	Ata COSUP 229 de 31/12/2006, Autorização: Portaria UFVJM Nº 120 de 22 de fevereiro de 2007, Reconhecimento (Portaria SERES/MEC nº 541 de 24 de outubro de 2013) e Renovação de Reconhecimento (Portaria SERES/MEC Nº 273, de 03 de abril de 2017.

1.1 Fundamentação Legal

- CF/88, arts. 205, 206 e 208, na NBR9050/2004, da ABNT, na Lei Nº 10.098/2000, na Lei 13.146/2015, nos Decretos Nº 5.296/2004, Nº 6.949/2009, Nº 7.611/2011 e na Portaria Nº 3.284/2003 – Prevê as condições de acessibilidade para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, conforme disposto.
- CF/88, arts. 207; Lei nº 9394/96 - Princípio da indissociabilidade do ensino, pesquisa e extensão Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014: Plano Nacional de Educação 2014/2024 – Meta 12 – Estratégia: 12.7: Assegurar, no mínimo, 10% (dez por cento) do total de créditos curriculares exigidos para a graduação em programas

e projetos de extensão universitária, orientando sua ação, prioritariamente, para áreas de grande pertinência social. – Curricularização da Extensão.

- Lei nº. 11.788, de 25 de setembro de 2008. Dispõe sobre o Estágio de estudantes.
- Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012- Dispõe sobre a Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista.
- Decreto 5626, de 22 de dezembro de 2005 - Regulamenta a Lei 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS, e o Art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000.
- Resolução CNE/CP nº. 2, de 15 de junho de 2012. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação em Direitos Humanos.
- Resolução CNE/CP nº. 1, de 30 de maio de 2012. Parecer CNE/CP nº 14/2012. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental.
- Resolução CNE/CP nº. 1, de 17 de junho de 2004 - Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana e Indígena.
- Resolução nº 01, - CONAES de 17 de junho de 2010. - Dispõe sobre o Núcleo Docente Estruturante – NDE.
- Parecer CONAES, nº 4 de 17 de junho de 2010 - Dispõe sobre o Núcleo Docente Estruturante – NDE.
- Resolução nº 22 CONSU, de 06/12/2013 - Projeto de Desenvolvimento Institucional – PDI da UFVJM
- Resolução nº 22 CONSEPE, de 16 de março de 2017 - Estabelece normas para o Trabalho de Conclusão de Curso da UFVJM.
- Resolução nº 5 CONSEPE, de 23 de abril de 2010 - Regulamenta as Atividades Complementares - AACC no âmbito da UFVJM.
- Resolução nº 04, CONSEPE, de 10 de março de 2016. - Institui o NDE nos Cursos de Graduação da UFVJM.
- Resolução nº 5, CONSEPE, de 20 de maio de 2011 - Dispõe sobre o Regulamento dos Cursos de Graduação da UFVJM.
- Resolução Nº 17-CONSEPE, de 24 de agosto de 2016 - Revoga, *ad referendum* do CONSEPE, o art. 5º e parágrafos da Resolução nº 21 CONSEPE, de 25 de julho de 2014 e das outras providências.
- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB 9394/96.

- Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Ciências Contábeis – Resolução CNE/CES Nº10, de 16 de dezembro de 2004.
- Resolução do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) nº 560 de 1983 que trata das prerrogativas do profissional da contabilidade, dentre elas a do magistério do ensino superior.

2 APRESENTAÇÃO

Diante da reconhecida importância das Ciências Contábeis em fóruns acadêmicos interdisciplinares nacionais e internacionais, em órgãos públicos e em fóruns do setor produtivo na atual conjuntura socioeconômica e geopolítica mundial, das diretrizes de ensino da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM), das diretrizes curriculares do Ministério da Educação e Cultura (MEC), da Proposta Nacional de Conteúdo para o Curso de Graduação em Ciências Contábeis da Fundação Brasileira de Contabilidade e do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), das necessidades demandadas do profissional de Ciências Contábeis pelo mercado de trabalho, altamente exigente e competitivo, da necessidade de atualização do projeto pedagógico do Curso de Ciências Contábeis discutida desde 2008 apresenta-se a Proposta de Reforma do Projeto Pedagógico do Curso de Ciências Contábeis da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas e Exatas (FACSAE) da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM).

A presente proposta é resultado de um amplo debate interdisciplinar provocado pelo Departamento de Ciências Contábeis (DCCO) desde julho de 2008, que se fortaleceu sob a atuação do seu Núcleo Docente Estruturante (NDE) a partir de 2010, e ora se concretiza. À luz da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) das diretrizes do MEC e da Resolução Consepe nº 20/2013, esta proposta tem como objetivo geral assegurar a qualidade do ensino de Ciências Contábeis da UFVJM.

Neste sentido, a busca do equilíbrio entre as disposições normativas da UFVJM e seu processo de flexibilização, a adequação às diretrizes curriculares definidas pelo MEC e as orientações das entidades de classe, como a Fundação Brasileira de Contabilidade (FBC) e o CFC permitiram o delineamento da estrutura conceitual que serviu de referencial para a elaboração da nova proposta curricular.

A presente estrutura conceitual contempla o objetivo do curso, o perfil desejado do formando em termos do desenvolvimento das competências e habilidades profissionais, o sistema de avaliação, o estágio supervisionado, as Atividades Complementares (AC) e o Trabalho de Conclusão do Curso (TCC), prescritos pela Resolução CNE/CES nº. 10/04.

De forma geral, a proposta apresentada demonstra a preocupação com a qualidade, a atualização permanente e a flexibilidade do curso de Ciências Contábeis na UFVJM, em Minas Gerais e no País, permitindo atender às demandas acadêmicas de ensino, pesquisa e extensão,

ao mesmo tempo em que se adapta permanentemente às exigências de um mercado cada vez mais seletivo e competitivo, através de uma estrutura curricular flexível e dinâmica.

A proposta se apresenta como uma contribuição para a modernização da formação do Bacharel em Ciências Contábeis da UFVJM, concebida em três eixos fundamentais, quais sejam: (1) atender as novas orientações pedagógicas; (2) incorporação e aperfeiçoamento dos conteúdos inerentes às exigências do mercado de trabalho; e (3) aderência ao modelo de flexibilização curricular defendido pela Universidade, que se acredita caminhar para a garantia da qualidade dos cursos.

2.1 Breve Histórico do Curso

O Curso de Ciências Contábeis da FACSAB do *Campus* do Mucuri da UFVJM teve início no segundo semestre de 2006. Devido ao fato de ter sido iniciado sem professores com formação na área base, logo em 2007, foi proposta uma reformulação do Projeto Pedagógico do Curso (PPC), contemplando inclusive os alunos já matriculados. Contudo, pelo fato de o quadro docente ainda não estar formado, percebeu-se que tal proposta não retratava o perfil esperado do egresso.

A partir de 2008, inicia-se a formação do quadro permanente de professores da área contábil. Nesse momento, identificou-se a necessidade de uma nova reformulação do PPC. Entretanto, por orientação da Pró-Reitoria de Graduação da UFVJM, esperou-se a composição completa do quadro docente efetivo, fato que ocorreu em novembro de 2016.

Tão logo, efetuou-se essa composição, as discussões que vinham sendo feitas em torno do PPC pelo Núcleo Docente Estruturante desde 2010, foram retomadas e concluídas, dando origem a essa proposta ora apresentada e que retrata o amadurecimento acadêmico do corpo docente, gerado pela experiência de trabalho indissociável entre ensino, pesquisa e extensão, bem como pela coesão do corpo docente.

Quanto ao perfil do aluno do curso, devido ao fato de o *campus* estar localizado em um contexto socioeconômico cuja cultura acadêmica encontra-se em construção, os docentes se depararam com alunos que buscavam apenas a formação profissional. Entretanto, a disseminação do ensino, da pesquisa e da extensão que se constituem os pilares da Universidade Pública Brasileira, foi um desafio bem recepcionado e em construção permanente.

Mesmo mediante essa realidade, o curso vem produzindo ciência por meio de projetos de iniciação científica, financiados e autônomos, e Trabalhos de Conclusão de Curso que

resultam em artigos científicos publicados em eventos e periódicos reconhecidos no meio. Bem como projetos de extensão levando o conhecido produzido pela Universidade até à comunidade.

Como fruto do trabalho desenvolvido desde 2008, encontramos egressos inseridos nas mais diversas áreas de atuação profissional do Bacharel em Ciências Contábeis, inclusive docentes.

2.2 Contexto Atual das Ciências Contábeis

A seguir, descrevem-se breves relatos sobre as mudanças estruturais e substanciais que ocorreram no Brasil e no mundo que promoveram uma reestruturação conceitual e a inserção de novos padrões de aplicação da Contabilidade no setor privado e no setor público, que justificam a reforma pleiteada.

2.2.1 No Setor Privado

Nos últimos anos, verificou-se um aprofundamento dos processos de interação e relação político, econômica e cultural entre as nações, denominado de Globalização. Com os avanços dos meios de transporte e comunicação e, principalmente, com o advento da tecnologia da Internet, alteram-se significativamente as noções de tempo e espaço. Tais fatos produziram consequências nas estruturas e formas de gestão de organizações públicas e privadas e nas relações que estas organizações passam a estabelecer com os diferentes agentes sociais.

Neste contexto, o conhecimento contábil também foi impactado, seja pela sua importância no desempenho das atividades produtivas ou pelas novas interações que, por meio dele, se estabelecem entre Estado, mercado e sociedade. Assim, devido a este aprofundamento das interações culturais e econômicas, inicia-se, em diferentes países, um processo de compreensão da diversidade da Contabilidade entre as nações e da busca de uma harmonização do processo de execução de sua prática.

Desde o início da década de 1970 é reconhecida a importância da Contabilidade no processo de expansão e controle dos fluxos de capital, seja para atender as necessidades do mercado financeiro e de capitais ou para permitir uma responsabilização das empresas, principalmente transnacionais, perante os Estados. Porém, esta importância começa a se tornar mais evidente, a partir da década de 1980, com a abertura comercial e financeira, com o início da desregulamentação do mercado de serviços profissionais e com o processo de

desregulamentação da economia e da privatização de empresas estatais, processo este que levou o Brasil a experimentar um novo ciclo de investimentos diretos.

Com o surgimento da Organização Mundial do Comércio (OMC), logo após o fim do acordo geral de tarifas (GATT), diferentes países do mundo iniciaram um processo de abertura de seus mercados de produtos e serviços. Neste processo, a prestação de serviços contábeis foi escolhida pelos negociadores na OMC como sendo a primeira a ser passível de abertura mundial, de forma que profissionais de diferentes países pudessem exercer suas atividades em outras regiões do mundo.

A abertura financeira e o fim do controle de capitais por parte do Estado permitiram às empresas e investidores, brasileiros e estrangeiros, uma liberdade de movimentação de seus capitais por meio dos mercados financeiros. Neste processo, grandes empresas brasileiras lançaram ações no mercado internacional, principalmente na Bolsa de Valores de Nova Iorque e, para isto, passaram também a adotar os Princípios Contábeis Geralmente Aceitos nos Estados Unidos (USGAAP).

Paralelamente, verificou-se a continuidade no desenvolvimento das Normas Internacionais de Contabilidade, iniciado em 1973 pelo *International Accounting Standard Committee* (IASC), o qual passou por uma nova fase após a criação do *International Accounting Standard Board* (IASB) em 2001. Ademais, todo esse processo de desenvolvimento das Normas Internacionais de Contabilidade foi impulsionado pelos recentes escândalos empresariais, os quais evidenciaram a importância da Contabilidade no processo de gestão das entidades na intenção de reduzir a discricionariedade dos gestores.

Por sua vez, a privatização e desregulamentação da economia, principalmente dos serviços públicos, atraiu um grande volume de investimentos estrangeiros no final do século XX. Para regular a execução destes serviços, o Estado, por meio das agências reguladoras, passa a depender do uso das informações contábeis prestadas pelas empresas e, neste sentido, verifica-se uma discussão e desenvolvimento de normas contábeis, nacionais e internacionais, enquanto forma de transparência e responsabilização das atividades empresariais, não mais apenas para investidores, mas também para os Estados. Esta preocupação é compartilhada por instituições internacionais, tais como: Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional (FMI) e Organização de Cooperação para o Desenvolvimento Econômico (OCDE).

Recentemente, verifica-se na Organização das Nações Unidas (ONU), a retomada da discussão do papel social das empresas transnacionais, processo este iniciado na década de

1970. Em 2002, o grupo das nações mais ricas do mundo, mais conhecido como “G7”, também passou a incentivar a adoção de responsabilidades sociais por parte das empresas multinacionais e a utilização de mecanismos de transparência contábil das atividades destas empresas junto aos países nos quais investem.

Estas discussões também são feitas no Brasil, onde diferentes empresas e organizações da sociedade civil têm debatido e analisado o papel das empresas na solução de problemas sociais. Ressalta-se que, desde 1980, algumas empresas brasileiras têm iniciado um processo de elaboração de Demonstrações Contábeis no intuito de evidenciar os impactos de suas atividades junto à sociedade e aos agentes com os quais se relacionam, sejam estes: trabalhadores, consumidores, Estado, investidores ou comunidade.

A mudança na Contabilidade brasileira, que introduz disposições já alinhadas com os padrões internacionais, exige das instituições de ensino superior uma reflexão sobre o perfil do seu egresso que deve estar melhor preparado para os novos desafios.

Bispo (2010) ressalta que, os cursos de Ciências Contábeis devem levar em consideração o atual cenário de maior flexibilidade nas escolhas contábeis, advindas do processo de convergência contábil às normas internacionais (IFRS), o que levou à reforma da Lei n.º 6.404/76 (Lei das S.A.). Assim, para minimizar os problemas relacionados com esse processo, foi promulgada a Lei n.º 11.638, publicada em 28.12.2007, e a MP n.º 449, de 03.12.2008, que em 27.05.2008 transformou-se na Lei n.º 11.941, tornando realidade a revisão do capítulo contábil da Lei n.º 6.404/76, que inclui, entre outros avanços, a permissão da convergência das normas contábeis adotadas no Brasil às normas internacionais.

Conforme o Programa de Trabalho (2008/2010) do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), o Brasil está inserido no rol dos países que já estão comprometidos com a adoção das normas internacionais de contabilidade (*International Financial Reporting Standards – IFRS*) por meio das iniciativas do Banco Central do Brasil, da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e da Superintendência de Seguros Privados. Estas instituições estabeleceram formalmente, a obrigatoriedade, às entidades por elas reguladas, de elaborar e divulgar as demonstrações contábeis consolidadas a partir do exercício social findo em 31 de dezembro de 2010 com base nas IFRS. Todavia, o trabalho dos preparadores dessas demonstrações, iniciou-se no final de 2008, para fins de apresentação das demonstrações contábeis consolidadas de 2010 comparadas às de 2009.

Com essa convergência, espera-se maior consistência e transparência nas informações contábeis, tornando-se, estas, mais confiáveis e comparáveis para suportar a variedade de transações e operações do mercado financeiro, propiciando aos usuários das informações contábeis melhor interpretação e maior capacidade de decisão.

As alterações substanciais que ocorreram no contexto socioeconômico mundial das Ciências Contábeis nos últimos anos demonstram a desatualização do atual currículo e ratifica a necessidade e importância da reformulação urgente da proposta pedagógica do curso de Ciências Contábeis da FACSAB/UFVJM.

2.2.2 No Setor Público

No Brasil, o esforço para manter o equilíbrio orçamentário entre receita e despesa não foi tarefa fácil. Conforme Silva (1996), após o descobrimento do Brasil o relacionamento entre a nobreza e a colônia eram regidas pelo pacto colonial, onde o Estado possuía ampla preferência sobre as colônias. Em decorrência disso, vários grupos sociais foram surgindo e com eles a ideia de opor-se a supremacia do Estado, contestando o Pacto Colonial e, conseqüentemente, o domínio português.

Com a chegada de D. João VI à Colônia em 1808, foi instituído o Erário Régio - Tesouro - e criado o Conselho da Fazenda, com a finalidade de administrar, distribuir, contabilizar e assentar o patrimônio real e os fundos públicos.

Conforme Silva (1996), as primeiras Constituições (1824 e 1891) não traziam em seu bojo a questão orçamentária. A mais importante foi a Lei nº 23, de 30 de outubro 1891, mais tarde alterada pela Lei nº 30 que atribuiu poderes ao Ministério da Fazenda para conduzir o processo de elaboração da proposta orçamentária. Com a reforma Constitucional de 1926, passaram-se os poderes de elaboração do orçamento ao Poder Executivo, confirmada posteriormente pela Constituição de 1934 e normatizada pela Constituição de 1946, denominada de Planejamento.

Em 17 de março de 1964 foi promulgada a Lei 4.320 (marco normativo inicial da atual Contabilidade Aplicada ao Setor Público), que estatuiu normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos de todas as esferas de poder (União, Estados e Municípios). Finalmente no dia 04 de maio de 2000 foi sancionada a Lei Complementar número 101 (mais conhecida como Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF), trazendo grandes mudanças que influenciaram no controle, na demonstração, e na transparência dos gastos públicos.

Ademais, reforçou a reflexão sobre a atualização de padrões e técnicas contábeis ao contexto de mudanças pelos quais estava passando o setor público brasileiro.

Com maiores exigências de *accountability* ao setor público, o processamento do registro, a geração das informações contábeis e fiscais, e o enfoque orçamentário da então Contabilidade Pública foram amplamente debatidos e revisados na busca de adequações ao cenário nacional e internacional da gestão pública em debate. O enfoque passou a ser patrimonial, e com ele novos procedimentos, técnicas e geração de informações engendraram as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público.

A Contabilidade Aplicada ao Setor Público é o ramo da ciência contábil que aplica no processo gerador de informações, os princípios de Contabilidade e as normas contábeis direcionadas ao controle patrimonial das entidades do Setor Público. Entretanto, a padronização de procedimentos e técnicas contábeis no setor público ainda constitui um grande desafio em implementação, visto que as informações geradas devem permitir a comparação sob procedimentos uniformes que as geraram.

Diante da preocupação de diversos países em possibilitar a análise comparativa das informações contábeis fornecidas nas diferentes esferas e níveis de governo de um país com a de outros países, com a máxima compreensibilidade para todos os usuários, fortaleceu-se o debate sobre o processo de convergência e harmonização das normas contábeis.

No Brasil, o processo para a mudança iniciou-se com a Portaria CFC/37 de 03/2004 que instituiu o Grupo de Estudos com o objetivo de estudar e propor Normas de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) alinhadas às Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (*International Public Sector Accounting Standards Board - IPSAS*), que provocou o desenvolvimento conceitual da Contabilidade Aplicada ao Setor Público no Brasil, estimulou a convergência às Normas Internacionais, e gerou institucionalmente a Contabilidade Aplicada ao Setor Público.

Em 2007, foi dado início ao processo de convergência com a constituição do Comitê Gestor da Convergência no Brasil, formado pelo CFC, Comissão de Valores Mobiliários (CVM), Banco Central (BACEN), Instituto Brasileiro de Auditores (IBRACON), Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Através das Resoluções CFC 1.128 a 1.137 de 2008, as Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas Aplicadas ao Setor Público – NBC T 16 - foram aprovadas como uma

verdadeira revolução na Contabilidade do setor público brasileiro, cujo cronograma de adoção partiria de 2010 com conclusão em 2012.

Com a harmonização de novas técnicas e procedimentos contábeis aplicados à diversidade e complexidade da Administração Pública brasileira, a Contabilidade oferece um novo padrão de informações necessário às novas demandas sociais.

Antes da harmonização, a Contabilidade tinha técnicas aplicadas ao controle orçamentário. A partir dela o enfoque passou a ser patrimonial com a exigência da adoção de subsistemas de custos, por exemplo. Ademais, a concepção de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, atualmente, abrange não somente a Administração Direta e Indireta, como as demais empresas do Setor Público ao implantar novas demonstrações contábeis incorporáveis à Contabilidade da Administração Direta como a Demonstração das Variações Patrimoniais, Demonstração dos Fluxos de Caixa, Demonstração do Resultado Econômico e a Consolidação dessas demonstrações, além dos tradicionais balanços patrimonial, orçamentário, financeiro e de variações patrimoniais.

Portanto, desde 2008, até o presente momento, ocorreram mudanças estruturais, e epistemológicas na concepção, aplicação e na expectativa dos resultados esperados da Contabilidade Aplicada ao Setor Público que não podem deixar de ser incorporadas aos projetos pedagógicos dos cursos de Ciências Contábeis, sobretudo aos projetos das Universidades Públicas. Por definição, obrigadas do ponto de vista legal a uma atualização permanente de seus propósitos acadêmico e profissional em sua missão, sob pena de ilegalidade e muito principalmente sob pena de “perder o trem da história”.

Diante das sínteses sobre os cenários atuais da Contabilidade Societária e da Contabilidade Aplicada ao Setor Público expostos, almeja-se a formação de Bacharéis em Ciências Contábeis com atuação modernizada e que possam ter uma visão crítica e construtiva das Ciências Contábeis, seja no ambiente acadêmico ou dentro do processo de interação entre empresas, Estado e sociedade.

2.3 Exigências Atuais para o Curso de Ciências Contábeis

As exigências para a proposição de um novo currículo para o curso de Ciências Contábeis da FACSAB/UFVJM, encontra-se prevista no item 2 da seção XIV, páginas 73 e 74 do atual projeto pedagógico, e podem ser sintetizadas em três dimensões:

a) Institucional;

b) Curricular; e

c) De mercado.

A dimensão institucional corresponde aos preceitos e à filosofia da UFVJM em relação aos seus cursos de graduação, somados ao conceito de flexibilização curricular em processo de implementação na instituição.

A dimensão curricular fundamenta-se nas diretrizes curriculares definidas pelo MEC para o Curso de Ciências Contábeis, conforme previsto na Resolução CNE/CES n.º 10 de 16 de dezembro de 2004.

A dimensão mercado baseia-se na avaliação do curso pela sociedade e pela própria UFVJM, o que pode ser realizado por avaliações externas e independentes, como o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE), o Exame de Suficiência e o Exame de Qualificação Técnica para Perícia Contábil, ambos aplicados pelo sistema CFC/CRC anualmente em todo o país para os egressos do curso.

2.3.1 Diretrizes Curriculares

Em 2004 foi aprovada a Resolução CNE/CES n.º 10 de 16 de dezembro que estabeleceu as novas diretrizes curriculares para o curso de Bacharelado em Ciências Contábeis, incluindo assim, o Projeto Pedagógico do Curso de Ciências Contábeis que foi desenvolvido e implantado na UFVJM a partir de janeiro de 2007. Segundo esta Resolução, no art. 5º afirma que:

os cursos de graduação em Ciências Contábeis, bacharelado, deverão contemplar, em seus projetos pedagógicos e em sua organização curricular, conteúdos que revelem conhecimento do cenário econômico e financeiro, nacional e internacional, de forma a proporcionar a harmonização das normas e padrões internacionais de contabilidade, em conformidade com a formação exigida pela Organização Mundial do Comércio (OMC) e pelas peculiaridades das organizações governamentais, observado o perfil definido para o formando, atendendo aos seguintes campos interligados de formação: I- conteúdos de Formação Básica: estudos relacionados com outras áreas do conhecimento, sobretudo Administração, Economia, Direito, Métodos Quantitativos, Matemática e Estatística;

II- conteúdos de Formação Profissional: estudos específicos atinentes às Teorias da Contabilidade, incluindo as noções das atividades atuariais e de quantificações de informações financeiras, patrimoniais, governamentais e não-governamentais, de auditorias, perícias, arbitragens e controladoria, com suas aplicações peculiares ao setor público e privado;

III- conteúdos de Formação Teórico-Prática: Trabalho de Conclusão de Curso, Estágio Curricular Supervisionado, Atividades Complementares de Graduação, Estudos Independentes, Conteúdos Eletivos, Prática em Laboratório de Informática utilizando *softwares* aplicados pela Contabilidade no setor público, privado e terceiro setor.

Em relação ao futuro profissional, a Resolução nº 10/2004 estabelece, no artigo 3º, que o curso deve ensinar condições para que o futuro Bacharel em Ciências Contábeis seja capacitado a:

- I- Compreender as questões científicas, técnicas, sociais, econômicas e financeiras, em âmbito nacional e internacional e nos diferentes modelos de organização;
- II- Apresentar pleno domínio das responsabilidades funcionais envolvendo apurações, auditorias, perícias, arbitragens, noções de atividades atuariais e de quantificações de informações financeiras, patrimoniais e governamentais, com a plena utilização de inovações tecnológicas;
- III- Revelar capacidade crítico-analítica de avaliação, quanto às implicações organizacionais com o advento da tecnologia da informação.

Em seu art. 4º, a Resolução nº 10/2004 estabelece que o curso de graduação em Ciências Contábeis deve possibilitar formação profissional que revele, pelo menos, as seguintes competências e habilidades:

- I- Utilizar adequadamente a terminologia e a linguagem das Ciências Contábeis e Atuariais;
- II- Demonstrar visão sistêmica e interdisciplinar da atividade contábil;
- III- Elaborar pareceres e relatórios que contribuam para o desempenho eficiente e eficaz de seus usuários, quaisquer que sejam os modelos organizacionais;
- IV- Aplicar adequadamente a legislação inerente às funções contábeis;
- V- Desenvolver, com motivação e através de permanente articulação, a liderança entre equipes multidisciplinares para a captação de insumos necessários aos controles técnicos, à geração e disseminação de informações contábeis, com reconhecido nível de precisão;
- VI- Exercer suas responsabilidades com o expressivo domínio das funções contábeis, incluindo noções de atividades atuariais e de quantificações de informações financeiras, patrimoniais e governamentais, que viabilizem aos agentes econômicos e aos administradores de qualquer segmento produtivo ou institucional o pleno cumprimento de seus encargos quanto ao gerenciamento, aos controles e à prestação de contas de sua gestão perante à sociedade, gerando também informações para a tomada de decisão, organização de atitudes e construção de valores orientados para a cidadania;
- VII- Desenvolver, analisar e implantar sistemas de informação contábil e de controle gerencial, revelando capacidade crítico analítica para avaliar as implicações organizacionais com a tecnologia da informação;
- VIII- Exercer com ética e proficiência as atribuições e prerrogativas que lhe são prescritas através da legislação específica, revelando domínios adequados aos diferentes modelos organizacionais.

Em 18 de Junho de 2007, foi publicada a Resolução CNE/CES nº 2, que dispõe sobre a carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial. Nesta Resolução, ficou estabelecido que o Curso de Ciências Contábeis deverá ter carga horária mínima de 3.000 horas e limite mínimo de 4 anos para integralização.

É importante salientar que o aumento do prazo mínimo de integralização do curso, de 4 anos para 4,5 anos, está pautado na nova proposta pedagógica, onde serão abordados temas mais específicos da contabilidade, proporcionando uma visão mais ampla da Ciência Contábil, além de adequar o atual PPC à realidade vivenciada no curso.

A Resolução CNE/CES nº 2 de 18/06/2007, ainda determina, em seu art. 1º, que os estágios e atividades complementares dos cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial, não deverão exceder a 20% (vinte por cento) da carga horária total do curso, salvo nos casos de determinações legais em contrário.

Ademais, a Resolução CNE/CES nº 2 de 18/06/2007, em seu artigo 2º enfatiza que:

As Instituições de Educação Superior, para o atendimento do art. 1º, deverão fixar os tempos mínimos e máximos de integralização curricular por curso, bem como sua duração, tomando por base as seguintes orientações:

I- a carga horária total dos cursos, ofertados sob regime seriado, por sistema de crédito ou por módulos acadêmicos, atendidos os tempos letivos fixados na Lei nº 9.394/96, deverá ser dimensionada em, no mínimo, 200 (duzentos) dias de trabalho acadêmico efetivo;

II- a duração dos cursos deve ser estabelecida por carga horária total curricular, contabilizada em horas, passando a constar do respectivo Projeto Pedagógico;

III- os limites de integralização dos cursos devem ser fixados com base na carga horária total, computada nos respectivos Projetos Pedagógicos do curso, observados os limites estabelecidos nos exercícios e cenários apresentados no Parecer CNE/CES nº 8/2007 [...].

IV- a integralização distinta das desenhadas nos cenários apresentados nesta Resolução poderá ser praticada desde que o Projeto Pedagógico justifique sua adequação.

Desta forma, pretende-se, com a reformulação do Projeto Pedagógico, atender todas as Diretrizes Curriculares para o curso de Bacharelado em Ciências Contábeis da FACSAB/UFVJM.

Ressalta-se que, além das Diretrizes Curriculares, os Cursos de Ciências Contábeis sempre estiveram submetidos a processos de avaliação formais, informais, diretos ou indiretos como: Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras (PAIUB); Exame Nacional de Cursos (Provão); ENADE; ao Exame de Suficiência do Conselho Federal de Contabilidade; Exame de Qualificação Técnica de Perícia Contábil (EQT).

De forma indireta e informal, o curso de Ciências Contábeis da FACSAB/UFVJM é permanentemente avaliado pelo mercado quando da participação de seus egressos em processos seletivos a empregos e concursos, na prestação de serviços contábeis nas organizações e na atuação em áreas específicas, que apesar de corresponderem a uma avaliação aleatória e informal refletirão a qualidade do curso.

3 JUSTIFICATIVA

A pioneira escola de Contabilidade no Brasil surgiu em 1902 em forma de “Escola Prática de Comércio”. Em janeiro de 1905, o decreto federal nº 1.339 reconheceu, em caráter oficial, os diplomas expendidos pela “Escola Prática de Comércio” e providenciou a organização dos cursos, dividindo-o em dois: um geral e outro superior. Como muitas disciplinas do curso superior costumavam ser tratadas normalmente nos programas da escola, iniciou-se, em 1908, o “Curso Superior de Ciências Comerciais”.

Os cursos de Contabilidade, propriamente ditos, foram criados em 1931 pelo Decreto Nº 20.158, que instituiu o Curso Técnico de Contabilidade com duração de dois anos para formar “guarda livros” e de três anos para formar “Peritos Contadores”. Em 1943, os cursos técnicos supracitados foram transformados na categoria de cursos médios, garantido ao formando o título de Técnico de Contabilidade.

Somente em 1945, foi instituído o Curso de Ciências Contábeis e Atuarias pela Lei Nº. 7.988. Em 1946, surgiu o Conselho Federal de Contabilidade, que contribuiu de maneira extraordinária para a qualidade do ensino superior da Contabilidade.

Em 1951, a Lei Nº. 1.401 desmembrou os cursos de Ciências Contábeis e Atuarias, criando, de maneira independente, o curso de Ciências Contábeis, possibilitando aos concluintes receberem o título de Bacharel em Contabilidade.

Em termos de currículo, os cursos de Ciências Contábeis baseavam-se na referida lei de 1945, no Parecer Nº. 397/62 (que divide os cursos de Ciências Contábeis em ciclo de formação básica e ciclo de formação profissional) e na Resolução Nº. 03/92 do extinto Conselho Federal de Educação, que fixava os conteúdos mínimos e a duração dos cursos de graduação.

A escola de Comércio do Rio de Janeiro foi a primeira escola de Contabilidade no Brasil reconhecida pelo decreto e dava ao aluno concluinte o diploma de guarda-livros e perito judicial. Foi publicado, então, o Decreto Nº. 8.191 de 20 de novembro de 1945 que mudou a denominação de guarda-livros para Técnico em Contabilidade, pouco depois do Decreto Nº. 7.988 de 22 de setembro de 1945 criar o primeiro curso superior em Ciências Contábeis.

Em virtude do crescimento e desenvolvimento da profissão, o Decreto-lei 9.295 de 27 de maio de 1946 criou o Conselho Federal de Contabilidade e os Conselhos Regionais de Contabilidade, com a finalidade de habilitar e fiscalizar o exercício da profissão contábil, definindo as atribuições do Contador e de Técnico em Contabilidade.

De acordo com o Conselho Federal de Contabilidade, no perfil do contabilista brasileiro, constata-se que, em média, 45% dos formandos em Contabilidade permanecem em suas respectivas cidades, em outras palavras, muitos egressos de um curso superior em contabilidade permanecem na sua região. Tal informação enfatiza o quanto é importante conhecer a região onde a instituição está localizada. Conhecer as peculiaridades de negócios, o perfil do empresário, a vocação regional, etc., é indispensável para a formação do profissional contábil. Todavia, é igualmente importante conhecer a demanda nacional e, até mesmo, a internacional. Sem estas informações, o curso não estará preparando os profissionais para uma futura demanda que, a cada dia, apresenta-se mais próxima.

O ensino, portanto, deverá atender a demanda dos diversos usuários da informação contábil, ser dinâmico, estar em harmonia com a realidade social, econômica e política. Além disto, o Curso de Ciências Contábeis da UFVJM possui como objetivo formar profissionais hábeis e competentes, com elevado senso ético, capazes de participar e contribuir para o sucesso do processo decisório das instituições, atuando como agente ativo e de orientação na busca da obtenção de resultados positivos, em consonância com o plano de desenvolvimento e Projeto Pedagógico Institucional (PDI e PPI).

Tendo em vista o contexto socioeconômico, cultural, histórico e contemporâneo, o Curso de Ciências Contábeis da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas e Exatas da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM), possui grande responsabilidade educacional perante a sociedade do Vale do Mucuri e do Jequitinhonha, em Minas Gerais.

Nesse contexto, o curso de Ciências Contábeis tem buscado promover a formação de seus discentes de maneira que atenda às demandas do mercado quanto às exigências de qualificação do novo profissional. O curso busca convênios com as instituições da região como forma de garantir aos discentes a possibilidade de realizarem estágios nas empresas locais, agregando a eles o conhecimento prático da atividade contábil.

Desde sua criação, o curso tem evoluído e mantém-se evoluindo. Com atuação constante e eficiente da coordenação, assim como do seu Departamento e docentes, tem-se buscado a capacitação de seus membros, adequando-se para que todos tenham maior qualidade nas atividades realizadas.

O Núcleo Docente Estruturante (NDE) trabalha efetivamente, buscando o aprimoramento do projeto pedagógico de forma que esteja adaptado à realidade atual e atenda as demandas do curso, dos discentes, dos professores e do mercado.

Os docentes realizam, além das atividades administrativas, atividades de ensino na graduação e nas Pós-graduações *Lato e Stricto Sensu* da Universidade, atividades de pesquisa e extensão, elaborando e coordenando projetos, que têm resultado em trabalhos científicos apresentados em congressos e publicações que contribuem significativamente para o levantamento do arcabouço do conhecimento científico da área contábil e de áreas afins.

Em consonância, os alunos são incentivados a produzir, sendo abarcados pelas atividades de iniciação científica, projetos de extensão e eventos realizados pelo curso, como Semanas Acadêmicas, Fóruns Contábeis e visitas técnicas a entidades diretamente ligadas à profissão contábil, a exemplo, o Conselho Regional de Contabilidade (CRC) e a Bolsa de Valores (BOVESPA). Em complemento, as atividades de pesquisa têm resultado em produções de qualidade em diversas ramificações da área contábil, oriundas das atividades no decorrer do curso e também dos Trabalhos de Conclusão (TCC's), possibilitando a participação constante, de docentes e discentes, em diversos eventos científicos nacionais e internacionais, não apenas como ouvintes, mas contribuindo com os trabalhos produzidos.

Tais realizações e incentivos à pesquisa e extensão tem produzido um interesse acadêmico singular. São diversos os graduados que se interessam pela qualificação, ingressados em Pós-Graduações *Lato e Stricto Sensu* em instituições de ensino reconhecidas nacionalmente, como Universidade Federal da Bahia (UFBA), Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) e Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Essa prática tem refletido diretamente na realidade da região e na própria UFVJM, alunos egressos do curso de Ciências contábeis passaram a compor o quadro docente da universidade.

De modo geral, o curso tem cumprido, com êxito, seu propósito e objetivos, contribuindo para o desenvolvimento regional e para o avanço na qualidade da educação no país.

4 ADMINISTRAÇÃO ACADÊMICA DO CURSO

4.1 Coordenação do Curso

A responsabilidade da coordenação implica em conduzir o Curso de Ciências Contábeis de acordo com as diretrizes propostas pelo projeto pedagógico. Os objetivos da coordenação são:

- I. Avaliar os resultados obtidos pelo Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE) e discutir entre os pares;
- II. Propor e discutir políticas pedagógicas coerentes com a formação dos discentes;
- III. Integrar a atuação do corpo docente para um bom andamento do curso;
- IV. Dialogar e acompanhar com os docentes o conteúdo curricular proposto;
- V. Acompanhar e avaliar os resultados das estratégias pedagógicas e redefinir novas diretrizes.

As funções da coordenação de curso estão regulamentadas na Resolução CONSEPE nº 09, de 19 de junho de 2009.

4.2 Coordenação de TCC

A função da coordenação de TCC é orientar/supervisionar em conjunto com os orientadores, os alunos do curso matriculados na disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso a desenvolverem seus trabalhos de acordo com as normas da ABNT e da UFVJM.

4.3 Coordenação de ACG

Esta coordenação tem como objetivo orientar os discentes do curso sobre as atividades extraclasse que permitem a complementação da formação profissional.

4.4 Coordenação de Estágio Curricular Supervisionado

A referida coordenação trabalha para organizar e orientar todos os discentes quanto às regras e procedimentos necessários para realização dos estágios obrigatórios e não obrigatórios.

4.5 Colegiado de Curso

O colegiado de curso é a instância onde ocorrem todas as deliberações referentes às questões pedagógicas do Curso de Ciências Contábeis na UFVJM. É presidida pelo coordenador, e na sua ausência, pelo vice. É composto por professores internos e externos do curso, além de representação discente.

4.6 Corpo Docente

O corpo docente é responsável pela implementação do projeto pedagógico de forma a alcançar os objetivos gerais e específicos propostos neste PPC. Assim, este deve estar comprometido com o curso na busca pela qualidade nas atividades de ensino, pesquisa e extensão. Atualmente, o corpo docente do Curso de Ciências Contábeis é constituído pelos seguintes docentes:

Quadro 1 – Professores do Curso de Ciências Contábeis

Nome	Titulação	Carga Horária
Aline Fagundes dos Santos	Doutora em Direito	40h - DE
Anelisa de Carvalho Ferreira	Mestre em Contabilidade	40h - DE
Elizete Aparecida de Magalhães	Doutora em Economia Aplicada	40h - DE
João Paulo Calembó Batista Menezes	Mestre em Contabilidade	40h - DE
João Paulo de Oliveira Louzano	Mestre em Administração	40h - DE
José Wilker Prates Vieira Silva	Bacharel em Ciências Contábeis	40h - DE
Kênia Fabiana Cota Mendonça	Mestre em Contabilidade	40h - DE
Lis Daiana Bessa Taveira	Mestre em Contabilidade	40h - DE
Marconi Spinola Nazareth	Mestre em Direito	40h - DE
Marcos Valério Martins Soares	Mestre em Tecnologia Ambiente e Sociedade	40h - DE
Salvador de Melo Júnior	Mestre em Gestão Educacional	40h - DE
Simão Pereira da Silva	Mestre em Administração	40h - DE
Sorele Carpaneze Veiga Correa	Mestre em Administração	40h - DE
Vasconcelos Reis Wakim	Doutor em Economia Aplicada	40h - DE

DE = Dedicção exclusiva

4.7 Núcleo Docente Estruturante (NDE)

O NDE é formado por professores do Curso de Ciências Contábeis e tem como objetivo acompanhar o desenvolvimento das atividades de ensino bem como avaliar o processo de ensino e aprendizagem. Propor reformulações do projeto pedagógico adequando-o às demandas do mercado. Pode-se citar como funções:

- I. Zelar pela a consolidação do perfil profissional do egresso do curso de Ciências Contábeis;
- II. Fiscalizar a interação curricular entre as diferentes atividades de ensino constantes no currículo;
- III. Sugerir formas de incentivo ao desenvolvimento de linhas de pesquisa ensino e extensão pautados nos objetivos de formação do discente de Ciências Contábeis;
- IV. Zelar pelo cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais para o desenvolvimento dos Cursos de Graduação.

A atuação do Núcleo Docente Estruturante é regida pela Resolução CONSEPE nº 22, de 21 de setembro de 2010.

5 OBJETIVOS GERAL E ESPECÍFICOS

O objetivo geral do Curso de Ciências Contábeis da FACSAB/UFVJM é formar Bacharéis em Ciências Contábeis com capacidade de exercer o gerenciamento, o controle e a análise dos fatos econômicos que afetam o patrimônio das entidades e sua programação orçamentária, bem como a aptidão para desempenhar atividades de auditoria, perícia, avaliação e consultoria em geral, sem desprezar a visão humanística e social.

Profissionais aptos a desenvolver a sua criatividade e seu espírito crítico baseado na aquisição integral de conhecimentos básicos, teóricos e práticos, permitindo o exercício da profissão não somente com competência, mas também com plena consciência da sua responsabilidade ética.

Neste sentido, formar profissionais capazes de compreender as rápidas mudanças no mundo social, dos negócios e na tecnologia, para aplicá-las com eficiência, no desempenho da profissão contábil, reconstruindo o seu saber. Enfim, formar profissionais capazes de acompanhar o processo dinâmico das organizações e o desenvolvimento de pesquisas científicas teórico-empíricas.

No decorrer das atividades, estimular os alunos à realização de pesquisas, promovendo o desenvolvimento do conhecimento contábil, ao mesmo tempo em que desperta a vocação de pesquisadores e/ou docentes, bem como a continuidade dos estudos por meio da qualificação e titulação em programas de mestrado e doutorado, promovendo assim o aumento da produção científica na área.

Dessa forma, o curso procura qualificar profissionais para atender às demandas e exigências de trabalho nas áreas de Contabilidade Gerencial, Contabilidade Aplicada ao Setor Público, Terceiro Setor, Finanças Corporativas, Investimentos, Governança, Auditoria, Consultorias e Assessorias.

Diante do exposto, têm os seguintes objetivos específicos:

- a) atender suficientemente as diretrizes do MEC (CNE/CES n. 10 de 16 de dezembro de 2004);
- b) contribuir e participar do projeto de flexibilização curricular dos cursos da UFVJM;

- c) formar profissionais que, além de estarem tecnicamente qualificados para o mercado de trabalho, tenham consciência da sua responsabilidade na construção de uma ordem social mais justa e solidária promovendo uma visão holística social, econômica e política;
- d) promover a pesquisa contábil dentro da UFVJM e, conseqüentemente, seu desenvolvimento e crescimento nacional e internacionalmente;
- e) preparar e permitir o bom desempenho dos alunos em processos de avaliação institucional e nacional na área.

Independentemente da escolha profissional, o curso almeja formar Bacharéis em Ciências Contábeis com visão holística da Contabilidade, com capacidade crítica e analítica, com princípios éticos, respeito à cidadania e responsabilidade socioambiental.

6 PERFIL DO EGRESSO

A Contabilidade é uma importante profissão e vem se valorizando no decorrer dos anos. É a ciência que permite planejar estrategicamente as ações futuras com a contabilização dos atos de uma instituição, proporcionando ao gestor o poder de avaliar a sua situação econômica, patrimonial e financeira, permitindo a tomada de decisões fundamentais nas suas atividades.

O Contador tem papel importante no mercado globalizado, por ser responsável por fornecer informações significantes ao planejamento e controle das entidades. Isto o torna grande aliado do gestor, pela sua função vital e de grande confiabilidade. Para tanto, deve se habilitar para exercê-la com maestria e competência a tarefa de ser parceiro da instituição, e não mais um mero prestador de serviços. O Contabilista do século XXI deve demonstrar toda sua capacitação profissional no saber, no fazer e no ser. Ele deve sair da clausura em que sempre esteve, de acordo com a visão leiga, e ir para a vanguarda, dar sugestões aos gestores, gerar informações patrimoniais, financeiras e orçamentárias necessárias e úteis à administração, que somente a Contabilidade pode oferecer. Principalmente, deixar de ser um custo e representar um benefício para as entidades, isto é, demonstrar que não é uma necessidade e sim uma utilidade.

O Curso de Ciências Contábeis da FACSAB/UFVJM forma Contadores aptos a atuar junto aos diferentes agentes econômicos, de tal forma que esses agentes possam prestar contas de sua gestão perante a sociedade. O egresso do curso de Ciências Contábeis da FACSAB/UFVJM estará apto a utilizar eficientemente a linguagem contábil dentro de uma visão abrangente e interdisciplinar da atividade contábil, objetivando propiciar aos diferentes públicos internos e externos, usuários da Contabilidade, meios para melhor exercer suas funções e também para facilitar suas decisões operacionais e estratégicas.

Enfim, o Curso de Ciências Contábeis visa à formação do profissional competente em sua área de desempenho, generalista em sua formação intelectual e cultural, capaz de atitudes crítico-criativas e preparado para o atendimento das exigências do mercado de trabalho atual, sem perder de vista a atitude ética.

Ressalta-se que, o Curso de Graduação de Ciências Contábeis contempla um perfil profissional que revela a responsabilidade social de seus egressos e sua atuação técnica e

instrumental, articulada com outros ramos do saber e, portanto, com outros profissionais, evidenciando o domínio de habilidades e competências inter e multidisciplinares.

Portanto, almeja formar Bacharéis em Ciências Contábeis com sólidos conhecimentos técnico-científicos, dotados de competências e habilidades que lhes permitam desenvolver atividades contábeis das entidades. Os egressos devem estar capacitados a exercer com proficiência, ética e responsabilidade, as atribuições e prerrogativas da profissão, subsidiando a tomada de decisões e viabilizando a prestação de contas da gestão.

Além das qualidades técnicas, os Contadores devem ter capacidade de decisão, participação, diálogo, relacionamento e liderança, integrando-se com as diversas áreas do conhecimento correlatas e profissionais das áreas afins. Devem ainda possuir formação humanística que possibilite a compreensão do ambiente social, político e cultural e a influência deste ambiente sobre as organizações. Deve estar ainda, apto a prosseguir seus estudos acadêmicos e desenvolver pesquisas que contribuam com sua área de formação.

7 COMPETÊNCIAS E HABILIDADES

Para a sua formação como Contador, o aluno de Ciências Contábeis da FACSAB/UFVJM deverá desenvolver, além daquelas emanadas no art. 4º da Resolução nº 10/2004, as seguintes competências e habilidades:

- a) domínio da linguagem contábil, compreendendo e aplicando os conceitos contábeis aos diversos tipos de entidades;
- b) capacidade de adaptar a linguagem contábil aos diversos usuários e às circunstâncias que se apresentam;
- c) capacidade de analisar e interpretar os fenômenos que dão origem à prática contábil;
- d) desenvolvimento de raciocínio lógico e crítico-analítico para a resolução de problemas, formação e emissão de juízos fundamentados;
- e) perspicácia para analisar e implementar sistemas de informações contábeis e de controle gerencial;
- f) ser capaz de utilizar a metodologia de pesquisa, tendo em vista a produção de conhecimentos científicos na área de Ciências Contábeis;
- g) articular, motivar e liderar equipes multidisciplinares para a captação de dados, geração e disseminação de informações contábeis;
- h) capacidade de propor estratégias na busca de soluções para questões apresentadas pela sociedade;
- i) ser capaz de exercer com zelo, distinção e ética as atribuições e prerrogativas profissionais do contador, segundo sua vocação, seja como profissional liberal, seja vinculado às entidades, públicas ou privadas, com responsabilidade social;
- j) ter consciência da necessidade do constante aperfeiçoamento e desenvolvimento profissional através da educação continuada.

O desenvolvimento dessas habilidades não depende somente dos conteúdos curriculares, mas também da forma como esses conteúdos são ministrados. Algumas dessas habilidades serão adquiridas por meio de práticas pedagógicas que induzem os alunos a trabalhar em equipe, apresentar trabalhos, tanto orais como escritos, participar de projetos de

pesquisa institucionais, solucionar problemas reais (estudos de casos), visitas a organizações, experiências práticas simuladas, estágios curriculares, entre outras.

8 CAMPO DE ATUAÇÃO DO PROFISSIONAL

A contabilidade evoluiu e tem se modernizado no intuito de adequar-se a economia e principalmente as empresas. Além disso, houve uma quebra de paradigmas sobre o profissional contábil, antes visto como intérprete apenas dos métodos das partidas dobradas, e hoje cobrado por suas habilidades envolvendo não somente conhecimentos técnicos, mas, também fatos relacionados à gestão empresarial de forma geral.

Sabe-se que o profissional de contabilidade é exigido constantemente, principalmente ao que concerne as mudanças legais e normativas aplicadas as Sociedades (públicas e privadas). Cardoso, Souza e Almeida (2006) argumentam que outras profissões são demandadas e apreciadas no mercado, mas, os profissionais da contabilidade devem se adquirir competências e habilidades, para serem valorizados pelas organizações.

No intuito de contribuir com a formação deste profissional as Instituições de Ensino Superior (IES) corroboram para a formação do discente. O processo de construção de saberes e habilidades técnicas é complexo e contínuo, o que aumenta a responsabilidade da equipe de professores destas Instituições. Confirmando este argumento, Peleias *et al.* (2008) descreve sobre o papel das IES na formação de profissionais eficientes.

Atrelado a isto, é fundamental que estas Instituições de Ensino conheçam as demandas de mercado exigidas aos alunos, no intuito de ajustar sua estrutura curricular (incluindo conteúdos), para propiciar uma melhor satisfação dos profissionais que irão atuar no mercado de trabalho. (PELEIAS *et al.*, 2008). Deste modo, a Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, por intermédio do seu Departamento de Ciências Contábeis – DCCO vem contribuindo na formação de contadores com pensamento crítico, capazes de lidar com as diversas mudanças no mercado local.

Atualmente, o cenário de empregabilidade em Teófilo Otoni/ MG e municípios vizinhos abrangem em sua maioria as atividades de comércio, serviço e rurais. Assim, o mercado de trabalho na região pode ser explorado em diversos campos de atuação, tais como: contabilidade para empresas de pequeno porte, auditoria contábil, consultoria em empresas da região, perícia contábil, planejamento tributário e trabalhista, gerenciamento de custos em comércios e pequenas indústrias, bem como a contabilidade voltada ao pequeno produtor rural, para as cooperativas e demais entidades de terceiro setor em geral. Além disso, a contabilidade pode ser aplicada no âmbito público no processo de fiscalização de contas e procedimentos internos em prefeituras dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri.

9 PERFIL EMPREENDEDOR DO DISCENTE CONTÁBIL

O mercado de trabalho para o profissional contábil está em constante mudança, exigindo desses profissionais um novo perfil, que faça dos contadores não somente detentores de informações contábeis, mas sim, pessoas com habilidades técnicas e interpessoais, que os tornem aptos a apoiar a gestão de uma empresa.

Segundo dados da *Global Entrepreneurship Monitor* (2015), cerca de 52 milhões de brasileiros estavam envolvidos na criação ou manutenção de algum negócio, na condição de empreendedor em estágio inicial ou estabelecido, demonstrando que o empreendedorismo tem crescido no nosso país.

Desta forma, alinhado as crescentes taxas de empreendedorismo no Brasil, encontra-se o profissional contábil, cuja Lei 10.406/2002 (Novo Código Civil), em seu art. 1.179, apresenta a obrigatoriedade do uso da contabilidade por empresas e empresários de qualquer natureza de empreendimento. Desta forma, onde houver uma empresa, haverá também um contador.

O empresário e a sociedade empresária são obrigados a seguir um sistema de contabilidade, mecanizado ou não, com base na escrituração uniforme de seus livros, em correspondência com a documentação respectiva, e a levantar anualmente o balanço patrimonial e o de resultado econômico (BRASIL, 2002).

Neste sentido, torna-se necessário que o contador apresente algumas competências e habilidades que lhe possibilitarão prestar um serviço de qualidade. Dentre elas, destaca-se: Habilidades Intelectuais, Técnicas e Funcionais, Pessoais e Interpessoais, Comunicação e Educação Geral, bem como demonstrar conhecimento em áreas como Contabilidade e Finanças; Administração Organizacional e Empresarial, além dos conhecimentos básicos em Informática (SANTOS; VEIGA, 2011).

Frente a este cenário, o curso de Ciências Contábeis da UFVJM busca oferecer condições para que seus discentes adquiram o conhecimento necessário para fomentar suas habilidades técnicas e intelectuais, estimulando-os ao posicionamento crítico, senso de mercado e a desenvolver a capacidade de iniciativa empreendedora durante sua carreira contábil.

Buscou-se, para isso, estruturar uma grade curricular diversificada, com ementas voltadas para as diversas ramificações de conteúdo, bem como organizar o estágio orientado e supervisionado que possibilitará ao estudante escolher uma área específica de atuação, podendo aplicar, na prática, os conhecimentos adquiridos durante o curso.

10 PROPOSTA PEDAGÓGICA

Nesta nova Proposta Pedagógica o curso de Ciências Contábeis estabelece uma linha contemporânea de formação profissional, humana e intelectual do futuro Bacharel em Ciências Contábeis, com base numa estrutura curricular flexível e autônoma, porém alicerçada em conteúdos clássicos de sustentação do seu processo pedagógico e didático de ensino, pesquisa e extensão, que em última análise, objetivam o fortalecimento da identidade institucional com a comunidade que a cerca, devido às experiências didático-pedagógicas, ao perfil dos egressos, e à produção acadêmica acumuladas. Trata-se de um documento normativo que foi ampla e historicamente debatido pelo colegiado, pelo núcleo docente estruturante e pelos alunos numa abordagem interdisciplinar.

Sua perspectiva contemporânea é o alicerce para que os conteúdos de formação básica, de formação profissional, de formação específica A e B (disciplinas eletivas), de formação teórico-prática, articulados com o Trabalho de Conclusão de Curso, com as Atividades Complementares e com o Estágio Curricular Supervisionado obrigatório seja as conexões e articulações necessárias para compreender o sujeito-aluno em toda sua expectativa de formação, tendo em vista a necessidade de que esse sujeito não vivencie a aprendizagem de forma estanque e compartimentalizada e para que ele esteja em plena integração com a sua comunidade local e com as pessoas que nela convivem, sem se distanciar dos mais importantes debates acadêmicos nacionais e internacionais da sua formação. Portanto, há a preocupação de alinhamento intermitente do território social com a produção acadêmica nacional e internacional modernas.

Por isso, a presente proposta contempla tanto aspectos pedagógicos que definem a organização da trajetória acadêmica além da lógica de disciplinas, quanto a integração curricular planejada mais ampla e reiteradamente discutida durante a formação do futuro Bacharel em Ciências Contábeis.

Suas premissas fundamentais são: o diagnóstico da experiência acumulada nos últimos 11 anos de oferta do curso nas regiões dos Vales do Mucuri e Jequitinhonha, nos quais se inserem profissional e academicamente a maior parte dos seus egressos e em cujos vales se estabeleceram os professores das disciplinas dos eixos estruturantes e interdisciplinares; o diálogo com as matrizes legais nacionais e com a produção científica nacional e internacional em Ciências Contábeis, e com o contexto de harmonização da Contabilidade aos Padrões

Internacionais de Contabilidade; a missão da UFVJM em contribuir com o desenvolvimento econômico, social, político e cultural nas regiões dos vales do Jequitinhonha e Mucuri; a possibilidade de sua revisão e alteração periódicas a partir do debate com as transformações locais, nacionais e internacionais em termos sociais e acadêmicos; e sua estrutura como instrumento orientador do próprio curso de Ciências Contábeis que provoca a participação autônoma e consciente de todos os seus atores para a concretização de um plano comum de formação acordado por todos.

Em sua forma a proposta pedagógica não se restringe à sala de aula, pois a dinâmica do seu currículo garante a construção de percursos pedagógicos significativos que aproximam teoria e prática, sociedade e academia de forma austera, respeitando a realidade do aluno e sua inserção no protagonismo acadêmico e profissional.

Nessa perspectiva, a proposta considera e respeita a interdisciplinariedade com outras áreas do conhecimento afetas à formação do futuro Bacharel em Ciências Contábeis, em sua capacidade de transcender os conteúdos na produção do conhecimento. A proposta dialoga com os preceitos educacionais que vão além da reunião de estruturas curriculares. Antes, relaciona seus conhecimentos com os interesses, necessidades e contextos da área de formação do aluno de forma sistemática e autônoma, mediados por professores que consideram o interesse do estudante e dele se aproximam nos seus próprios percursos de aprendizagem.

11 ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

Este tópico apresenta os componentes curriculares, descrições e normas de operacionalização de cada componente do Projeto Pedagógico do Curso de Ciências Contábeis incluindo a matriz curricular, o ementário e as bibliografias básica e complementar correspondentes.

Entende-se por Currículo o conjunto de conhecimentos, de saberes, competências, habilidades, experiências, vivências e valores que os alunos precisam adquirir e desenvolver, de maneira integrada e explícita, mediante práticas e atividades de ensino e de situações de aprendizagem.

Na estruturação deste currículo, os componentes curriculares foram concebidos considerando o regime acadêmico adotado pela UFVJM, buscando a integração entre a teoria e prática, coerência com os objetivos definidos, o perfil do profissional desejado, articulação entre o ensino, a pesquisa e a extensão e contemplando conteúdos que atendam aos eixos de formação identificados nas Diretrizes Curriculares de cada curso. Os componentes curriculares visam dar sentido à formação acadêmica e profissional que se pretende.

11.1 Matriz Curricular

Como matriz curricular (Quadro 2), entende-se “o elenco das disciplinas obrigatórias e optativas com as respectivas cargas horárias, os créditos, a periodização e os pré-requisitos”. Também deve apresentar a carga horária mínima para integralização do curso, a carga horária obrigatória, a carga horária optativa [...], bem como as cargas horárias destinadas às atividades complementares, aos estágios e as práticas como componente curricular (UFES, 2017, s.p.). Em sintonia com os objetivos do curso e o perfil desejado, a matriz curricular deve proporcionar a formação de Contadores relacionados com o pensar contábil, ou seja, com capacidade para planejar, organizar e decidir, com base em sólidos conhecimentos técnico-científicos das Ciências Contábeis e das práticas salutaras dos princípios e normas contábeis.

Neste sentido, o currículo deve:

a) ser articulado no sentido de possibilitar um forte embasamento técnico-científico, com o objetivo de formar um profissional altamente capacitado, sem torná-lo, entretanto, um especialista;

- b) contemplar o desenvolvimento de habilidades e atitudes formativas, além da aquisição de conteúdos;
- c) ensinar ao aluno uma formação doutrinário-científica em bases sólidas, oferecendo-lhe condições de pensar e não apenas executar a Contabilidade;
- d) apresentar um elenco moderno de atividades curriculares, apropriadas às necessidades do Contador;
- e) ampliar o leque de conhecimentos afins à Contabilidade, de modo a possibilitar uma formação mais completa e complexa;
- f) proporcionar ao aluno condições de complementar sua formação específica com uma formação em outra área e atividades optativas direcionadas à sua vocação, conforme seu interesse;
- g) proporcionar conhecimento de normas e padrões internacionais de Contabilidade, em conformidade com a formação exigida pela Organização Mundial do Comércio (OMC) e pelas peculiaridades das organizações governamentais, observado o perfil definido para o formando e que atenda aos campos interligados de formação (CNE/CES, 2004).

Diante do exposto e, atendendo aos objetivos dos Cursos de Ciências Contábeis em atual funcionamento em contexto nacional, pretende-se com esse tópico informar a disposição das disciplinas e a forma como serão oferecidas aos discentes, assim como a inclusão dos pré-requisitos, considerando as peculiaridades da UFVJM. Tomou-se como base a Resolução CNE/CES nº 10/2004 e a Proposta Nacional de Conteúdo para o Curso de Graduação em Ciências Contábeis.

Assim, a matriz curricular do curso de Ciências Contábeis da UFVJM foi dividida em disciplinas: de formação geral, específica, eletivas, além do Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório e as Atividades Complementares (AC).

11.1.1 Núcleo de Formação Geral

Constitui a essência do saber característico das Ciências Contábeis. O Núcleo de Formação Geral é composto por disciplinas que representam conhecimentos indispensáveis à formação do Bacharel em Ciências Contábeis com o perfil delineado neste projeto e em consonância com as diretrizes vigentes.

O Núcleo de Formação Geral é composto de 128 créditos equivalentes a 1.920 horas/aula presenciais em disciplinas que serão oferecidas durante 9 semestres do curso. Além das disciplinas de formação geral, o estudante fica obrigado a realizar 390 horas/aula em atividades de Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório e 105 horas/aula em Atividades Complementares (AC). Portanto, o Núcleo de Formação Geral totaliza uma carga horária de 2.415 horas/aula, sendo cursados 161 créditos obrigatórios.

- As disciplinas do Núcleo de Formação Geral contemplam conteúdo das seguintes áreas: Ciências Contábeis: Contabilidade Financeira; Teoria da Contabilidade; Contabilidade de Custos; Contabilidade Gerencial; Contabilidade Governamental; Auditoria; Perícia Contábil; Métodos de Pesquisa em Contabilidade;
- Administração, Economia, Direito, Matemática, Estatística e Métodos Quantitativos Aplicados;
- Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório, Projeto de Pesquisa em Ciências Contábeis, Trabalho de Conclusão de Curso e Atividades Complementares.

11.1.2 Núcleo de Formação Complementar

O Núcleo de Formação Complementar proporcionará a adequação do saber específico que complemente o Núcleo de Formação Geral, permitindo ao estudante a obtenção de ênfase definida ou autorizada pelo Colegiado e que o credencie a obter um certificado.

O Núcleo de Formação Complementar é composto por 40 créditos equivalentes a 600 horas/aula que serão oferecidas a partir do 5º período do curso e deverão ser integralizadas pelos alunos para a conclusão do curso de Ciências Contábeis.

O estudante deverá integralizar 12 créditos em disciplinas do Núcleo de Formação Específica, totalizando 180 horas/aulas, descritas no Quadro 3 e 4; e 28 créditos, 420 horas/aulas, em disciplinas eletivas de livre escolha do discente dentre as elencadas no Quadro 5.

As disciplinas Formação Específica são estruturadas em duas áreas das Ciências Contábeis: (1) Grupo de Formação Específica A: Contabilidade Aplicada ao Setor Público e (2) Grupo de Formação Específica B: Controladoria e Finanças. A partir do 7º período do curso, o discente sob a orientação da coordenação e/ou de um docente do curso de Ciências Contábeis, deverá escolher a área que lhe proporcionará uma melhor formação acadêmica e profissional.

Assim, o discente optará pela Formação Específica A ou Formação Específica B, de acordo com a concepção conceitual do curso e perspectiva de atuação profissional. Além disto, cabe destacar que o Núcleo Docente Estruturante (NDE) do Curso de Ciências Contábeis, ao longo da implementação desta nova proposta, fornecerá à Coordenação e aos docentes do curso, todo o amparo necessário nesta etapa de orientação dos discentes na escolha do segmento a seguir.

Cabe destacar que o NDE dada a sua competência e, principalmente, sua autonomia buscará ao longo da implementação deste PPC acompanhar todas as etapas com o intuito de verificar em que medida a proposta foi bem sucedida e em que parte necessita de ajustes de modo a tornar o PPC o mais adequado possível para a formação dos futuros profissionais da contabilidade formados pela UFVJM.

A interdisciplinaridade e a flexibilização para as áreas de Formação Específicas A (Quadro 3) ou B (Quadro 4) e eletivas (Quadro 5) permitirá ao aluno participar na direção de seu curso, utilizando, assim, de melhor forma os mecanismos que a UFVJM oferece em termos de atividades acadêmicas na composição de seu currículo.

11.1.3 Integralização do Curso

Para conclusão do curso, o aluno deverá integralizar no mínimo 3.015 (três mil e quinze) horas/aula e 201 (duzentos e um) créditos, que serão cursados conforme a seguir:

- **Núcleo de Formação Geral:**

- 128 créditos de disciplinas obrigatórias: 1.920 horas/aula.

Os créditos pertinentes a esse núcleo serão somados a partir das disciplinas cursadas que constam no Quadro 2.

- **Núcleo de Formação Complementar:**

- 12 créditos de disciplinas de formação específica: 180 horas/aula.

Os créditos serão somados a partir das disciplinas cursadas que constam no Quadro 3 ou no Quadro 4.

- 28 créditos de disciplinas eletivas: 420 horas/aula.

Os créditos serão somados a partir das disciplinas cursadas que constam no Quadro 5.

- **Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório**

- 26 créditos de estágio curricular supervisionado obrigatório: 390 horas/aula;

- **Atividades Complementares**

- 7 créditos de atividades complementares: 105 horas/aula.

MATRIZ CURRICULAR DO CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS – UFVJM

A) NÚCLEO DE FORMAÇÃO GERAL

Quadro 2: Matriz curricular

Aprovada pela Resolução CONSEPE N° 04, de 24 de janeiro de 2019.

Núcleo de Formação Geral

1º PERÍODO									
Código	Componente Curricular	Tipo	Mod	Carga horária				Pré-requisito	Equivalência Estrutura Curricular 2007/2
				T	P	CHT	CR		
CON100	Contabilidade I	O	P	60	-	60	4	-	CON002
CON101	Fundamentos da Economia	O	P	60	-	60	4	-	ADM004
CON102	Instituições de Direito Público e Privado	O	P	60	-	60	4	-	CON005; ECO001
CEX000	Matemática I	O	P	60	-	60	4	-	-
ADM003	Teoria da Administração	O	P	60	-	60	4	-	ADM000
Total				300	0	300	20		

2º PERÍODO									
Código	Componente Curricular	Tipo	Mod	Carga horária				Pré-requisito	Equivalência Estrutura Curricular 2007/2
				T	P	CHT	CR		
CON103	Contabilidade II	O	P	60	-	60	4	CON100 – Contabilidade I	CON003
CON104	Direito de Empresa	O	P	60	-	60	4	CON102 – Instituições de Direito Público e Privado	ADM008
CEX001	Matemática II	O	P	60	-	60	4	CEX000 – Matemática I	-
CON105	Metodologia Científica	O	P	60	-	60	4	-	-
ADM006	Sistemas de Informação	O	P	60	-	60	4	-	ADM000
Total				300	0	300	20		

3º PERÍODO									
Código	Componente Curricular	Tipo	Mod	Carga horária				Pré-requisito	Equivalência Estrutura Curricular 2007/2
				T	P	CHT	CR		
CON106	Contabilidade III	O	P	60	-	60	4	CON103 – Contabilidade II	CON006
CON107	Direito do Trabalho e Previdenciário	O	P	60	-	60	4	CON102 – Instituições de Direito Público e Privado	CON007

CON108	Contabilidade de Custos I	O	P	60	-	60	4	CON103 – Contabilidade II	-
CEX002	Matemática Financeira	O	P	60	-	60	4	CEX001 – Matemática II	-
CEX093	Estatística	O	P	60	-	60	4	CEX001 – Matemática II	-
Total				300	0	300	20		

4º PERÍODO									
Código	Componente Curricular	Tipo	Mod	Carga horária				Pré-requisito	Equivalência Estrutura Curricular 2007/2
				T	P	CHT	CR		
CON109	Análise das Demonstrações Contábil-Financeiras I	O	P	60	-	60	4	CON106 - Contabilidade III	-
CON110	Contabilidade IV	O	P	60	-	60	4	CON106 - Contabilidade III	CON011
CON111	Contabilidade de Custos II	O	P	60	-	60	4	CON108 - Contabilidade de Custos I	-
CON112	Direito Tributário	O	P	60	-	60	4	CON102 – Instituições de Direito Público e Privado	CON023; ADM029
CON113	Métodos Quantitativos Aplicados à Contabilidade e Finanças	O	P	60	-	60	4	CEX093 - Estatística	CON052
Total				300	0	300	20		

5º PERÍODO									
Código	Componente Curricular	Tipo	Mod	Carga horária				Pré-requisito	Equivalência Estrutura Curricular 2007/2
				T	P	CHT	CR		
CON114	Administração Financeira	O	P	60	-	60	4	CEX002 - Matemática Financeira CON109 - Análise das Demonstrações Contábil-Financeiras I	CON016
CON115	Contabilidade Fiscal e Tributária	O	P	60	-	60	4	CON112 - Direito Tributário CON110 - Contabilidade IV	CON012
CON116	Contabilidade Gerencial	O	P	60	-	60	4	CON111 - Contabilidade de Custos II	CON011
CON117	Teoria Contábil	O	P	60	-	60	4	CON110 - Contabilidade IV	-
-	Eletiva	EL	P	60	-	60	4	-	-
Total				300	0	300	20		

6º PERÍODO									
Código	Componente Curricular	Tipo	Mod	Carga horária				Pré-requisito	Equivalência Estrutura Curricular 2007/2
				T	P	CHT	CR		
CON118	Auditoria Contábil	O	P	60	-	60	4	CON110 - Contabilidade IV	CON022
CON119	Administração Orçamentária	O	P	60	-	60	4	CON114 - Administração Financeira	CON021; ADM025
CON120	Contabilidade Aplicada ao Setor Público	O	P	60	-	60	4	CON110 - Contabilidade IV	CON013
CON121	Laboratório Contábil	O	P	60	-	60	4	CON115 - Contabilidade Fiscal e Tributária	CON020
-	Eletiva	EL	P	60	-	60	4	-	-
Total				300	0	300	20		

7º PERÍODO									
Código	Componente Curricular	Tipo	Mod	Carga horária				Pré-requisito	Equivalência Estrutura Curricular 2007/2
				T	P	CHT	CR		
CON122	Mercado de Capitais	O	P	60	-	60	4	CON114 - Administração Financeira	CON026; ADM028
-	Grupo de Formação Específica – GFE/ A ou B	O	P	60	-	60	4	-	-
-	Grupo de Formação Específica – GFE/ A ou B	O	P	60	-	60	4	-	-
-	Eletiva	EL	P	60	-	60	4	-	-
-	Eletiva	EL	P	60	-	60	4	-	-
Total				300	0	300	20		

8º PERÍODO									
Código	Componente Curricular	Tipo	Mod	Carga horária				Pré-requisito	Equivalência Estrutura Curricular 2007/2
				T	P	CHT	CR		
CON123	Perícia Contábil	O	P	60	-	60	4	CON110 – Contabilidade IV	CON025
CON124	Projeto de Pesquisa em Ciências Contábeis	O	P	60	-	60	4	CON105 - Metodologia Científica CON122 - Mercado de Capitais CON120 - Contabilidade Aplicada ao Setor Público	-
-	Grupo de Formação Específica – GFE/ A ou B	O	P	60	-	60	4	-	-
-	Eletiva	EL	P	60	-	60	4	-	-
-	Eletiva	EL	P	60	-	60	4	-	-
Total				300	0	300	20		

9º PERÍODO									
Código	Componente Curricular	Tipo	Mod	Carga horária				Pré-requisito	Equivalência Estrutura Curricular 2007/2
				T	P	CHT	CR		
CON125	Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório	O	P	60	330	390	26	CON122 - Mercado de Capitais CON120 - Contabilidade Aplicada ao Setor Público	-
CON126	Trabalho de Conclusão de Curso	O	P	60	-	60	4	CON124 - Projeto de Pesquisa em Ciências Contábeis	-
CON127	Atividades Complementares	O	P	-	105	105	7	-	-
-	Eletiva	EL	P	60		60	4	-	-
Total				180	435	615	41		

B) NÚCLEO DE FORMAÇÃO COMPLEMENTAR

Grupo de Formação Específica A – Contabilidade Aplicada ao Setor Público									
Código	Componente Curricular	Tipo	Mod	Carga horária				Pré-requisito	Equivalência Estrutura Curricular 2007/2
				T	P	CHT	CR		
CON128	Auditoria Governamental	O/GFE	P	60	-	60	4	CON120 - Contabilidade Aplicada ao Setor Público	-
CON129	Elaboração e Avaliação de Projetos e Políticas Públicas	O/GFE	P	60	-	60	4	CON120 - Contabilidade Aplicada ao Setor Público	-
CON130	Fundamentos da Administração Pública	O/GFE	P	60	-	60	4	CON120 - Contabilidade Aplicada ao Setor Público	-
CON131	Finanças Públicas	O/GFE	P	60	-	60	4	CON120 - Contabilidade Aplicada ao Setor Público	-
CON132	Gestão Pública e Contemporânea	O/GFE	P	60	-	60	4	CON120 - Contabilidade Aplicada ao Setor Público	-

Grupo de Formação Específica B – Controladoria e Finanças									
Código	Componente Curricular	Tipo	Mod	Carga horária				Pré-requisito	Equivalência Estrutura Curricular 2007/2
				T	P	CHT	CR		
CON133	Análise das Demonstrações Contábil-Financeiras II	O/GFE	P	60	-	60	4	CON109 - Análise das Demonstrações Contábil-Financeiras I	-
CON134	Finanças Corporativas	O/GFE	P	60	-	60	4	CON114 - Administração Financeira	-
CON135	Planejamento Fiscal e Tributário	O/GFE	P	60	-	60	4	CON015 - Contabilidade Fiscal e Tributária	-
CON136	Teoria Positiva da Contabilidade	O/GFE	P	60	-	60	4	CON113 - Métodos Quantitativos Aplicados à Contabilidade e Finanças	-

Unidades Curriculares Eletivas									
Código	Componente Curricular	Tipo	Mod	Carga horária				Pré-requisito	Equivalência Estrutura Curricular 2007/2
				T	P	CHT	CR		
CON001	Informática Básica	EL	P	60	-	60	4	-	ADM009
CON053	Contabilidade do Terceiro Setor	EL	P	60	-	60	4	CON110 – Contabilidade IV	CON 030
CON054	Contabilidade Agropecuária	EL	P	60	-	60	4	CON110 – Contabilidade IV	CON 029
CON055	Contabilidade Social e Ambiental	EL	P	60	-	60	4	CON110 – Contabilidade IV	CON 028
CON056	Direito Ambiental e Agrário	EL	P	60	-	60	4	CON102 – Instituições de Direito Público e Privado	-
CON057	Direito Internacional Público e Privado	EL	P	60	-	60	4	CON102 – Instituições de Direito Público e Privado	ADM 039
CON058	Direito Administrativo	EL	P	60	-	60	4	CON102 – Instituições de Direito Público e Privado	ADM 038
ADM005	Organização, Sistemas e Métodos	EL	P	60	-	60	4	-	-
ADM015	Gestão de Recursos Humanos I	EL	P	60	-	60	4	-	-
ADM016	Administração de Materiais	EL	P	60	-	60	4	-	-
ADM 020	Comércio Exterior	EL	P	60	-	60	4	-	-
ADM021	Logística Empresarial	EL	P	60	-	60	4	-	-
ADM022	Marketing I	EL	P	60	-	60	4	-	-
ADM023	Pesquisa Operacional	EL	P	60	-	60	4	-	-
ADM024	Administração da Produção	EL	P	60	-	60	4	-	-
ADM 030	Estratégia Empresarial	EL	P	60	-	60	4	-	-
ADM031	Gestão da Qualidade	EL	P	30	-	30	2	-	-
ADM032	Gestão de Projetos	EL	P	60	-	60	4	-	-
CEX017	Álgebra Linear	EL	P	60	-	60	4	CEX123 - Geometria Analítica e CEX122 Matrizes e Sistemas Lineares	-
CEX061	Psicologia Aplicada às Organizações	EL	P	60	-	60	4	-	-
ECO006	História Econômica e Geral II	EL	P	60	-	60	4	-	-
ECO 023	Economia Solidária	EL	P	60	-	60	4	-	-
ECO027	Economia do Setor Público	EL	P	60	-	60	4	-	-
ECO041	Ciência Política	EL	P	60	-	60	4	-	ECO001
SSO011	Leitura e Produção de Textos	EL	P	30	-	30	2	-	SSO001
SSO012	Sociologia I	EL	P	60	-	60	4	-	SSO006
SSO014	Filosofia e Ética	EL	P	60	-	60	4	-	SSO010

Unidade Curricular optativa									
Código	Componente Curricular	Tipo	Mod	Carga horária				Pré-requisito	Equivalência Estrutura Curricular 2007/2
				T	P	CHT	CR		
CEX134	Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS	OP	P/D	60	-	60	4		CEX103

Quadro 7: Síntese para integralização curricular

COMPONENTES CURRICULARES	CARGA HORÁRIA	Nº DE CRÉDITOS
Núcleo de Formação Geral	1.920	128
Núcleo de Formação Complementar:		
Unidades Curriculares do Grupo de Formação Específica	180	12
Unidades Curriculares Eletivas	420	28
Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório	390	26
Atividades Complementares	105	07
Total	3.015	201

Tempo de Integralização Curricular: Mínimo: 4,5 anos (9 semestres) e Máximo: 6,5 anos (13 semestres)

* Ressalta-se que cada crédito equivale a 15 (quinze) horas/aula.

Legenda:

T – Carga horária teórica

P – Carga horária prática

Mod – Modalidade presencial (P) / Distância (D)

ECS – Estágio Curricular Supervisionado

CHT – Carga Horária Total

CR – Crédito

CFE – Grupo de Formação Específica

Prof. Dr. Vasconcelos Reis Wakim
Coordenador do Curso de Graduação em Ciências Contábeis

As ementas das disciplinas estão discriminadas no item 10.2. O item 10.3 apresenta a equivalência das disciplinas de migração dos períodos cumpridos para as disciplinas da proposta curricular.

11.1.4 Fluxograma

1º Período	2º Período	3º Período	4º Período	5º Período	6º Período	7º Período	8º Período	9º Período
Contabilidade I	Contabilidade II	Contabilidade III	Contabilidade IV	Contabilidade Gerencial	Laboratório Contábil	Mercado de Capitais	Perícia Contábil	Trabalho de Conclusão de Curso – TCC
Matemática I	Direito de Empresa	Direito do Trabalho e Previdenciário	Contabilidade de Custos II	Administração Financeira	Administração Orçamentária	Formação específica – Grupo A ou B	Projeto de Pesquisa em Ciências Contábeis	Eletiva
Fundamentos de Economia	Matemática II	Contabilidade de Custos I	Direito Tributário	Contabilidade Fiscal e Tributária	Contabilidade Aplicada ao Setor Público	Grupo de Formação específica – A ou B	Grupo de Formação específica – A ou B	Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório
Instituições de Direito Público e Privado	Metodologia Científica	Matemática Financeira	Análise Demonstrações Contábil-Financeiras I	Teoria Contábil	Auditoria Contábil	Eletiva	Eletiva	Atividades Complementares
Teoria da Administração	Sistemas de Informação	Estatística	Métodos Quantitativos Aplicados à Contabilidade e Finanças	Eletiva	Eletiva	Eletiva	Eletiva	

11.2 Ementário e Bibliografias

Nome da Disciplina: CONTABILIDADE I
Período: 1º
Carga Horária: 60h/a
Ementa: Contabilidade: conceito, objetivos, aplicação, usuários e noções da estrutura conceitual básica. Patrimônio. Equação patrimonial. Teoria geral das contas. Contas e plano de contas. Procedimentos contábeis básicos segundo o Método das Partidas Dobradas. Escrituração e lançamentos. Livros contábeis. Conjuntos de informações contábeis. Balanço Patrimonial. Depreciação, Amortização e Exaustão. Balancete de verificação. Receita, despesa e resultado. Noções de Demonstração de Resultado de Exercício.
Bibliografia Básica: EQUIPE DE PROFESSORES DA FEA/USP. Contabilidade Introdutória . Atualizações de acordo com as Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2010. MARION, J. C. Contabilidade Básica . 10. ed. São Paulo: Atlas, 2009. PADOVEZE, C. L. Manual de Contabilidade Básica : contabilidade introdução e intermediária. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2012. RIBEIRO, O. M. Contabilidade Básica . 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.
Bibliografia Complementar: BRASIL. Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 (Texto compilado com alterações posteriores). Dispõe sobre as Sociedades por Ações. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil , Brasília, DF, 17 dez. 1976. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6404consol.htm >. Acesso em: 18 jan. 2018. COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS (CPC). Pronunciamento Conceitual Básico (R1) . Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro. Correlação às Normas Internacionais de Contabilidade – The Conceptual Framework for Financial Reporting (IASB – BV 2011 Blue Book). Brasília, 2011. Disponível em: < http://www.cpc.org.br/pdf/CPC00_R1.pdf >. Acesso em: 18 jan. 2018. IUDÍCIBUS, S. de <i>et al.</i> Manual de Contabilidade Societária : aplicável a todas as sociedades de acordo com as normas internacionais e do CPC. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2013. MARION, José Carlos. Contabilidade empresarial . 16. ed. São Paulo: Atlas, 2012. WARREN, C. S. <i>et al.</i> Fundamentos de Contabilidade : Princípios. São Paulo: Cengage Learning, 2009.

Nome da Disciplina: MATEMÁTICA I
Período: 1º
Carga Horária: 60 h/a
Ementa: Teoria de Conjuntos; Função: Domínio, Imagem e Gráficos; Função do 1º Grau; Função do 2º Grau; Zeros e Sinais de Funções; Função do tipo $k/(x+a)$; Função Composta; Função Modular; Função Exponencial; Função Inversa; Função Logarítmica; Sistemas Lineares; Aplicações.
Bibliografia Básica: FLEMMING, D. M; GONÇALVES, M. B. Cálculo A: funções, limite, derivação e integração. 6. ed. São Paulo: Makron, 2006. IEZZI, G.; MURAKAMI, C. Fundamentos De Matemática Elementar , v. 1. 9. ed. São Paulo: Atual Editora, 2013. MORETTIN, P.; BUSSAB, W.; HAZZAR, S. Cálculo – Função de uma e várias variáveis . São Paulo: Atual Editora, 2010. MUROLO, A.; BONETO, G. Matemática Aplicada À Administração, Economia e Contabilidade . São Paulo: Pioneira Thompson Learning, 2012. SILVA, E. M. da; SILVA, E. M. da; SILVA, S. M. da. Matemática: para os cursos de Economia, Administração, Ciências Contábeis - Volume 1. São Paulo: Atlas, 2010.
Bibliografia Complementar: ANTON, H. Cálculo: um novo horizonte, v. 1. 6. ed. Porto Alegre: Bookmann, 2000. HARIKI, Seiji; ABDOUNOUR, Oscar João. Matemática aplicada . São Paulo: Saraiva, 2010. LEITHOLD, L. Matemática Aplicada à Economia e Administração . São Paulo: Harbra, 1998. LEITHOLD, L. O cálculo com Geometria Analítica , v. 1. 3. ed. São Paulo: Harbra, 1994. MEDEIROS, S. Cálculo Básico para Cursos Superiores . São Paulo: Atlas, 2004. STEWART, J. Cálculo , v. 1. 5. ed. São Paulo: Thomson Pioneira, 2006. TAN, S. Matemática Aplicada a Administração e Economia . São Paulo: Thomson Pioneira, 2007.

Nome da Disciplina: FUNDAMENTOS DA ECONOMIA
Período: 1º
Carga Horária: 60 h/a
Ementa:
Introdução à Economia; Agentes Econômicos; Sistema Econômico. Noções da Teoria Microeconômica Demanda, Oferta e Equilíbrio de Mercado, Elasticidades, Estruturas de Mercado. Noções da Teoria Macroeconômica, Metas da Política Macroeconômica, Instrumentos da Política Macroeconômica, Contas Nacionais, Políticas Econômicas: fiscal, monetária, cambial, comercial e de rendas, Inflação.
Bibliografia Básica:
DORNBUSCH, R.; FISCHER, S. Macroeconomia . São Paulo: Makron Books, 2009.
MANKIW, N. G. Introdução à Economia : princípios de micro e macroeconomia. Rio de Janeiro: Campus, 2001.
MOCILLO, F. M.; TROSTER, R. L. Introdução à Economia . São Paulo: Makron Books, 2002.
OLIVEIRA, J. F. de (org.). Economia para administradores . São Paulo: Saraiva, 2005.
PYNDICI, R. S.; RUBINELD, Daniel L. Microeconomia . São Paulo: McGraw Hill, 2010.
ROSSETI, J. P. Introdução à Economia . São Paulo: Atlas, 2003.
Bibliografia Complementar:
CARNEIRO, R. (org). Os clássicos da economia . São Paulo: Ática, 1997.
LANZANA, A. E. T. Economia Brasileira . São Paulo: Atlas, 2001.
MEURER, R.; SAMOHYL, R. W. Conjuntura Econômica : entendendo a economia no dia-a-dia. Campo Grande/MS: Oeste, 2001.
SANDRONI, P. Novo dicionário de economia . São Paulo: Best Seller, 1994.
VASCONCELLOS, M. A. S. Economia : micro e macro. São Paulo: Atlas, 2001.
VASCONCELLOS, M. A. S. Fundamentos de economia . 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2005.

Nome da Disciplina: INSTITUIÇÕES DE DIREITO PÚBLICO E PRIVADO
Período: 1º
Carga Horária: 60 h/a
Ementa:
Conceito de Direito. Conceito de Moral. Distinção entre Direito e Moral. Fontes do Direito. Principais ramos do Direito. Direito Público: O Estado. Elementos do Estado. Constituição. Classificação. Princípios Fundamentais. Divisão dos Três Poderes: Legislativo, Executivo e Judiciário. Direitos Fundamentais na CF/88 (1ª 2ª e 3ª dimensão, com ênfase em questões étnico-raciais, gênero, ações afirmativas e proteção ao meio ambiente). Noções de Direito Administrativo. Direito Privado: Das Pessoas Naturais e Das Pessoas Jurídicas. Bens. Noções gerais sobre obrigações e contratos.
Bibliografia Básica:
BOBBIO, Norberto. Teoria do ordenamento jurídico . São Paulo: Edipro, 2011. BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil, de 5 de outubro de 1988. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm >. Acesso em: 05 dez. 2017. BRASIL. Código Civil, Lei 10.406, de 10 de janeiro de 2002 Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406.htm >. Acesso em: 05 dez. 2017. DALLARI, Dalmo de Abreu. Elementos da teoria geral do Estado . 25. ed. São Paulo: Saraiva, 2005. FILHO, Roberto Lyra. O que é Direito . Coleção Primeiros Passos. São Paulo: Brasiliense, 2003. LENZA, Pedro. Direito Constitucional esquematizado . 21. ed. São Paulo: Saraiva, 2017. NADER, Paulo. Introdução ao Estudo do Direito . 34. ed. São Paulo: Saraiva, 2012. PEREIRA, Caio Mario da Silva. Instituições de Direito Civil . v. 1, 25. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2012. RODRIGUES, Silvio. Curso de Direito Civil . Parte Geral. v. 1. 16. ed. São Paulo: Saraiva, 2016.
Bibliografia Complementar:
BITTAR, C. A. Teoria Geral do Direito Civil . 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007. BRANCATO, R. T. Instituições de direito público e privado . 14. ed. São Paulo: Saraiva, 2011. CARVALHO FILHO, J. S. Manual de Direito Administrativo . 27. ed. São Paulo: Atlas, 2014. DI PIETRO, M. S. Z. Direito Administrativo . 26. ed. São Paulo: Atlas, 2013. DINIZ, M. H. Compêndio de Introdução - À Ciência do Direito . 29. ed. São Paulo: Saraiva, 2014. DINIZ, M. H. Curso de Direito Civil Brasileiro . v. 1. 31. ed. São Paulo: Saraiva, 2014. FERRAZ JUNIOR, T. S. Introdução ao Estudo do Direito: Técnica, Decisão, Dominação . 7. ed. São Paulo: Atlas, 2013. FIÚZA, C. Direito Civil: curso completo . Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014. GAGLIANO, Pablo Stolzae; PAMPLONA FILHO, Rodolfo. Novo Curso de Direito Civil: Parte Geral . 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2004. MEIRELLES, H. L. Direito Administrativo Brasileiro . 40. ed. São Paulo: Malheiros, 2014. MELLO, C. A. B. de. Curso de Direito Administrativo . 31. ed. São Paulo: Malheiros, 2014. MORAES, Alexandre de. Direito Constitucional . 29. ed. São Paulo: Atlas, 2013. REALE, M. Lições Preliminares de Direito . 27. ed. São Paulo: Saraiva, 2009. SILVA, J. A. da. Curso de direito constitucional positivo . 37. ed. São Paulo: Malheiros, 2014. VENOSA, S. S. Direito Civil . v.1. 14. ed. São Paulo: Atlas, 2014. VENOSA, S. S. Introdução ao Estudo do Direito: primeiros linhas . 4. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

Nome da Disciplina: TEORIA DA ADMINISTRAÇÃO
Período: 1º
Carga Horária: 60 h/a
Ementa: A evolução das organizações e da administração. Visão integrada do processo gerencial, enfatizando o papel dos dirigentes. Diferentes tipos de organizações e suas características como campos de aplicação do conhecimento administrativo.
Bibliografia Básica: ARAÚJO, L. C. G. de. Teoria Geral da Administração : aplicação e resultados nas empresas brasileiras. São Paulo: Atlas, 2004. CHIAVENATO, I. Introdução à Teoria Geral da Administração . 10. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014. MAXIMINIANO, Antônio César Amaru. Teoria Geral da Administração : da revolução urbana à revolução digital. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2012. KWANISCKA, Eunice Lacava. Introdução à Administração . 6. ed. São Paulo: Atlas, 2004.
Bibliografia Complementar: DRUCKER, Peter F. Introdução à Administração . 3. ed. São Paulo: Thomson Pioneira, 1998. FAYOL, Henri. Administração industrial e geral . Previsão, Organização, Comando, Coordenação e Controle. 10. ed. São Paulo: Atlas, 1990. KOONTZ, H; O'DONNELL, C. Princípios de Administração . São Paulo: Pioneira, 1976. MICKLETHWAIT, Jonh; WOOLDRIDGE, Adrian. Os Bruxos da Administração : como entender a Babel dos Gurus Empresariais. Rio de Janeiro: Campus, 1998. MONTANA, Patrick J.; CHARNOV, Bruce H. Administração . 3. ed. – São Paulo: Saraiva, 2010. MORGAN, Gareth. Imagens da Organização : edição executiva. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2002. MOTTA, Fernando C. Prestes; VASCONCELOS, Isabella F. Gouveia de. Teoria Geral da Administração . 3. ed. São Paulo: Cengage Learnig, 2006. MUNIZ, Adir Jaime de Oliveira; FARIA, Herminio Augusto. Teoria Geral da Administração : noções básicas. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2007. TAYLOR, Frederick W. Princípios de Administração Científica . 8. ed. São Paulo: Atlas, 1990

Nome da Disciplina: CONTABILIDADE II
Período: 2º
Carga Horária: 60 h/a
Ementa:
Ativo e seus grupos: conceito; classificação dos elementos; critérios de avaliação; disponibilidades; operações financeiras; operações com mercadorias; perdas estimadas; duplicatas descontadas; despesas antecipadas; baixas de bens do ativo imobilizado. Passivo e seus grupos: conceito, classificação dos elementos; critérios de avaliação; provisões; passivos contingentes; debêntures; operações financeiras. Patrimônio Líquido: conceito; constituição; capital social; reservas; diferença entre reserva e provisões; ajustes de avaliação patrimonial; ações em tesouraria; prejuízos/lucros acumulados; dividendos. Demonstração do Resultado do Exercício: conceito; classificação; participações.
Bibliografia Básica:
EQUIPE DE PROFESSORES DA FEA/USP. Contabilidade Introdutória . Atualizações de acordo com as Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2010.
GOUVEIA, N. Contabilidade Básica . 2. ed. São Paulo: Harbra, 2001.
IUDÍCIBUS, S. de <i>et al.</i> Manual de Contabilidade Societária : aplicável a todas as sociedades de acordo com as normas internacionais e do CPC. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2013.
Bibliografia Complementar:
IUDÍCIBUS, Sérgio de. Teoria da Contabilidade . 10. ed. São Paulo: Atlas, 2010.
MARION, José Carlos. Contabilidade empresarial . 16. ed. São Paulo: Atlas, 2012.
SILVA, C. A. T. Contabilidade Básica . 4. ed. São Paulo: Atlas, 2009.
WARREN, C. S. <i>et al.</i> Fundamentos da Contabilidade : aplicações. 22. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2010.
WARREN, C. S. <i>et al.</i> Fundamentos de Contabilidade : Princípios. São Paulo: Cengage Learning, 2009.

Nome da Disciplina: DIREITO DE EMPRESA
Período: 2º
Carga Horária: 60 h/a
Ementa: Empresário. Empresa individual de responsabilidade limitada. Sociedade: empresária e simples; sociedade não personificada; sociedade personificada. Sociedade Anônima (Lei Federal nº 6.404/76). Estabelecimento. Escrituração. Liquidação da sociedade; transformação; incorporação; fusão; cisão. Órgãos sociais; responsabilidade dos sócios; responsabilidade dos administradores. Contratos e obrigações mercantis. Títulos de Crédito. Falência e recuperação judicial Lei Federal nº 11.101/05.
Bibliografia Básica:
BRASIL. Código Civil , Lei 10.406, de 10 de janeiro de 2002, http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406.htm , consultado em 05 de dezembro de 2017, às 15h. COELHO, Fábio Ulhoa. Manual de Direito Comercial, Direito de Empresa, 24 ed. 3 vol. São Paulo: Saraiva, 2012. RAMOS, André Luiz Santa Cruz, Direito Empresarial Esquematizado, 5º Ed., Ed. Gen, 2015. REQUIÃO, Rubens. Curso de Direito Comercial. 31 ed. Vol. 1. São Paulo: Saraiva, 2012. TEIXEIRA, Tarciso. Direito Empresarial Sistematizado, 4ª ED., Saraiva, 2015. TOMAZETTE, Marlon. Curso de Direito Empresarial, Vol I e II. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 2012.
Bibliografia Complementar:
ALMEIDA, A. P. de. Manual das sociedades comerciais. 16. ed. São Paulo: Saraiva, 2007. _____.Curso de falência e Recuperação de Empresa. 22. ed. São Paulo: Saraiva, 2006. _____.Teoria prática dos títulos de crédito. 26. ed. São Paulo: Saraiva, 2007. BRASIL. Código de Defesa do Consumidor. 16. Ed. São Paulo: Saraiva, 2007. COELHO, F. U. Curso de Direito Comercial: direito de empresa, Vol. 1. 11. ed. São Paulo: Saraiva, 2007. COELHO, F. U. Curso de Direito Comercial: direito de empresa, Vol. 2. 10. ed. São Paulo: Saraiva, 2007. COELHO, F. U. Curso de Direito Comercial: direito de empresa, Vol. 3. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2007. DUARTE, R. P.. Teoria da Empresa: à luz do novo Código Civil brasileiro. São Paulo: Método, 2004. FABRETTI, L. C. Direito de Empresa no Novo Código Civil. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2004. MACHADO, E. G. Direito de Empresa Aplicado: abordagem jurídica, administrativo e contábil. São Paulo: Atlas, 2004. MAZZAFERA, L. B. Curso Básico de Direito Empresarial. 2. ed. Bauru, SP: EDIPRO, 2007. OLIVERIA, J. E. Código de Defesa do Consumidor: Anotado e Comentado. Doutrina e Jurisprudência. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2005. PERIN JUNIOR, E. Curso de Direito Falimentar e Recuperação de Empresas. 3. ed. São Paulo: Método, 2006. RETTO, E. B. Sociedades Limitadas. Barueri, SP: Manole, 2007. RIZZARDO, A. Direito de Empresa: Lei nº 10.406, de 10.01.2002. Rio de Janeiro: Forense, 2007.

Nome da Disciplina: MATEMÁTICA II
Período: 2º
Carga Horária: 60 h/a
Ementa:
Limites; Continuidade; Derivada; Regras de Derivação; Derivação da Função Composta; Máximos, mínimos, concavidades, pontos de inflexão, gráficos; Integração Indefinida; Integral Definida; Aplicações.
Bibliografia Básica:
ANTON, H. Cálculo: um novo horizonte – v. 1. 6. ed. Porto Alegre: Bookmann, 2000.
IEZZI, G.; DOLCE, O; MURAKAMI, C. Fundamentos de Matemática Elementar - Volume 2. 10.ed. São Paulo: Atual Editora, 2013.
MORETTIN, P.; BUSSAB, W.; HAZZAR, S. Cálculo – Função de uma e várias variáveis. São Paulo: Atual Editora, 2010.
SILVA, E. M. da; SILVA, E. M. da; SILVA, S. M. da. Matemática: para os cursos de Economia, Administração, Ciências Contábeis - Volume 1. São Paulo: Atlas, 2010.
SILVA, E. M. da; SILVA, E. M. da; SILVA, S. M. da. Matemática: para os cursos de Economia, Administração, Ciências Contábeis, v. 2. São Paulo: Atlas, 1997.
STEWART, J. Cálculo , v. 1. 5ed. São Paulo: Thomson Pioneira, 2006.
Bibliografia Complementar:
HARIKI, S.; ABDOUNOUR, O. J. Matemática aplicada. São Paulo: Saraiva, 2010.
IEZZI, G.; MURAKAMI, C. Fundamentos De Matemática Elementar , v. 1, 9.ed. São Paulo: Atual Editora, 2013.
LEITHOLD, L. O cálculo com Geometria Analítica – volume 1, 3.ed. São Paulo: Harbra, 1994.
LEITHOLD, L. Matemática Aplicada à Economia e Administração. São Paulo: Harbra, 1998.
MEDEIROS, S. Cálculo Básico para Cursos Superiores. São Paulo: Atlas, 2004.
MUROLO, A.; BONETO, G. Matemática Aplicada À Administração, Economia e Contabilidade. São Paulo: Pioneira Thompson Learning, 2012.
TAN, S. Matemática Aplicada a Administração e Economia. São Paulo: Thomson Pioneira, 2007

Nome da Disciplina: METODOLOGIA CIENTÍFICA
Período: 2º
Carga Horária: 60 h/a
Ementa:
Tipos de conhecimento. Ciência. Métodos Científicos. Pesquisa: conceitos, classificação e tipos. Formulação de problema, objetivos, hipóteses e suposições. Justificativa da pesquisa. Técnicas de coleta, análise e interpretação dos dados. Tipos de trabalhos acadêmicos. Construção de trabalhos acadêmicos. Caracterização da pesquisa em contabilidade. Normas da ABNT relativas à pesquisa acadêmica. Diretrizes para apresentação de seminário. Projeto de Pesquisa.
Bibliografia Básica:
BARROS, A. J. S.; LEHFELD, N. A. S. Fundamentos de Metodologia Científica . 3. ed. São Paulo: Pearson, 2007.
BEUREN, I. M. Como Elaborar Trabalhos Monográficos em Contabilidade . Teoria e prática. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2006.
CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A.; SILVA, R. da. Metodologia Científica . 6. ed. São Paulo: Prentice Prentice Hall, 2007.
GIL, A. C. Como Elaborar Projeto de Pesquisa . 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.
MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. Fundamentos de Metodologia Científica . 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.
Bibliografia Complementar:
DEMO, P. Metodologia Científica em Ciências Sociais . 3. ed. São Paulo: Atlas, 1995.
MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. Metodologia do Trabalho Científico . 6. ed. São Paulo: Atlas, 2001.
MOURA, M. L.S.de; FERREIRA, M. C.; PAINE, P. A. Manual de Elaboração de Projetos de Pesquisa . Rio de Janeiro: UERJ, 1998.
THEÓPHILO, C. R.; MARTINS, G. A. Metodologia da Investigação Científica para Ciências Sociais Aplicadas . 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009.
VERGARA, S. C. Projetos e Relatórios de Pesquisa em Administração . 13. ed. São Paulo: Atlas, 2011.
YIN, R. K. Estudo de Caso: planejamento e métodos . 3. ed. Porto Alegre: Bookman Companhia, 2005.

Nome da Disciplina: SISTEMAS DE INFORMAÇÃO
Período: 2º
Carga Horária: 60 h/a
Ementa: Importância da informação e dos sistemas de informação na organização. Alinhamento estratégico dos sistemas de informação ao negócio. Planejamento, projeto, seleção e implantação de sistemas de informação. Classificações de sistemas de informação: de apoio, transacionais, gerenciais, inteligentes e de suporte a decisão. Sistemas de gestão integrada (ERP). Sistemas de informação contábeis. Apresentação prática de sistemas de gestão integrada e contábeis.
Bibliografia Básica: LAUDON, K.C; LAUDON, J.P. Sistemas de Informação Gerenciais: Administrando a empresa digital. 5.ed. São Paulo: Prentice Hall, 2004. MAGALHÃES, A.D. F; LUNKES, I.C. Sistemas contábeis: o valor informacional da contabilidade nas organizações. São Paulo: Atlas, 2000. PADOVESE, C.L. Sistemas de informações contábeis: Fundamentos e análise. 4. ed. São Paulo, Atlas, 2004.
Bibliografia Complementar: AUDY, J.L.N.; ANDRADE, G.K.; CIDRAL, A. Fundamentos de sistemas de informação. Porto Alegre: Bookman, 2005. CRUZ, T. Sistemas de informações gerenciais: tecnologias da informação e a empresa do século XXI. 3. ed. rev. atual. e ampl. São Paulo: Atlas, 2003. MOSCOVE, S.A.; SIMKIN, M.G.; BAGRANOFF, N.A. Sistemas de informações contábeis. São Paulo: Atlas, 2002. TURBAN, E.; RAINER JR., R.K.; POTTER, R.E. Administração de Tecnologia da Informação. 3. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2005. STAIR, Ralph M.; REYNOLDS, George Walter. Princípios de sistemas de informação. 9. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2011.

Nome da Disciplina: CONTABILIDADE III
Período: 3º
Carga Horária: 60 h/a
Ementa:
Demonstração dos Lucros e Prejuízos Acumulados. Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido. Demonstração do Fluxo de Caixa. Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos. Relatório de Sustentabilidade. Demonstração do Resultado Abrangente. Demonstração do Valor Adicionado. Notas Explicativas. Folha de Pagamento: aspectos contábeis.
Bibliografia Básica:
EQUIPE DE PROFESSORES DA FEA/USP. Contabilidade Introdutória . Atualizações de acordo com as Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2010.
IUDÍCIBUS, S. de <i>et al.</i> Manual de Contabilidade Societária : aplicável a todas as sociedades de acordo com as normas internacionais e do CPC. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2013.
MARION, J. C.; IUDÍCIBUS, S. de. Contabilidade Comercial : atualizado conforme Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2010.
RIBEIRO, O. M. Contabilidade Intermediária . 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.
SCHMIDT, P.; SANTOS, J. L. dos; GOMES, J. M. M. Contabilidade Intermediária : atualizado pela Lei nº 11.941/09 e pelas normas do CPC. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2011.
Bibliografia Complementar:
GRECO, A.; GARTNER, L. A. Contabilidade : teoria e prática básicas. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.
HENDRIKSEN, E. S.; VAN BREDA, M. Teoria da Contabilidade . São Paulo: Atlas, 2009.
MARION, J. C. Contabilidade empresarial . 16. ed. São Paulo: Atlas, 2012.
NEVES, S. das; VICECONTI, P. E. V. Contabilidade básica e estrutura das demonstrações financeiras . 12. ed. São Paulo: Frase, 2004.
SANTOS, J. L. dos; GOMES, J. M. M.; FERNANDES, L. A.; SCHMIDT, Paulo. Manual de Práticas Contábeis : aspectos societários e tributários. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

Nome da Disciplina: DIREITO DO TRABALHO E PREVIDENCIÁRIO
Período: 3º
Carga Horária: 60 h/a
Ementa:
Origens históricas, funções, princípios e conceito de Direito do Trabalho. Relação de emprego e seus elementos. Poder de direção do empregador e limites. Direitos decorrentes da relação trabalhista. Proteção ao trabalho da mulher, da criança, da pessoa com deficiência. Saúde e meio ambiente do trabalho. Salário e remuneração. Formas de extinção do contrato individual do trabalho e as respectivas verbas rescisórias. Estabilidades e/ou garantias provisórias de emprego. Relações coletivas de trabalho no Brasil. Seguridade Social no Brasil: Saúde, Previdência e Assistência Social. Regime Geral de Previdência Social. Regras gerais de acesso aos benefícios previdenciários. Benefícios previdenciários em espécie. Custeio previdenciário. Crimes previdenciários.
Bibliografia Básica:
BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil , de 5 de outubro de 1988, http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm , consultado em 05 de dezembro de 2017, às 14h51min.
BRASIL. Consolidação das Leis do Trabalho. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del5452.htm , consultado em 11 de dezembro de 2017, às 14h51min.
BRASIL. Dispõe sobre a organização da Seguridade Social, institui Plano de Custeio, e dá outras providências. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8212cons.htm , consultado em 11 de dezembro de 2017, às 16h.
BRASIL. Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8213cons.htm , consultado em 11 de dezembro de 2017, às 16h05min.
CAIRO JR, José. Curso de Direito do Trabalho: Direito individual e coletivo de trabalho. 14. ed. Salvador: Editora Jus Podivm, 2018.
CORREIA, Henrique. MIESSA, Élisson. Reforma trabalhista: questões objetivas e discursivas comentadas. Salvador: Editora Jus Podivm, 2017.
DELGADO, Mauricio Godinho. Curso de Direito do Trabalho. 16. ed. São Paulo: LTr, 2017.
IBRAHIM, Fábio Zambitte. Curso de Direito Previdenciário. 22. ed. Niterói: Impetus, 2016.
MARTINS, Fundamentos da Seguridade Social. 16. ed. São Paulo: Saraiva, 2015.
Bibliografia Complementar:
BRASIL. Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). 34. ed. São Paulo: Saraiva, 2007.
DELGADO, M. G. Curso de Direito do Trabalho. São Paulo: LTR, 2002.
MARTINS, S. . Direito do Trabalho. 23. ed. São Paulo: Atlas, 2007.
_____. Direito da Seguridade Social. 24. ed. São Paulo: Atlas, 2007.
_____. Legislação Sindical. São Paulo: Atlas, 1999.
_____. Legislação Previdenciária: Atualizada de acordo com o
_____. CLT Universitária: Consolidação das Leis do Trabalho. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2007.
Decreto nº 3.048, de 6-5-1999 (Regulamento da Previdência Social). 11. ed. São Paulo: Atlas, 2006.
MASCARO, A. Curso de Direito do trabalho. 22. Ed. São Paulo: Saraiva, 2007.
SIQUEIRA NETO, J. F. Direito do Trabalho e Democracia: apontamentos e pareceres. São Paulo: LTr, 1996.

Nome da Disciplina: CONTABILIDADE DE CUSTOS I
Período: 3º
Carga Horária: 60 h/a
Ementa: A função da Contabilidade de Custos. Terminologia Contábil. Conceitos e métodos de apuração dos custos do material direto, da mão-de-obra direta e dos custos indiretos de fabricação. Sistemas de acumulação de custos: produção conjunta, por ordem de produção e contínua. Tratamento contábil.
Bibliografia Básica: BRUNI, A. L.; FAMÁ, R. Gestão de Custos e Formação de Preços . Com aplicação na calculado HP 12c e Excel. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2008. MARTINS, E. Contabilidade de Custos . 10. ed. São Paulo: Atlas, 2010. PADOVEZE, C. L. Contabilidade de Custos . Teoria, prática, integração com Sistemas de Informações (ERP). São Paulo: Cengage Learning, 2013. RIBEIRO, O. M. Contabilidade de Custos . 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2013. VANDERBECK, E. J.; NAGY, C. F. Contabilidade de Custos . 11. ed. São Paulo: Thomson, 2001
Bibliografia Complementar: COGAN, S. Custos e Formação de Preços: análise e prática . São Paulo: Atlas, 2013. CREPALDI, S. A. Curso Básico de Contabilidade de Custos . 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010. LEONE, G. S. G.; LEONE, R. J. G. Curso de Contabilidade de Custos . Contém critério do custeio ABC. Aplicação de métodos quantitativos. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2010. MEGLIORINI, E. Custos . 3. ed. São Paulo: Pearson Education, 2012. NAKAGAWA, M. Gestão estratégica de custos: conceito, sistemas e implantação . São Paulo: Atlas, 1991. SANTOS, J. J. Contabilidade e Análise de Custos: modelo contábil. Métodos de depreciação. ABC - Custeio Baseado em Atividades. Análise atualizada de encargos sociais sobre salários . 6. ed. São Paulo: Atlas, 2011

Nome da Disciplina: MATEMÁTICA FINANCEIRA
Período: 3º
Carga Horária: 60 h/a
Ementa: Aplicações com uso de calculadora financeira em: Fluxo de Caixa; Capitalização Simples e Composta; Taxas médias; Taxas equivalentes; taxa efetiva; taxa nominal e real; Operações de Desconto; Séries de Pagamento: Finitas e Infinitas (Perpetuidades); Sistemas de Amortização de Empréstimos; Efeitos inflacionários nas aplicações financeiros; Capitalização Contínua.
Bibliografia Básica: ASSAF NETO, A. Matemática Financeira e Suas Aplicações . São Paulo: Atlas, 2009. BRUNI, A.L.; FAMA, R Matemática Financeira com HP 12C e Excel . 3. ed. São Paulo: Atlas, 2004. SAMANEZ, C. P. Matemática Financeira: Aplicações à análise de investimentos . São Paulo: Prentice Hall, 2010. SILVA, A.L.C. Matemática Financeira Aplicada . São Paulo: Atlas, 2005
Bibliografia Complementar: DE FARO, C. Fundamentos de Matemática Financeira . São Paulo: Saraiva, 2006. HAZZAN, S.; POMPEO, J. N. Matemática Financeira . São Paulo: Saraiva, 2007. LAPPONI, J.C. Matemática Financeira . Rio de Janeiro: Elsevier, 2005. PUCCINI, A. L. Matemática Financeira: Objetiva e Aplicada . 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2004. SOBRINHO, J.D.V. Matemática Financeira: Edição Compacta . 3. ed. São Paulo: Atlas, 2000. TOSI, A. J. Matemática Financeira com ênfase em produtos bancários . São Paulo: Atlas, 2003. VERAS. L.L. Matemática Financeira . São Paulo: Atlas, 2007.

VIEIRA, J. D. Matemática Financeira . São Paulo: Atlas, 2000.
Nome da Disciplina: ESTATÍSTICA
Período: 3º
Carga Horária: 60 h/a
Ementa: Conceitos fundamentais de Estatística. Amostragem. Apresentação dos dados. Tabelas de distribuição de frequência. Medidas de tendência central. Medidas de Dispersão. Conceitos de probabilidade e Cálculo de probabilidades. Variável aleatória. Distribuições de probabilidades. Testes de hipóteses. Tabela de Contingência. Correlação linear simples.
Bibliografia Básica: BRUNI, A. L. Estatística aplicada à gestão empresarial . 2. ed. São Paulo: Atlas, 2008. SILVA, E.M.; SILVA, E. M.; GONÇALVES, V.; MUROLO, A. C. Estatística para os cursos de: economia-administração- ciências contábeis . vol 1 e 2. São Paulo:Atlas,1999. TOLEDO, G.L.et al. Estatística Básica . 2. ed. São Paulo: Atlas, 1985. TRIOLA, M.F. Introdução à Estatística . 11. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2013.
Bibliografia Complementar: HOFFMANN, R. Estatística para economistas . 4. ed. São Paulo: Pioneira, 2006. KARMEL, P.H.; POLASEK, M. Estatística Geral e Aplicada à Economia . 2. ed. São Paulo: Atlas, 1981. KMENTA, J. Elementos de economia . São Paulo: Atlas, 1978. MAGALHÃES, M.N.; LIMA, A.C.P. Noções de Probabilidade e MINITAB Statistical Software MINITAB Reference Manual ; April 1989 Estatística . 6ed. São Paulo: Edusp, 2005. SOARES, J.F. et. al. Introdução à Estatística . 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2003. SPIEGEL, M. R. Probabilidade e Estatística . São Paulo: McGraw-Hill, 1977.

Nome da Disciplina: CONTABILIDADE IV
Período: 4º
Carga Horária: 60 h/a
Ementa:
Avaliação de investimentos permanentes. Consolidação das demonstrações contábeis. Contabilidade das fusões, incorporações e cisões. Contabilidade em Moeda Constante. Correção monetária. Correção monetária integral. Conversão para moeda estrangeira.
Bibliografia Básica:
ALMEIDA, M. C. Contabilidade avançada: textos, exemplos e exercícios resolvidos. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 2013.
_____. Correção Monetária Integral das demonstrações financeiras. São Paulo: Atlas, 1988.
BRAGA, H. R.; ALMEIDA, M. C. Mudanças Contábeis na Lei Societária: Lei nº 11.638, de 28-12-2007. São Paulo, Atlas: 2008.
BRASIL. Lei das Sociedades por Ações, Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976. Dispõe sobre as sociedades por ações. Manuais de Legislação Atlas. 6. ed. São Paulo, Atlas, 1999. v. 28.
BRASIL. Lei das Sociedades por Ações, Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007. Altera e revoga dispositivos da Lei no 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e da Lei no 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e estende às sociedades de grande porte disposições relativas à elaboração e divulgação de demonstrações financeiras. Disponível em: /www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/Lei/L11638.htm >.
BRASIL. Lei das Sociedades por Ações, Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009. Conversão da Medida Provisória nº 449, de 2008. Disponível em: /www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/Lei/L11941.htm >.
CPC, Comitê de Pronunciamentos Contábeis. Diversos Pronunciamentos Técnicos.
CVM, Comissão de Valores Mobiliários. Instrução CVM n. 191/1992. Dispõe sobre a Demonstração contábil em moeda de capacidade aquisitiva constante (Correção monetária integral).
CVM, Comissão de Valores Mobiliários. Instrução CVM n. 534/08. Aprova o Pronunciamento Técnico CPC 02 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, que trata dos Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis. Disponível em: /www.cvm.gov.br/port/snc/deli534.pdf >.
FIPECAFI/USP. Manual de contabilidade societária: aplicável a todas as sociedades de acordo com as Normas Internacionais e do CPC. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2013.
Bibliografia Complementar:
HENDRIKSEN, E. S.; VAN BREDA, M. F. Teoria da Contabilidade. São Paulo: Atlas, 2005.
IUDÍCIUS, S. de; MARTINS, E.; GELBKE, E. R. Manual de Contabilidade das Sociedades por Ações. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2013.
MARION, J. C.; REIS, A. Contabilidade avançada: para concursos públicos e cursos de graduação de ciências contábeis. São Paulo: Saraiva, 2006.
PEREZ JUNIOR, J. H.; OLIVEIRA, L. M. de. Contabilidade avançada: texto e testes com as respostas. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2012.
SANTOS, J. L. dos; SCHIMIDT, P.; FERNANDES, L. A. Contabilidade Avançada: aspectos societários e tributários. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

Nome da Disciplina: CONTABILIDADE DE CUSTOS II
Período: 4º
Carga Horária: 60 h/a
Ementa:
Métodos de custeamento: Variável, Por Absorção, ABC, Padrão, Estimado, Pleno. Aplicabilidade dos métodos nos vários sistemas de acumulação de custos. Tratamento contábil.
Bibliografia Básica:
BRUNI, A. L.; FAMÁ, R. Gestão de Custos e Formação de Preços . Com aplicação na calculado HP 12c e Excel. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
MARTINS, E. Contabilidade de Custos . 10. ed. São Paulo: Atlas, 2010.
PADOVEZE, C. L. Contabilidade de Custos . Teoria, prática, integração com Sistemas de Informações (ERP). São Paulo: Cengage Learning, 2013.
RIBEIRO, O. M. Contabilidade de Custos . 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.
VANDERBECK, E. J.; NAGY, C. F. Contabilidade de Custos . 11. ed. São Paulo: Thomson, 2001
Bibliografia Complementar:
COGAN, S. Custos e Formação de Preços: análise e prática . São Paulo: Atlas, 2013.
CREPALDI, S. A. Curso Básico de Contabilidade de Custos . 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.
LEONE, G. S. G.; LEONE, R. J. G. Curso de Contabilidade de Custos . Contém critério do custeio ABC. Aplicação de métodos quantitativos. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2010.
MEGLIORINI, E. Custos . 3. ed. São Paulo: Pearson Education, 2012.
NAKAGAWA, M. Gestão estratégica de custos: conceito, sistemas e implantação . São Paulo: Atlas, 1991.
SANTOS, J. J. Contabilidade e Análise de Custos: modelo contábil. Métodos de depreciação. ABC - Custeio Baseado em Atividades. Análise atualizada de encargos sociais sobre salários . 6. ed. São Paulo: Atlas, 2011

Nome da Disciplina: DIREIRO TRIBUTÁRIO
Período: 4º
Carga Horária: 60 h/a
Ementa:
Introdução: surgimento e evolução do Direito Tributário. Fontes do Direito Tributário. Espécies tributárias. Princípios constitucionais e gerais do Direito Tributário. Normas gerais de direito tributário. Competência tributária. Obrigação tributária. Responsabilidade tributária. Crédito tributário. Administração tributária. Sistema Tributário Nacional: princípios gerais; regime especial de tributação das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Lei Complementar Federal 123/06).
Bibliografia Básica:
AMARO, Luciano. Direito Tributário Brasileiro. 22. ed., São Paulo: Saraiva, 2017. BALEIRO, Aliomar. Direito Tributário Brasileiro. 13. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2015. BRASIL. <u>Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966.</u> Dispõe sobre o Sistema Tributário Nacional e institui normas gerais de direito tributário aplicáveis à União, Estados e Municípios, http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5172.htm , consultado em 13 de dezembro de 2017, às 14h. BRASIL. <i>Constituição da República Federativa do Brasil, de 5 de outubro de 1988</i> , http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm , consultado em 05 de dezembro de 2017, às 14h51min. BASTOS, Celso Ribeiro. Curso de Direito Financeiro e de Direito Tributário. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 1997. CARRAZZA, Roque Antonio. Curso de direito constitucional tributário. 31. ed. São Paulo: Malheiros, 2017. CARVALHO, Paulo de Barros. Curso de direito tributário. 27. ed. São Paulo: Saraiva, 2016. COÊLHO, Sacha Calmon Navarro. Curso de Direito Tributário Brasileiro. 9.ed. Rio de Janeiro: Forense, 2008 MACHADO, Hugo de Brito. Curso de Direito Tributário. 35. ed. São Paulo: Malheiros, 2014. SABBAG Eduardo. Manual de Direito tributário. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2017
Bibliografia Complementar:
ALEXANDRE, R. Direito tributário esquematizado. 4. ed. rev. e atual. São Paulo: Método, 2010. 716 p. ALEXANDRE, R. Direito tributário esquematizado. 4. ed. rev. e atual. São Paulo: Método, 2010. 119 p. MESSA, A. Fa. Direito tributário e financeiro. 4.ed. São Paulo: Rideel, 2010. 357 p. BALEIRO, A. Limitações constitucionais ao poder de tributar. 7.ed. Rio de Janeiro: Forense, 2006. 859 p. BALTHAZAR, U. C. (org.). Reforma tributária e Mercosul: a instituição do Iva no direito tributário brasileiro. Belo Horizonte: Del Rey, 1999. 256 p. BORGES, H. B. Planejamento Tributário: IPI, ICMS, ISS e IR. 9.ed. São Paulo: Atlas, 2006. 408 p. CAMPOS, C. H. de. Planejamento tributário: PIS/CONFINS, importação e disposições legais. São Paulo: Saraiva, 2006. 153 p. CASSONE, V. Direito Tributário: fundamentos constitucionais, análise dos impostos, incentivos à exportação, doutrina, prática e jurisprudência. 10.ed. São Paulo: Atlas, 1997. 450 p. MORAES, B. R. de. Compêndio de Direito Tributário. 3.ed. Rio de Janeiro: Forense, 2002. v. 2. 628p. MURTA, A. C. D. Responsabilidade tributária dos sócios: sociedades por quotas de responsabilidade limitada. Belo Horizonte: Del Rey, 2001. 115 p. NOGUEIRA, R. B. Curso de Direito Tributário. 14.ed. São Paulo: Saraiva, 1995. 346 p. NEVES, S. das; VICECONT, P. E. V.; SILVA JUNIOR, F. A. da. Curso prático de imposto de renda pessoa jurídica e tributos conexos (CSLL, PIS e COFINS). 14. ed. atual. rev. ampl. São Paulo : Frase , 2009. 884 p

Nome da Disciplina: ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBIL-FINANCEIRAS I
Período: 4º
Carga Horária: 60 h/a
Ementa: Estrutura e Integração das Demonstrações Contábeis. Escopo da Análise Financeira. Padronização das Demonstrações. Modelos Matemáticos para Análises Estruturadas: Análise Horizontal e Vertical; Análise da Lucratividade e Desempenho; Análise dos Ciclos Financeiro e Operacional; Análise da Estrutura de Capitais e Solvência; EVA e MVA; Análise da Liquidez e Capacidade de Pagamento; Modelo Du Pont; Análise de Indicadores de Mercado de Capitais; Análise Setorial por Índices-Padrões; Análise do Capital de Giro. Relatórios de Análise.
Bibliografia Básica: ASSAF NETO, A. Estrutura e análise de balanços . 9. ed. São Paulo: Atlas, 2010. BEGALLI, G. A; PEREZ JUNIOR, J. H. Elaboração e Análise das Demonstrações Contábeis . 4. ed. São Paulo: Atlas, 2009. BLATT, A. Análise de Balanços . São Paulo: Pearson Education, 2000. MATARAZZO, D. C. Análise Financeira de Balanços: abordagem básica e gerencial . 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010. REIS, A. Demonstrações Contábeis Estrutura e Análise . 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2006. SILVA, J. P. da. Análise Financeira das Empresas . 11. ed. São Paulo: Atlas, 2012.
Bibliografia Complementar: BRAGA, H. R. Demonstrações Contábeis: estrutura, análise e interpretação . 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003. DAMODARAN, A. Avaliação de Empresas . 2. ed. Prentice Hall Brasil. 2007. IUDÍCIBUS, S.de. Análise de balanços: análise da liquidez e do endividamento; análise do giro; rentabilidade e alavancagem financeira . 10. ed. São Paulo: Atlas, 2009. MARTELANC, R; PASIN, R.; PEREIRA, F. Avaliação de Empresas . Pearson Prentice Hall, 2010. MARION, J.C. Análise das Demonstrações Contábeis: contabilidade empresarial . 7. ed. São Paulo: Atlas, 2012. MORANTE, A. S. Análise das Demonstrações Financeiras . 2.ed. São Paulo: Atlas, 2009. SILVA, A. A. Estrutura, Análise e Interpretação das Demonstrações Contábeis . São Paulo: Atlas, 2007. SCHMIDT, P; SANTOS, J.L.; MARTINS, M.A. Fundamentos de Análise das Demonstrações Contábeis . São Paulo: Atlas, 2006.

Nome da Disciplina: MÉTODOS QUANTITATIVOS APLICADOS À CONTABILIDADE E FINANÇAS
Período: 4º
Carga Horária: 60 h/a
Ementa: O Modelo Clássico de Regressão Linear (MCRL). Análise de Variância do Modelo de Regressão. Problemas Econométricos do Modelo Linear Geral: Multicolinearidade; Heterocedasticidade; Autocorrelação e Erros de Especificação do Modelo. Variações do MCRL. Modelos com Variáveis Independentes Qualitativas (Variáveis <i>Dummy</i>). Análise Discriminante e Modelos com Variáveis Dependentes Qualitativas.
Bibliografia Básica: BRUNI, A. L. Estatística aplicada à gestão empresarial . 2. ed. São Paulo: Atlas, 2008. CORRAR, L. J.; PAULO, E.; DIAS FILHO, J.M. (coord.). Análise Multivariada: para os cursos de Administração, Ciências Contábeis e Economia . FÁVERO, L.P.; BELFIORE, P.; DA SILVA, F.L.; CHAN, B.L. Análise de Dados. Modelagem Multivariada para Tomada de Decisões . Rio de Janeiro: Campus, 2009. HAIR J.R.; ANDERSON, R.E.; TATHAM, R.L.; BLACK, W. C. Análise Multivariada de Dados . 6.ed. Porto Alegre: Bookman, 2007. GUJARATI, Damodar N. Econometria Básica : 6. ed. Rio de Janeiro. Editora Elsevier / Campus, 2011. STEVENSON, W. J. Estatística aplicada à administração . São Paulo: Harbra, 2001. WOOLDRIDGE, J. M. Introdução a econometria: uma abordagem moderna . São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2006.
Bibliografia Complementar: BUSSAB, W. O. Análise de variância e regressão . 2. ed. São Paulo: Saraiva, 1999. FÁVERO, L.P.; BELFIORE, P.; TAKAMATSU, R.T.; SUZART, J. Métodos Quantitativos com Stata: procedimentos, rotinas, e análise de resultados . 1.ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014. HUGHES-HALLETT, D. <i>et al.</i> Cálculo com Aplicações . São Paulo: Editora Blucher, 1999. KAZMIER, J. L. Estatística aplicada à economia e administração . 4. ed. São Paulo: Mc-Graw-Hill, 2007. KIRSTEN, J. T. Estatística aplicada às ciências humanas e ao turismo . São Paulo: Saraiva, 2007. LARSON, R.; EDWARDS, B. H. Cálculo com Aplicações . 6. ed. Rio de Janeiro. Editora LTC, 2005. MAROCO, J. Análise Estatística com Utilização do SPSS . 3. ed. Lisboa: Edições Sílabo, 2006. PESTANA, M.H.; GAGEIRO, J. N. Análise de Dados para Ciências Sociais: a complementaridade do SPSS . 4. ed. Lisboa: Edições Sílabo, 2005. SPIEGEL, Murray R. Estatística . 3. ed. São Paulo: Makron, 1994.

Nome da Disciplina: CONTABILIDADE GERENCIAL
Período: 5º
Carga Horária: 60 h/a
Ementa: Custos para Tomada de Decisão: análise diferencial, comprar ou fabricar, terceirização, limitação da capacidade produtiva. Gestão de preços. Implantação de sistemas de custos. Análise da relação custo, volume e lucro. Contabilidade por responsabilidade e preços de transferência. <i>Balanced Scorecard</i> .
Bibliografia Básica: ATRILL, P.; MCLANEY, E. Contabilidade Gerencial para Tomada de Decisão . São Paulo: Saraiva, 2014. BROCHER, E J. Gestão Estratégica de Custos . 3. ed. São Paulo: Mc Graw Hill, 2007. CHING, H. Y. Contabilidade gerencial: novas práticas contábeis para a gestão de negócios . São Paulo: Pearson Education, 2006. JIAMBALVO, J. Contabilidade Gerencial . 3. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2009. FONTOURA, F. B. B. da. Gestão de Custos . Uma visão integradora e prática dos métodos de custeio. São Paulo: Atlas, 2013. MARION, J. C.; RIBEIRO, O. M. Introdução à Contabilidade Gerencial . São Paulo: Saraiva, 2011. MEGLIORINI, E. Contabilidade Gerencial . São Paulo: Atlas, 2011.
Bibliografia Complementar: ATKINSON, A. A.; BANKER, R. D.; KAPLAN, R. S.; YOUNG, S. M. Contabilidade Gerencial . 3. ed. São Paulo: Atlas, 2011. GARRISON, R. H.; NOREEN, E. W. Contabilidade gerencial . 14. ed. São Paulo: Mc Graw Hill, 2013. HANSEN, D. R.; MOWEN, M. M. Gestão de Custos, Contabilidade e Controle . São Paulo: Thomson, 2001. IUDÍCIBUS, S. de. Contabilidade Gerencial . 6. ed. São Paulo: Atlas, 1998 MAHER, M. Contabilidade de Custos . São Paulo: Atlas, 2011. PADOVEZE, C. L. Contabilidade gerencial: um enfoque em sistema de informação contábil . 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010 SANTOS, J. J. Contabilidade e Análise de Custos: modelo contábil. Métodos de depreciação. ABC - Custeio Baseado em Atividades. Análise atualizada de encargos sociais sobre salários . 6. ed. São Paulo: Atlas, 2011 SOUZA, M. A. de. Gestão de Custos – uma abordagem integrada . São Paulo: Atlas, 2009.

Nome da Disciplina: ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA
Período: 5º
Carga Horária: 60 h/a
Ementa: Introdução às Finanças Corporativas. Finanças a Curto Prazo: Fundamentos da Gestão do Capital de Giro; Gestão de Caixa; Gestão de Recebíveis, Crédito e Cobrança; Gestão Financeira de Estoques; Decisões de Financiamento (a Curto Prazo). Decisões de Investimento a Longo Prazo: Decisões de Investimento em Condições de Certeza; Avaliação Econômica de Investimentos.
Bibliografia Básica: BRIGHAM, E. F.; GAPENSKIL, C.; EHRHARD, M. C. Administração financeira: teoria e prática. São Paulo: Atlas, 2001. GITMAN, L. J. Princípios de administração financeira. 12. ed. São Paulo: Pearson, 2010. LEMES JÚNIOR, A.B; RIGO, C. M; CHEROBIM, A. P. M. S. Administração Financeira: Princípios, Fundamentos e Práticas Brasileiras. 3. ed. Rio de Janeiro: Campus Elsevier, 2010. MATIAS, A. B. Finanças corporativas de curto prazo: a gestão do valor do capital de giro. São Paulo: Atlas, 2007.
Bibliografia Complementar: ASSAF NETO, Alexandre. Finanças corporativas e valor. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010. ASSAF NETO, A.; LIMA, F. G. Curso de administração financeira. São Paulo: Atlas, 2009. BRIGHAM, E. F.; HOUSTON, J. F. Fundamentos da moderna administração financeira. Rio de Janeiro: Elsevier, 1999. BREALEY, R. A.; MYERS, S. C. Princípios de finanças empresariais. 3. ed. Portugal: McGraw-Hill, 1992. DAMODARAN, A. Avaliação de investimentos: ferramentas e técnicas para a determinação do valor de qualquer ativo. Rio de Janeiro: Qualitymark, 1999. ROSS, S. A.; WESTERFIELD, R. W.; JAFFE, J. F. Administração financeira. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

Nome da Disciplina: CONTABILIDADE FISCAL E TRIBUTÁRIA
Período: 5º
Carga Horária: 60 h/a
Ementa: Normas tributárias, especialmente relacionadas com atividades empresariais, destacando os principais instrumentos da administração fiscal. Estudo da legislação tributária aplicada, e as formas de tributação vigentes bem como seu modelo de arrecadação.
Bibliografia Básica: CAMPOS, C. H. Planejamento Tributário: PIS/Cofins importação e disposições legais. São Paulo: Saraiva, 2006. FABRETTI, C. C. Contabilidade Tributária. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2006. OLIVEIRA, G. P. Contabilidade Tributária. São Paulo: Saraiva, 2005. OLIVEIRA, L.M.; PEREZ JUNIOR, J.H. et.al. Manual de Contabilidade Tributária. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2006.
Bibliografia Complementar: BARBOSA, A.A.; SCHMIDT, P; MACHADO, N.P.; SANTOS, J.L.; FERNANDES, L.A. Imposto de Renda das Empresas com Base no Lucro Presumido, Arbitrado e no Simples: interpretação e prática. São Paulo: Atlas, 2006. BORGES, H.B. Auditoria de Tributos: IPI, ICMS e ISS. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2003. BORGES, H.B. Gerência de Impostos: IPI, ICMS e ISS. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2004. BORGES, H.B. Planejamento Tributário: IPI, ICMS, ISS E IR. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2006. SHINGAKI, M. Gestão de Impostos: para pessoas físicas e jurídicas. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2006.

Nome da Disciplina: TEORIA CONTÁBIL
Período: 5º
Carga Horária: 60 h/a
Ementa:
Evolução histórica da contabilidade. Estrutura Conceitual da Contabilidade: ativo, passivo e patrimônio líquido. Receitas, despesas, ganhos e perdas. Pressupostos e Características qualitativas. A informação contábil. As teorias da Contabilidade. Ética profissional.
Bibliografia Básica:
COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS (CVM). Deliberações sobre Estrutura Conceitual Básica e demais deliberações inerentes.
COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBIES (CPC). Pronunciamentos Contábeis Emitidos.
HENDRIKSEN, E. S.; VAN BREDA, M. Teoria da Contabilidade. São Paulo: Atlas, 2009.
MARION, J. C.; IUDÍCIBUS, Sérgio de. Introdução à Teoria da Contabilidade. Para o nível de Graduação. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2009.
Bibliografia Complementar:
IUDÍCIBUS, S. de et al. Manual de Contabilidade Societária: aplicável a todas as sociedades de acordo com as normas internacionais e do CPC. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2013.
IUDÍCIBUS, S. de. Teoria da Contabilidade. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2010.
REVISTA BRASILEIRA DE CONTABILIDADE. Brasília: CFC. Disponível em: < http://rbc.cfc.org.br/index.php/rbc >. Acesso em: 22 nov. 2017.
REVISTA CONTABILIDADE E FINANÇAS. São Paulo: EAC/USP. Disponível em: < https://www.revistas.usp.br/rcf >. Acesso em: 22 nov. 2017.
REVISTA CONTABILIDADE VISTA & REVISTA. Belo Horizonte: UFMG. Disponível em: < http://revistas.face.ufmg.br/index.php/contabilidadevistaerevista >. Acesso em: 22 nov. 2017.
REVISTA MINEIRA DE CONTABILIDADE. Belo Horizonte: CRCMG. Disponível em: < http://revista.crcmg.org.br/index.php?journal=rmc >. Acesso em: 22 nov. 2017.

Nome da Disciplina: LABORATÓRIO CONTÁBIL
Período: 6º
Carga Horária: 60 h/a
Ementa:
Atos de constituição, alteração, extinção e registro de firmas, sociedades, associações e cooperativas. Simulação das operações e registros contábeis, apuração de resultado e levantamento das demonstrações contábeis e emissão de livros fiscais utilizando sistemas de informação contábeis. Apuração de custos. Encerramento de exercício fiscal. Execução das principais rotinas trabalhistas e previdenciárias. Cálculo e escrituração dos principais tributos. Perfil, especializações e ética do profissional da contabilidade. Integração do sistema de informação contábil com os demais sistemas da organização.
Bibliografia Básica:
ALMEIDA, M. C. Contabilidade Intermediária : de acordo com as exigências do MEC para o curso de “ciências contábeis”. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2010.
ASSAF NETO, A. Estrutura e análise de balanços . 9. ed. São Paulo: Atlas, 2010.
IUDÍCIUS, S. de; MARION, J. C. Contabilidade comercial . 9. ed. São Paulo: Atlas, 2010.
OLIVEIRA, L. M. et al. Manual de Contabilidade Tributária : textos e testes com as respostas. 13. ed. São Paulo: Atlas, 2014.
Bibliografia Complementar:
DE CONTABILIDADE, CONSELHO FEDERAL. Resolução nº 803, de 10 de outubro de 1996. Código de Ética Profissional do Contabilista . Brasília: CFC, 1996. Disponível em:< http://www.portalcfc.org.br >, 1996. Acesso em: 22 de nov. 2017.
_____. Manual de procedimentos contábeis para micro e pequenas empresas . Brasília: CFC, 2002. Disponível em:< http://www.portalcfc.org.br >. Acesso em: 22 nov. 2017.
IUDÍCIBUS, S. de et al. Manual de Contabilidade Societária : aplicável a todas as sociedades de acordo com as normas internacionais e do CPC. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2013.
NEVES, S. das; VICECONTI, P. E. V. Curso prático de imposto de renda pessoa jurídica e tributos conexos . 16. ed. São Paulo: Frase, 2015.
VENOSA, S. S. (org.); Novo Código Civil: texto comparado . Código Civil de 2002, Código Civil de 1916. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

Nome da Disciplina: ADMINISTRAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
Período: 6º
Carga Horária: 60 horas
Ementa:
Conceitos básicos de planejamento estratégico, tático, operacional e controle. Integração do planejamento estratégico com o orçamento empresarial. O Planejamento orçamentário. Orçamento de Vendas e tributos. Orçamento de Produção. Orçamento de Compras e Matéria Prima. Orçamento de Custos Indiretos e Despesas. Orçamento de Caixa. Demonstrações Contábeis Projetadas. Técnicas de análise do orçamento empresarial. Decisões de investimento em longo prazo.
Bibliografia Básica:
BRIGHAM, E. F. HOUSTON, J. F. Fundamentos da Moderna Administração Financeira . Rio de Janeiro: Elsevier, 1999.
MORAES, J. R.; SÁ, C.A. O Orçamento Estratégico: uma visão empresarial . Rio de Janeiro: Qualitymark, 2005.
MOREIRA, J. C. Orçamento Empresarial: manual de elaboração . 5.ed. São Paulo: Atlas, 2002.
SHUBERT, P. Orçamento Empresarial Integrado . 3.ed. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2005.
Bibliografia Complementar:
FINNEY, R. G. Como elaborar e administrar orçamentos . Rio de Janeiro: Elsevier, 2000.
FREZATTI, F. Orçamento Empresarial: planejamento e controle gerencial . 6. ed. São Paulo: Atlas, 2015.
GITMAN, L. J. Princípios da Administração Financeira . 12. ed. São Paulo: Pearson Education, 2010.
HOJI, M. Administração Financeira: uma abordagem prática . 12. ed. São Paulo: Atlas, 2017.
JUND, S. Administração Financeira e Orçamentária . 6. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2016.
WELSCH, G. A. Orçamento Empresarial . 4. ed. São Paulo:Atlas,1983.

Nome da Disciplina: CONTABILIDADE APLICADA AO SETOR PUBLICO
Período: 6º
Carga Horária: 60 h/a
Ementa:
Conceito da Contabilidade Aplicada ao Setor Público e seu campo de aplicação. Sistemática que envolve o controle orçamentário, financeiro e fiscal da administração pública: PPA/LDO/LOA: orçamento público, receita pública, despesa pública; Levantamento de contas, escrituração, balanços e demonstração das variações patrimoniais. Análise dos demonstrativos financeiros, orçamentários e fiscais.
Bibliografia Básica:
ARRUDA, D.; ARAUJO, I. Contabilidade Pública: da teoria à prática. São Paulo: Saraiva, 2009.
GIACOMONI, J. Orçamento Público. São Paulo: Atlas, 2010.
KOHAMA, H. Contabilidade Pública: teoria e prática. 12. ed. São Paulo: Atlas, 2012
PISICITELLI <i>et al.</i> Contabilidade Pública: uma abordagem da administração financeira pública. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2010.
Bibliografia Complementar:
CARVALHO, D. Orçamento e Contabilidade Pública. 3. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.
CASTRO, R. G.; LIMA, D.V. Contabilidade Pública: integrando união, estados e municípios (Siafi e Siafem). 2. ed. São Paulo: Atlas, 2003.
KOHAMA, H.; KOHAMA, N. A. Balanços Públicos: teoria e prática. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2000.
ROSA, M.B.; TIMBÓ, M. Z. F.; PISCITELLI, R. B. Contabilidade Pública: uma abordagem da administração financeira pública. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2006.
SILVA, L.N. Contabilidade Governamental: um enfoque administrativo. 7.ed. São Paulo: Atlas, 2004.

Nome da Disciplina: AUDITORIA CONTÁBIL
Período: 6º
Carga Horária: 60 h/a
Ementa:
Fundamentos da auditoria. Normas Específicas quanto ao profissional e ao exercício da auditoria (NBCP e NBCT). Técnicas gerais de exames. Auditorias de áreas específicas das demonstrações contábeis. Fases e Relatórios da auditoria. Ética no Exercício de Auditoria.
Bibliografia Básica:
CREPALDI, S. A. Auditoria Contábil: teoria e prática. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2009.
MARRA, E. <i>et al.</i> Auditoria Contábil: normas de auditoria, procedimentos e papéis de trabalho. Programas de auditoria, relatórios de auditoria. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2001.
PEREIRA, A.C. <i>et al.</i> Auditoria Contábil: abordagem prática e operacional. São Paulo: Atlas, 2006.
Bibliografia Complementar:
ALMEIDA, M. C. Auditoria: Abordagem moderna e completa. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2017.
CARVALHO, J. C. de O. Auditoria Geral e Pública: teoria e questões comentadas. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.
PEREZ JUNIOR, J. H. Auditoria de Demonstrações Contábeis: normas e procedimentos. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2010.
JUND, S. Auditoria: conceitos, norma, técnicas e procedimentos. 9. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.
OLIVEIRA, J. A. R. Curso Prático de Auditoria Administrativa. São Paulo: Saraiva, 2006.

Nome da Disciplina: MERCADO DE CAPITAIS
Período: 7º
Carga Horária: 60 h/a
Ementa:
Economia e Mercado de Capitais. Sistema Financeiro Nacional. Títulos e Valores Mobiliários. Governança Corporativa. Estrutura e dinâmica do Mercado de Capitais: Mercado Primário e Mercado Secundário; Funcionamento do Mercado. Bolsa de Valores. Análise de Investimentos: Análise Fundamentalista e Análise Técnica. Risco, Retorno e Mercado. Mercados Derivativos e Gestão de Riscos. Tendências e pesquisas em Mercado de Capitais.
Bibliografia Básica:
ASSAF NETO, Al. Mercado financeiro . 9. ed. São Paulo: Atlas, 2009.
CAVALCANTI, F.; YOSHIO, J. Mercado de Capitais . 7. ed. São Paulo: Campus, 2008.
PINHEIRO, J. L. Mercado de capitais: fundamentos e técnicas . 5. ed. São Paulo: Atlas, 2009.
GRINBLATT, M.; TITMAN, S. Mercados financeiros e estratégia corporativa . 2ª ed. Porto Alegre: Bookman, 2005
Bibliografia Complementar:
ANDERSON, D. R.; SWEENEY, D. J.; WILLIAMS, T. A. Estatística aplicada à administração e economia . 2. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2011.
ASSAF NETO, A. Finanças corporativas e valor . 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.
BACHA, E. L.; OLIVEIRA FILHO, L.C. (org.). Mercado de capitais e crescimento econômico lições internacionais, desafios brasileiros . Rio de Janeiro:Contra Capa/Anbid, 2007.
CASAGRANDE, H.; SOUSA, L. ROSSI, M.C. Guia do Mercado de Capitais . São Paulo: Lazuli, 2006.
CAVALCANTE, F. MISUMI, J. Y.; RUDGE, L. F. Mercado de capitais: o que é, como funciona . 7. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.
FORTUNA, E. Mercado financeiro: produtos e serviços . 17. ed. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2008.
GRINBLATT, M.; TITMAN, S. Mercados financeiros e estratégia corporativa . 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.
HULL, J. Introdução aos mercados futuros e de opções . São Paulo: BM&F, 2000.
LARSON, R.; FARBER, B. Estatística aplicada . 4. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2010.
LOZARDO, E. Derivativos no Brasil . São Paulo: BM&F, 1998.
SILVA NETO, L. A. Derivativos: definições, emprego e risco . 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.
SECURATO, J.R. Decisões Financeiras em Condições de Risco . São Paulo: Atlas, 1993.
TOLEDO FILHO, J. R. de. Mercado de capitais brasileiro: uma introdução . São Paulo: Thomson Learning, 2006.

Nome da Disciplina: PERÍCIA CONTÁBIL
Período: 8º
Carga Horária: 60 h/a
Ementa:
Conceito de perícia contábil. Perícia e Auditoria Contábil. Procedimentos operacionais e contábeis da perícia contábil nas esferas judicial e extrajudicial. Informações sobre o exercício do profissional pericial perante a legislação aplicável.
Bibliografia Básica:
ALBERTO, V.L.P. Perícia Contábil . 3ed. São Paulo: Atlas, 2006.
WAKIM, V.R.; WAKIM, E.A.M. Perícia Contábil e Ambiental: Fundamentação e Prática . São Paulo: Atlas, 2012.
HOOG, W. A. Z. Perícia Contábil: normas brasileiras . 2. ed. Curitiba: Juruá, 2007.
_____. Prova Pericial Contábil: aspectos práticos & fundamentais . 5. ed. Curitiba: Juruá, 2007.
SCHMIDT, P; SANTOS, J.L.; GOMES, J.M.M. Fundamentos de Perícia Contábil , São Paulo: Atlas, 2006.
ORNELAS, M.M.G. Perícia Contábil . 4. ed. São Paulo: Atlas, 2003.
Bibliografia Complementar:
MOURA, R. Perícia Contábil . 2. ed. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2007.
NEVES, A. G. Curso Básico de Perícia Contábil . 2. ed. São Paulo: LTR, 2004.
PIRES, M. A. A. Laudo Pericial Contábil na Decisão Judicial . Curitiba: Juruá, 2006.
SANTOS, J. L. dos; GOMES, J. M. M.; SCHMIDT, P. Fundamentos de Perícia Contábil . São Paulo: Atlas, 2006.
SOUZA, C.; FAVERO, H.L. et.al. Perícia Contábil: uma abordagem teórica, ética, legal, processual e operacional . 5. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

Nome da Disciplina: PROJETO DE PESQUISA EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS
Período: 8º
Carga Horária: 60 h/a
Ementa:
Aplicação prática dos métodos e técnicas de pesquisa em Ciências Contábeis. Elaboração do projeto de pesquisa.
Bibliografia Básica:
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (ABNT). Informação e documentação . Normas sobre citações em documentos, apresentação, referências, elaboração, numeração progressiva das seções de um documento escrito. Disponível em: < http://www.abnt.org.br/ >. Acesso em: 22 de nov. 2017.
GIL, A. C. Como Elaborar Projeto de Pesquisa . 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.
MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. Fundamentos de Metodologia Científica . 7. ed., São Paulo: Atlas, 2010.
_____. Técnicas de pesquisa . 6. ed. São Paulo: Atlas, 2006.
YIN, R. K. Estudo de Caso: planejamento e métodos . 3. ed. Porto Alegre: Bookman Companhia, 2005.
Bibliografia Complementar:
CERVO, A. L.; BERVIAN, P.A.; SILVA, R.da. Metodologia Científica . 6. ed. São Paulo: Prentice Prentice Hall, 2007.
DEMO, P. Metodologia Científica em Ciências Sociais . 3. ed. São Paulo: Atlas, 1995.
MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. Metodologia do Trabalho Científico . 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017.
SEVERINO, A. J. Metodologia do Trabalho Científico . 24. ed. São Paulo: Cortez, 2016.
VERGARA, S. C. Projetos e Relatórios de Pesquisa em Administração . 16. ed. São Paulo: Atlas, 2016.

Nome da Disciplina: TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO – TCC

Período: 9º
Carga Horária: 60 h/a
Ementa:
Orientação metodológica, científica e tecnológica para o desenvolvimento do Trabalho de Conclusão do Curso (TCC).
Bibliografia Básica:
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (ABNT). Informação e documentação. Normas sobre citações em documentos, apresentação, referências, elaboração, numeração progressiva das seções de um documento escrito. Disponível em: < http://www.abnt.org.br/ >. Acesso em: 22 de nov. 2017.
GIL, A. C. Como Elaborar Projeto de Pesquisa. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.
MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. Fundamentos de Metodologia Científica. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.
_____. Técnicas de pesquisa. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2006.
YIN, R. K. Estudo de Caso: planejamento e métodos. 4. ed. Porto Alegre: Bookman Companhia, 2010.
Bibliografia Complementar:
CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A.; SILVA, R. da. Metodologia Científica. 6. ed. São Paulo: Prentice Prentice Hall, 2007.
DEMO, P. Metodologia Científica em Ciências Sociais. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1995.
MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. Metodologia do Trabalho Científico. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017.
SEVERINO, A. J. Metodologia do Trabalho Científico. 24. ed. São Paulo: Cortez, 2016.
VERGARA, S. C. Projetos e Relatórios de Pesquisa em Administração. 16. ed. São Paulo: Atlas, 2016.

Nome da Disciplina: ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO OBRIGATÓRIO
Período: 9º
Carga Horária: 390 horas
Ementa:
Oportunizar o desenvolvimento de habilidades dos docentes, analisar situações e propor mudanças no ambiente organizacional e societário; refletir, sistematizar e testar conhecimentos teóricos e instrumentos discutidos em sala de aula, por meio de experiências concretas, de observação, de reflexão e de formação de conceitos, levantando problemas de gestão e propondo sistemas, planos e programas em ambiente empresarial ou institucional; propiciar ao discente-estagiário vivência da realidade profissional e familiarização com o futuro ambiente de trabalho e dos negócios.
Bibliografia Básica:
BRASIL. Lei nº. 11.788, de 25 de setembro de 2008 (Texto compilado com alterações posteriores). Dispõe sobre o estágio de estudantes; altera a redação do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943, e a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996; revoga as Leis nos 6.494, de 7 de dezembro de 1977, e 8.859, de 23 de março de 1994, o parágrafo único do art. 82 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e o art. 6º da Medida Provisória no 2.164-41, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil , Brasília, DF, 26 set. 2008. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br >. Acesso em: 22 nov. 2017.
_____. Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 (Texto compilado com alterações posteriores). Dispõe sobre as Sociedades por Ações. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil , Brasília, DF, 17 dez. 1976. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br >. Acesso em: 22 nov. 2017.
_____. Lei nº. 11.638, de 28 de dezembro de 2017. Altera e revoga dispositivos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e estende às sociedades de grande porte disposições relativas à elaboração e divulgação de demonstrações financeiras. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil , Brasília, DF, 28 dez de 2017. Disponível em:< http://www.planalto.gov.br >. Acesso em: 22 nov. 2017.
UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI (UFVJM). Resolução nº 21 do CONSEPE, de 25 de julho de 2014. Altera a Resolução nº. 02 – CONSEPE (Texto com alterações posteriores), de 26 de fevereiro de 2010 que estabelece as normas de Estágio dos Discentes dos cursos de Graduação da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM). Diamantina, 25 jul. 2014.
UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI (UFVJM). Resolução nº17 do CONSEPE, de 24 de agosto de 2016. Revoga ad referendum do CONSEPE, o art. 5º e parágrafos da resolução nº. 21/CONSEPE/2014 e dá outras providências. Diamantina, 24 ago. 2016. Disponível em: < www.ufvjm.edu.br/prograd/regulamento-dos-cursos/doc_download/1259-.html > Acesso em: 22 nov. 2017.
Bibliografia Complementar:
ROESCH, S. M. A. Projetos de Estágio e de Pesquisa em Administração: guia para estágios, trabalhos de conclusão, dissertações e estudos de caso. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2009. reimpressão.

Nome da Disciplina: AUDITORIA GOVERNAMENTAL
Período: Grupo de Formação Específica A
Carga Horária: 60 h/a
Ementa:
Auditoria Governamental, finalidade, objetivo e campo de atuação. Tipos de auditoria governamental. Normas de auditorias aplicadas ao setor público, planos e programas de auditoria. Técnicas de auditoria. Papéis de trabalho. Procedimentos de auditoria. Controle na Administração Pública (Interno e Externo). Pareceres de Auditoria. Relatórios de Auditoria.
Bibliografia Básica:
CASTRO, D. P. Auditoria Contabilidade e Controle Interno no Setor Público . 3. ed. São Paulo: Atlas, 2010.
CREPALDI, S. A. Auditoria Contábil: teoria e prática . 5. ed. São Paulo: Atlas, 2009.
SOUZA, B. F. Auditoria Contábil: abordagem prática e operacional . São Paulo: Atlas, 2006.
Bibliografia Complementar:
CRUZ, Flávio. Auditoria Governamental . 3. ed. São Paulo: Atlas, 2007.
MACHADO, M. V. V.; PETER, M. G. A. Manual de Auditoria Governamental . 1. ed. São Paulo: Atlas, 2003.
OLIVEIRA, A. B. S. Controladoria Governamental: governança e controle econômico na implementação de políticas públicas . 1. ed. São Paulo: Atlas, 2010
SILVA, M. M. da. Curso de auditoria governamental: de acordo com as normas internacionais de auditoria pública aprovadas pela INTOSAI . 1. ed. São Paulo: Atlas, 2009.
PETER, M.G.A.; MACHADO, M.V.V. Manual de Auditoria Governamental . 2. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

Nome da Disciplina: FINANÇAS PÚBLICAS
Período: Grupo de Formação Específica A
Carga Horária: 60 h/a
Ementa:
Estado e Economia: funções do Governo: Alocativas, distributivas e de estabilização. Políticas fiscal, regulatória e monetária. Gestão das Finanças Públicas: Planejamento do Setor Público e Gestão Estratégica: legislação básica e dispositivos constitucionais. Eficiência, eficácia e efetividade. Responsabilidade Fiscal: instrumentos de transparência e controle social.
Bibliografia Básica:
GIAMBIAGI, F.; LEM, A. C. Finanças Públicas . 3. ed. Rio de Janeiro: Editora Campus, 2008.
OLIVEIRA, F. A. Economia e Política das Finanças Públicas no Brasil . São Paulo: Hicitec, 2009.
PEREIRA, J. M. Finanças públicas: a política orçamentária no Brasil . 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.
Bibliografia Complementar:
MUSGRAVE, R. A.; MUSGRAVE, P. B. Finanças públicas: teoria e prática . São Paulo: Campus, 1980.
RIANI, F. Economia do Setor Público: uma abordagem introdutória . São Paulo, Atlas, 2002.
ROCHA, A. C. O Processo Orçamentário Brasileiro como Instrumento de Accountability . Anais do III EnAPG-2008. Salvador: novembro de 2008.
SILVA, F. R. da. Finanças públicas . São Paulo: Atlas, 2001.
VIGNOLI, F. H.. Legislação e execução orçamentária. In: ARVATE, P. R.; BIDERMAN, C. (org.). Economia do Setor Público no Brasil . Rio de Janeiro:

Nome da Disciplina: ELABORAÇÃO E AVALIAÇÃO DE PROJETOS E POLÍTICAS PÚBLICAS
Período: Grupo de Formação Específica A
Carga Horária: 60 h/a
Ementa:
Políticas Públicas: conceito, gestão e avaliação Conceitos e etapas de elaboração de projetos. Conceitos microeconômicos básicos para análise e elaboração de projetos: roteiros para elaboração e avaliação. Métodos analíticos sob as óticas financeira, econômica e social. Valoração econômica. Risco e incerteza. A análise de custo-benefício e sua aplicação no setor público. Demonstrativo de Resultado Projetado.
Bibliografia Básica:
ARMANI, D. Como Elaborar Projetos? Guia Prático para Elaboração e Gestão de Projetos Sociais. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2000.
MIRANDA NETO, M. J. Pesquisa para o Planejamento: métodos e técnicas, roteiro para elaboração de projetos. Rio de Janeiro: FGV, 2005.
SILVA, M. O. S.; YAZBEK, M. C. (Orgs.). Políticas Públicas de Trabalho e Renda no Brasil Contemporâneo. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.
Bibliografia Complementar:
CLEMENTE, A. Projetos Empresariais e Públicos. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
BRITO, P. Análise e Viabilidade de Projetos de Investimentos. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2006.
KOHAMA, H. Balancos Públicos: teoria e prática. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 2000.
CARDOSO JR., J.C.; CUNHA; A.S. Planejamento e Avaliação de Políticas Públicas. Brasília: IPEA, 2015. Disponível em: < http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/livros/livros/livro_ppa_vol_1_web.pdf >. Acesso em: 05 nov. 2018.
BRASIL. Avaliação de políticas públicas: guia prático de análise <i>ex ante</i> . Brasília: IPEA, 2018. Disponível em: < http://www.cgu.gov.br/Publicacoes/auditoria-e-fiscalizacao/arquivos/guia-analise-ex-ante.pdf >. Acesso em: 08 nov. 2018.

Nome da Disciplina: GESTÃO PÚBLICA E CONTEMPORÂNEA
Período: Grupo de Formação Específica A
Carga Horária: 60 h/a
Ementa:
Desafios da gestão pública no mundo contemporâneo. O processo de modernização da Administração Pública. Governança, Governabilidade e <i>Accountability</i> . Planejamento Estratégico no Setor Público. Gestão Pública Empreendedora. Formulação, implementação e avaliação de políticas públicas no Brasil.
Bibliografia Básica:
MATIAS-PEREIRA, J. Manual de Gestão Pública Contemporânea . São Paulo: Atlas, 2010.
_____. Curso de Administração Pública: foco nas instituições e ações governamentais . São Paulo: Atlas, 2010.
PEREIRA, L. C. B.; SPINK, P. (orgs). Reforma do Estado e Administração Pública Gerencial . Rio de Janeiro: FGV, 2005.
Bibliografia Complementar:
DENHART, R. B.; DENHARDT, J. V. The New Public Service: serving rather than steering. In: Public Administration Review . vol 60, n. 6, nov./dez., 2000.
ENAP. Experiências internacionais voltadas para a satisfação dos usuários cidadãos com os serviços públicos. Brasília: ENAP, 2000. Texto para discussão, n. 42. 65f.
MEDEIROS, P. C.; LEVY, E. (orgs.). Construindo uma nova gestão pública . Natal, RN:SEARH/RN,2010.
MOTTA, F. C. P.; CALDAS, M. P. (org.) Cultura organizacional e cultura brasileira . São Paulo: Atlas, 1997.
SOUZA, I.M. Gestão das Universidades Federais Brasileiras: uma abordagem fundamentada na Gestão do Conhecimento. Programa de Pós-Graduação em Engenharia do Conhecimento (Tese de doutorado), 2009.
SOUZA, I.M. Gestão Pública no Contexto da Gestão do Conhecimento. In: MEDEIROS, Paulo César; LEVY, Evelyn (Org.) Construindo uma nova gestão pública . Natal, RN:SEARH/RN, 2010.

Nome da Disciplina: FUNDAMENTOS DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
Período: Grupo de Formação Específica A
Carga Horária: 60 h/a
Ementa:
Correntes Patrimonialista, Burocrática, Gerencial e Societal. Gestão Social. Relação Estado Sociedade. Organizações Públicas: natureza, cultura, poder, política, tecnologia e abordagens emergentes.
Bibliografia Básica:
GAVA, R. (org.). Administração Pública, Gestão Social e Economia Solidária: avanços e desafios . Viçosa-MG: (s.n.), 2011.
HOLANDA, S. B. História Geral da Civilização Brasileira . Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.
MADEIRA, J. M. P. Administração Pública . Rio de Janeiro, 11 ed. Elsevier, 2010.
Bibliografia Complementar:
LIMA, P. D. B. A excelência em Gestão Pública . 1. ed. Qualitymark, 2007.
SANTOS, C. S. dos. Introdução à Gestão Pública . Saraiva, 2006
DIAS, R.; MATOS, F. Políticas Públicas: princípios, propósitos e processos . 1. ed. São Paulo: Atlas, 2012, 264p.
GREMAUD, A.P.; VASCONCELLOS, M.A.; TONETO JUNIOR, R. Economia Brasileira Contemporânea . 6. ed. São Paulo: Atlas, 2006.
MATIAS-PEREIRA, J. Manual de gestão pública contemporânea . 4. ed. São Paulo: Atlas, 2012, 328p.
SILVA, C.L. (org.). Políticas Públicas e desenvolvimento local: instrumentos e proposições de análise para o Brasil . 1. ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

Nome da Disciplina: TEORIA POSITIVA DA CONTABILIDADE
Período: Grupo de Formação Específica B
Carga Horária: 60 h/a
Ementa:
Teoria de Finanças e o impacto nas pesquisas contábeis. A Hipótese de Eficiência de Mercados. O Modelo de Precificação de Ativos (CAPM) e os Impactos da Informação Contábil no Mercado de Capitais. Dicotomia entre o “Lucro Contábil” e o “Lucro Econômico” e a Criação de Valor para o acionista. Modelos Contábeis para Avaliação de Empresas: O Modelo de Lucros Anormais (<i>Abnormal Earnings Model</i>) e suas variações. Informação Assimétrica e “Gerenciamento” de Resultados Contábeis. Teoria de contratos e conflito entre Agente e Principal (Custos de Agência). Contabilidade e Governança Corporativa.
Bibliografia Básica:
IUDÍCIBUS, S. de; LOPES, A. B. (coord.). Teoria Avançada da Contabilidade . 2. ed. São Paulo: Atlas, 2012.
LOPES, A. B.; MARTINS, E. Teoria da Contabilidade: uma nova Abordagem . São Paulo: Atlas, 2005.
HENDRIKSEN, E. S.; VAN BREDA, M. Teoria da Contabilidade . São Paulo: Atlas, 2009.
Bibliografia Complementar:
LOPES, A. B. A Informação Contábil e o Mercado de Capitais . 1. ed. São Paulo: Thomson/Pioneira, 2002.
KOTHARI, S.P. Capital markets research in accounting. Journal of Accounting and Economics , 31, pp. 105-231, 2001.
RIBEIRO FILHO, J. F.; LOPES, J.; PERDERNEIRAS, M. Estudando Teoria da Contabilidade . São Paulo: Atlas, 2009.
WATTS, R. L.; ZIMMERMAN, J. L. Positive Accounting Theory . Nova Jersey: Prentice Hall, 1986.
NIYAMA, J.K. Teoria Avançada da Contabilidade . São Paulo: Atlas, 2014.

Nome da Disciplina: PLANEJAMENTO FISCAL E TRIBUTÁRIO
Período: Grupo de Formação Específica B
Carga Horária: 60 h/a
Ementa:
Conceitos sobre evasão e elisão fiscal. Direcionamento na construção do Planejamento Tributário. Avaliação da carga tributária e os efeitos conforme as diferentes formas de tributação: Lucro Real, Lucro Presumido, Lucro Arbitrado e Simples Nacional. Efeitos fiscais e Tributários das Alterações na Legislação Societária. Juros sobre Capital Próprio. Reorganização Societária. Gestão de tributos municipais, estaduais e federais. Compensações e Restituições Autorizadas. Incentivos Fiscais. Revisão de Dívidas.
Bibliografia Básica:
BORGES, H.B. Planejamento Tributário: IPI, ICMS, ISS E IR. 11 ed. São Paulo: Atlas, 2011. CAMPOS, Candido Henrique de. Planejamento Tributário: PIS/COFINS importação e disposições legais. São Paulo: Saraiva 2006. FABRETTI, Lúcio Camargo. Contabilidade Tributária. 10.ed. São Paulo: Atlas, 2006. OLIVEIRA, Luís Martins; <i>et al.</i> Manual de Contabilidade Tributária: textos e testes com as respostas. 13. ed. São Paulo: Atlas, 2014.
Bibliografia Complementar:
ANDRADE FILHO. E. O. IMPOSTO DE RENDA DAS EMPRESAS: Inclui Contribuições sobre o Lucro e as Receitas Devidas pelas Empresas. 4. ed., São Paulo: Atlas, 2007. CASTRO, Leonardo Freitas de Moraes. Planejamento Tributário: análise de casos. São Paulo: MP Editora, 2010. FABRETTI, L.C., FABRETTI D.R. Direito Tributário para os Cursos de Administração e Ciências Contábeis. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2009. GRECO, Marco Aurélio. Planejamento Tributário. 3. ed. São Paulo: Dialética, 2011. PÊGAS, Paulo Henrique. Manual de Contabilidade Tributária. 8. ed. São Paulo. Freitas Bastos Editora, 2014. REZENDE, J.R.; PEREIRA, C.A.; ALENCAR, R.C.de. Contabilidade Tributária: Entendendo a Lógica dos Tributos e seus Reflexos sobre os Resultados das Empresas. São Paulo: Atlas, 2010.

Nome da Disciplina: FINANÇAS CORPORATIVAS
Período: Grupo de Formação Específica B
Carga Horária: 60 h/a
Ementa:
Evolução da Teoria Financeira. Estado da arte em finanças. Mercado de Capitais, consumo e Investimento. Decisões de Investimento sob incerteza. Risco, retorno, equilíbrio de mercado e modelos de média-variância. Eficiência de mercado e Teoria dos prospectos. Decisões de Financiamento, estrutura e custo de capital. Decisões de dividendos.
Bibliografia Básica:
ASSAF NETO, A. Finanças corporativas e valor . 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010. BRIGHAM, E. F.; GAPENSKI L. C.; EHRHARD, M. C. Administração financeira: teoria e prática . São Paulo: Atlas, 2001. GITMAN, L. J. Princípios de administração financeira . 12. edição, São Paulo: Pearson, 2010. MATIAS, A. B. Finanças corporativas de curto prazo: a gestão do valor do capital de giro . São Paulo: Atlas, 2007.
Bibliografia Complementar:
DAMODARAN, A. Avaliação de investimentos: ferramentas e técnicas para a determinação do valor de qualquer ativo . 2. ed. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2010. FAMA, E.F. Efficient Capital Markets: A Review of Theory and Empirical Work; Journal of Finance , Cambridge, May 1970, pp. 383-417. ROSS, S. A.; WESTERFIELD, R. W.; JAFFE, J. F. Administração financeira . 10. ed. São Paulo: Atlas, 2015. WESTON, J. Fred; BRIGHAM, Eugene F. Fundamentos da administração financeira . São Paulo: Makron Books, 2000. TVERSKY, Amos; KAHNEMAN, Daniel. Prospect Theory: An Analysis of Decision under Risk. Econometrica , 47(2), pp. 263-291, March 1979.

Nome da Disciplina: ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBIL – FINANCEIRAS II
Período: Grupo de Formação Específica B
Carga Horária: 60 h/a
Ementa: Avaliação de Projetos (com e sem risco). Modelo CAPM (<i>Capital Asset Pricing Model</i>). WACC (<i>Weighted Average Cost of Capital</i>). Alavancagem Financeira. Alavancagem Operacional combinada com a Alavancagem Financeira. Fatores que afetam a estrutura de capital. Fontes de Financiamento de Curto e Longo Prazo. Modelo Fleuriet. Avaliação CFROI. Rating. Análise discriminante e modelos de solvência. Relatórios de análise.
Bibliografia Básica: ASSAF NETO, A. Estrutura e análise de balanços . 9. ed. São Paulo: Atlas, 2010. BEGALLI, G. A; PEREZ JUNIOR, J. H. Elaboração e Análise das Demonstrações Contábeis . 4. ed. São Paulo: Atlas, 2009. GITMAN, L. J. Princípios de administração financeira . 12. ed. São Paulo: Pearson, 2010. MATARAZZO, D. C. Análise Financeira de Balanços: abordagem básica e gerencial . 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010. SILVA, J. P. da. Análise Financeira das Empresas . 11. ed. São Paulo: Atlas, 2012.
Bibliografia Complementar: ASSAF NETO, A. Finanças corporativas e valor . 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010. DAMODARAN, A. Avaliação de Empresas . 2. ed. Prentice Hall Brasil. 2007. IUDÍCIBUS, S.de. Análise de balanços: análise da liquidez e do endividamento; análise do giro; rentabilidade e alavancagem financeira . 10. ed. São Paulo: Atlas, 2009. SILVA, A. A. Estrutura, Análise e Interpretação das Demonstrações Contábeis . São Paulo: Atlas, 2007. SCHMIDT, P; SANTOS, J.L.; MARTINS, M.A. Fundamentos de Análise das Demonstrações Contábeis . São Paulo: Atlas, 2006. ROSS, S. A.; WESTERFIELD, R.W.; JAFFLE, J.F. Administração Financeira . 10. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

Nome da Disciplina: INFORMÁTICA BÁSICA
Período: Eletiva
Carga Horária: 60 h/a
Ementa:
Processador de Textos, Banco de Dados, Planilhas Eletrônicas, Softwares de Apresentação e Internet, Aplicação de Tecnologias computacionais.
Bibliografia Básica:
CORNACHIONE JR., E.B. Informática aplicada às áreas de contabilidade, administração e economia . Livro de exercício. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2012.
OLIVEIRA, M.A.N. Office 2003 Standard . Rio de Janeiro: Brasport, 2004.
SILVA, M.G. da. Informática: Terminologia básica, Microsoft Windows XP, Microsoft Office Word 2003, Microsoft Office Excel 2003, Microsoft Office Access 2003 e Microsoft Office PowerPoint 2003 . 5. ed. São Paulo: Érica, 2011.
Bibliografia Complementar:
COSTA, E. A. BrofficeOrg: da teoria à prática . Rio de Janeiro: Brasport, 2007.
JORGE, M. Microsoft Office Access 2003 passo a passo lite . 1. ed. São Paulo: Pearson Education, 2004.
JORGE, M. Microsoft Office Excel 2003 passo a passo lite . 1. ed. São Paulo: Pearson Education, 2004.
MANZANO, A.L.; MANZANO, M.I. Estudo dirigido de Microsoft Office Word 2003 . São Paulo: Érica, 2004.
MANZANO, A.L. Microsoft Office Power Point 2003 . São Paulo: Érica, 2004.

Nome da disciplina: CONTABILIDADE AGROPECUÁRIA
Período: Eletiva
Carga Horária: 60 h/a
Ementa: Forma jurídica da exploração na agropecuária. Características próprias e atividades típicas da atividade agropecuária. Peculiaridades das culturas permanentes e temporárias. Contabilidade da pecuária: classificação do gado para corte e reprodução; Curto e longo prazo na pecuária. Contabilidade rural: Atividade agrícola e Atividade pecuária. Exercício social nas empresas rurais. Plano de contas para atividades agropecuárias. Rotina contábil e registro das operações agropecuárias. Depreciação, exaustão e amortização na agropecuária. Custos (diretos e indiretos), despesas, colheita e produção, perdas normais e extraordinárias. Demonstrações Contábeis. Técnicas de gestão. Cadeia do Agronegócio.
Bibliografia Básica: ARAÚJO, M. J. de. Fundamentos de Agronegócios . 4. ed. São Paulo: Atlas, 2013. CREPALDI, S. A. Contabilidade rural: uma abordagem decisória . 7. ed. São Paulo: Atlas, 2012. MARION, J. C.; SANTOS, G. J. dos; SEGATTI, S. Administração de custos na agropecuária . 4. ed. São Paulo: Atlas, 2009. MARION, J. C. Contabilidade Rural : contabilidade agrícola, contabilidade da pecuária e imposto de renda – pessoa jurídica. 14. ed. São Paulo: Atlas, 2014. OLIVEIRA, N. C. de. Contabilidade do agronegócio: teoria e prática . 2. ed. São Paulo: Juruá, 2010.
Bibliografia Complementar: BATALHA, M. O. Gestão Agroindustrial . 3. ed. São Paulo: Atlas, 2007. CALLADO, A. A. C. (Org.). Agronegócio . 3. ed. São Paulo: Atlas, 2011. MARION, J. C.; SEGATTI, S. Contabilidade da pecuária . 10. ed. São Paulo: Atlas, 2012. MATTOS, Z. P.B. Contabilidade Financeira Rural . São Paulo: Atlas, 1999. NEPOMUCENO, F. Contabilidade Rural e seus custos de produção . São Paulo: Thomson, 2004.

Nome da Disciplina: CONTABILIDADE SOCIAL E AMBIENTAL
Período: Eletiva
Carga Horária: 60 h/a
Ementa:
Contabilidade Ambiental: conceito e objetivos. Conceitos contábeis de caráter ambiental: gasto ambiental; ativo ambiental; passivo ambiental; custos de recuperação e proteção ambiental; receita ambiental; perda ambiental e investimentos ambientais. Sistema de Gestão Ambiental. Desenvolvimento sustentável. Responsabilidade Social: história e perspectivas teóricas. Contingências sociais. Balanço Social: origem, perspectivas de análise e modelos. Relatórios gerenciais que contemplem a Contabilidade Social e Ambiental, indicadores ambientais e socioeconômicos do desempenho sustentável. Normas nacionais e internacionais sobre os temas. Diretrizes voluntárias nacionais e internacionais sobre evidenciação socioambiental.
Bibliografia Básica:
FERREIRA, A.C.S. Contabilidade Ambiental : uma informação para o desenvolvimento sustentável. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2006.
GOMES, M. Z. (Org.). Contabilidade ambiental e relatórios sociais . São Paulo: Atlas, 2009.
KRAEMER, M.E.P.; TINOCO, J.E.P. Contabilidade e Gestão Ambiental . São Paulo: Atlas, 2004.
PAIVA, P. R. Contabilidade Ambiental : evidenciação dos gastos ambientais com transparência e focado na prevenção. São Paulo: Atlas, 2003.
TACHIZAWA, T. Gestão ambiental e Responsabilidade Social Corporativa : estratégias de negócios focadas na realidade brasileira. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2006.
Bibliografia Complementar:
DIAS, R. Gestão Ambiental : responsabilidade social e sustentabilidade. São Paulo: Atlas, 2006.
DONAIRE, D. Gestão Ambiental na Empresa . 2. ed. São Paulo: Atlas, 1999.
RIBEIRO, O.M. Contabilidade Ambiental . São Paulo: Saraiva, 2005.
ROBLES JR, A. Custos da Qualidade : aspectos econômicos da gestão da qualidade e da gestão ambiental. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2003.
WAKIM, V.R.; WAKIM, E.A.M. Perícia Contábil e Ambiental : Fundamentação e Prática. São Paulo: Atlas, 2012.

Nome da Disciplina: DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO E PRIVADO
Período: Eletiva
Carga Horária: 60 h/a
Ementa:
Introdução ao Direito Internacional: Sociedade Internacional. Fundamentos de Direito Internacional Público. Relação entre Direito Internacional e Direito Interno. Fontes do Direito Internacional Público: Costume, Tratados, Convenções e outros atos internacionais e reflexos no ordenamento jurídico brasileiro. Sujeitos de Direito Internacional: Estados, Organizações Internacionais e Pessoa Humana. Direitos Humanos. Modos Pacíficos de Solução de Controvérsias. Sanções do Direito Internacional. Fundamentos de Direito Internacional Privado: Norma de Direito Internacional Privado e seu funcionamento. Regime jurídico brasileiro em face do Direito Internacional Privado. Execução de Sentença Estrangeira. Carta Rogatória. Contratos Comerciais Internacionais. Nacionalidade e condição jurídica do estrangeiro. Conflito de Normas.
Bibliografia Básica:
<p>ACCIOLY, Hildebrando. Manual de direito internacional público. São Paulo: Saraiva, 2008.</p> <p>DEL'OMO, Florisbal. Direito Internacional Privado. Rio de Janeiro: Forense, 2001.</p> <p>DOLINGER, Jacob. Direito Internacional Privado. Parte Geral. 8. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2005.</p> <p>MELLO, Celso Duvivier de Albuquerque. Curso de direito internacional público. 15. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2005.</p> <p>REZEK, José Francisco. Direito internacional público. 10. ed. São Paulo: Saraiva, 2005.</p> <p>STRENGER, Irineu. Direito Internacional Privado: parte geral. 6. ed. São Paulo: LTR, 2005.</p>
Bibliografia Complementar:
<p>AMORIM, José E. Direito Internacional Privado. Rio de Janeiro: Forense, 2000.</p> <p>ANDRADE, Agenor Pereira de. Manual de direito internacional público. São Paulo: Saraiva, 1984.</p> <p>ARAÚJO, Luís Ivani de Amorim. Curso de direito internacional público. Rio de Janeiro: Forense, 1987.</p> <p>ARAÚJO, Nádia. Contratos internacionais: autonomia da vontade, Mercosul e Convenções Internacionais. 3. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2004.</p> <p>BRANT, Leonardo Nemer Caldeira. A autoridade da Coisa Julgada. Rio de Janeiro: Forense, 2002.</p> <p>BOSON, Gérson de Britto Mello. Direito internacional público: o estado em direito das gentes. Belo Horizonte: Del Rey, 1994.</p> <p>CACHAPUZ DE MEDEIROS, Antônio Paulo. O Poder de celebrar tratados. Porto Alegre: Fabris, 1995.</p> <p>DAVID, René. Os Grandes sistemas do direito contemporâneo. São Paulo: Martins Fontes, 1993.</p> <p>FREIRE, J. R. C.; CASELLA, P. B. Contratos Financeiros Internacionais. São Paulo: RT, 1994.</p> <p>GRANZIERA, M. L. M. Contratos Internacionais. São Paulo: Ícone, 1993.</p> <p>HUSEK, C R. Curso de Direito Internacional Público. 7. ed. São Paulo: Ltr, 2007.</p> <p>ITUASSÚ, Oyama César. Curso de direito internacional público. Rio de Janeiro: Forense, 1986.</p> <p>LITRENTO, Oliveiros. Manual de direito internacional público. Rio de Janeiro: Forense, 1979.</p> <p>MAZZUOLI, Valério de Oliveira. Curso de Direito Internacional Público. 2. ed. São Paulo: RT, 2007.</p> <p>MEIRA MATOS, Adherbal. Direito internacional público. Rio de Janeiro: Renovar, 1996.</p> <p>MELLO, Celso Duvivier de Albuquerque. Direito constitucional internacional. 2. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2000.</p> <p>_____. Direito internacional econômico. Rio de Janeiro: Renovar, 1992.</p> <p>_____. Responsabilidade internacional do estado. Rio de Janeiro: Renovar, 1996.</p> <p>MERLE, Marcel. Sociologia das relações internacionais. Brasília: UnB, 1981.</p> <p>MIRANDA, Jorge. Direito internacional público. Lisboa: Pedro Ferreira, 1995.</p>

PUCCI, Adriana N. **Arbitragem Comercial Internacional**. São Paulo: LTr, 1997.

RANGEL, Vicente Marotta. **Direito e relações internacionais**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1993.

SILVA, Roberto Luiz. **Direito econômico internacional e direito comunitário**. Belo Horizonte: Del Rey, 1995.

SILVA, Roberto Luiz. **Direito comunitário e da integração**. Porto Alegre: Síntese, 1999.

STRENGER, Irineu. **Direito do comércio internacional e *lex mercatoria***. São Paulo: LTr, 1996.

SÜSSEKIND, Arnaldo. **Tratados ratificados pelo Brasil**. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1981.

TRINDADE, Antônio Augusto Cançado. **Princípios de direito internacional contemporâneo**. Brasília: UnB, 1981.

TRUYOL Y SERRA, Antônio. **Noções fundamentais de direito internacional público**. Coimbra: Armênio Amado, 1962.

VERONA, Eduardo Smidt; CARNIATTO, Flávio Cesar. **Estatuto do estrangeiro**. Curitiba: JM, 1996.

VIEIRA, Jair Lot. **Código de hamurabi, código de manu, lei das XII tábuas**. Bauru: Edipro, 1994.

WENDZEL, Robert L. **Relações internacionais: o enfoque do formulador de políticas**. Brasília: UnB, 1985.

Nome da Disciplina: DIREITO ADMINISTRATIVO
Período: Eletiva
Carga Horária: 60 h/a
Ementa:
Conceito, fontes, codificação, interpretação. Estado, Governo e Administração Pública: conceito, elementos, poderes e organização; natureza e fins; princípios. Organização administrativa: administração pública direta e indireta. Agentes Públicos. Poderes administrativos. Ato administrativo. Contrato administrativo. Convênio. Licitação. Serviços públicos. Domínio público. Intervenção na propriedade. Improbidade Administrativa. Responsabilidade civil da Administração Pública. Controle da Administração Pública.
Bibliografia Básica:
BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil, de 5 de outubro de 1988, http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm , consultado em 05 de dezembro de 2017, às 14h51min.
BRASIL. Lei 8.429, de 2 de junho de 1992. Dispõe sobre as sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito no exercício de mandato, cargo, emprego ou função na administração pública direta, indireta ou fundacional e dá outras providências, http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8429.htm , consultado em 06 de dezembro de 2017, às 15h.
BRASIL. Lei 8.666, de 21 de junho de 1993. Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências, http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8666cons.htm , consultado em 06 de dezembro de 2017, às 14h.
CARVALHO FILHO, José dos Santos. Manual de Direito Administrativo. 31 ed. São Paulo: Saraiva, 2017.
DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito Administrativo. 28. ed. São Paulo: Atlas, 2015.
FREITAS, Juarez. Estudos de Direito Administrativo. São Paulo: Malheiros, 1997.
GASPARINI, Diógenes. Direito Administrativo. 17. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.
JUSTEN FILHO, Marçal. Curso de Direito Administrativo. 12. ed. São Paulo: Saraiva, 2016.
MELLO, Celso Antônio Bandeira de. Curso de direito administrativo. 33. ed. São Paulo: Malheiros, 2016.
Bibliografia Complementar:
BANDEIRA DE MELLO, Oswaldo Aranha. Curso de direito administrativo . 21. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2006.
FARIA, Edimur Ferreira de. Curso de Direito Administrativo Positivo . 6. ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2007.
GASPARINI, Diógenes. Direito Administrativo . 12. ed. São Paulo: Saraiva, 2007.
LIMA, Rogério Medeiros Garcia. O Direito Administrativo e o Poder Judiciário . Belo Horizonte: Del Rey, 2002.
MEDAUAR, Odete. Direito Administrativo Moderno . São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011.
MORAES, Alexandre. Direito Constitucional Administrativo . 3. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

Nome da Disciplina: DIREITO AMBIENTAL E AGRÁRIO
Período: Eletiva
Carga Horária: 60 h/a
Ementa: A crise ambiental. O movimento ecológico. Ecodesenvolvimento e desenvolvimento sustentável. Ecologia e Meio Ambiente. Direito Ambiental brasileiro. Conceito e princípios do Direito Ambiental. Sistema legal de proteção da fauna, flora, recursos hídricos, resíduos sólidos. Responsabilidade em matéria ambiental. Sanções administrativas e penais em matéria ambiental. Direito e recursos ambientais. Noções Introdutórias e Conceitos Básicos de Direito Agrário. Reforma Agrária. Princípios Constitucionais. Legislação Nacional Específica.
Bibliografia Básica: ANTUNES, Paulo de Bessa. Direito ambiental . 21. Rio de Janeiro Atlas 2020. FIORILLO, Celso Antônio Pacheco. Curso de direito ambiental brasileiro . 20. São Paulo Saraiva 2019. MARQUES, Benedito Ferreira. Direito agrário brasileiro . 12. Rio de Janeiro Atlas 2016. SARLET, Ingo Wolfgang. Curso de direito ambiental . Rio de Janeiro Forense 2020.
Bibliografia Complementar: FIORILLO, Celso Antônio Pacheco. Comentários ao Código Florestal Lei n. 12.651/2012 . 2. São Paulo Saraiva 2018. JUBILUT, Liliana Lyra. Direitos humanos e meio ambiente minorias ambientais . São Paulo Manole 2017. LEITE, José Rubens Morato. Dano ambiental . 8. Rio de Janeiro, Forense, 2019. MACHADO, Paulo Affonso Leme. Direito ambiental brasileiro . 24. ed. São Paulo, SP: Malheiros, 2016. TRENNEPOHL, Terence Dorneles. Incentivos fiscais no direito ambiental . 2. São Paulo Saraiva 2010.

Nome da Disciplina: ORGANIZAÇÃO, SISTEMAS E MÉTODOS
Período: Eletiva
Carga Horária: 60 h/a
Ementa:
Análise Organizacional: Estrutura e Organogramas, Estratégia, Tecnologia, Desempenho, Processos de Organização, Departamentalização, Distribuição do trabalho, Centralização, Descentralização. Mudanças Organizacionais: Ambiente Interno e Externo. Arranjo Racional do Espaço Físico. Arranjo Administrativo: Manuais Administrativos, Formulários, Arquivística. Metodologias para levantamento de dados. Gráficos.
Bibliografia Básica:
ARAUJO, L.C.G. Organização, sistemas e métodos e as tecnologias de gestão organizacional. v. 1, 2. ed. São Paulo: Atlas, 2006.
ARAUJO, L.C.G. Organização, sistemas e métodos e as tecnologias de gestão organizacional. v. 2., 2. ed. São Paulo: Atlas, 2006.
CRUZ, T. Sistemas, organização & métodos. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2002.
Bibliografia Complementar:
ARAUJO, L.C.G. de. Organização, sistemas e métodos e as modernas ferramentas de gestão organizacional: arquitetura organizacional, benchmarking, empowerment, gestão pela qualidade total, reengenharia. São Paulo, Atlas, 2006.
ALVAREZ, M.E.B. Organização, Sistemas e Métodos. São Paulo: McGraw Hill, 1990.
CHINELATO, J.F. O&M integrado à informática. 12. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2004.
CRUZ, T. Sistemas, Métodos e Processos: Administrando a Organização por meio de processos de negócios. São Paulo: Atlas, 2005.
CURY, A. Organização e Métodos: uma visão holística. São Paulo: Atlas, 2005.
NADLER, D. A. et al. Arquitetura organizacional. Rio de Janeiro: Campus, 1998.
OLIVEIRA, D.P.R. Sistemas, organização & métodos: uma abordagem gerencial. 16. ed. São Paulo: Atlas, 2006.
OLIVEIRA, N. Organizações Automatizadas: desenvolvimento e estrutura da empresa moderna. Rio de Janeiro: LTC, 2007.

Nome da Disciplina: GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS I
Período: Eletiva
Carga Horária: 60 h/a
Ementa: O Papel da Administração de Recursos Humanos. Os Desafios da Gestão de Pessoas. Estrutura do Trabalho: Descrição e Análise de Cargos. Recrutamento e Seleção de Pessoas. Treinamento e Desenvolvimento de Pessoas e Organizações. Avaliação de Desempenho. Remuneração: Administração de Salários, Planos de Assistência e Benefícios. Relações de Trabalho: Cultura e Clima Organizacional, Segurança, Higiene e Qualidade de Vida, Rotação de Pessoas. RH Estratégico.
Bibliografia Básica: ARAÚJO, L.C.G. Gestão de Pessoas: Estratégias e Integração Organizacional. São Paulo: Atlas, 2006. CHIAVENATO, I. Gestão de Pessoas. 2 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005. CHIAVENATO, I. Recursos Humanos - O Capital Humano das Organizações. São Paulo: Atlas, 2004. DUTRA, J.S.D. Gestão de Pessoas: modelo, processos, tendências e perspectivas. São Paulo: Atlas, 2002. GIL, A.C. Gestão de Pessoas: enfoque nos papéis profissionais. São Paulo: Atlas, 2001 MARRAS, J.P. Administração de Recursos Humanos: do operacional ao estratégico. São Paulo: Futura, 2000.
Bibliografia Complementar: ALMEIDA, W. Captação e Seleção de Talentos - Repensando a Teoria e a Prática. São Paulo: Atlas, 2004. BOOG, G. (coord.); BOOG, M. Manual de Gestão de Pessoas e Equipes. São Paulo: Gente, 2002. CHAIA, A. Consultoria Interna de Recursos Humanos. São Paulo: Makron Books, 2001. CHIAVENATO, I. A Síndrome da Passividade. São Paulo: Makron Books, 1994. CHIAVENATO, I. Como transformar RH: de um centro de despesas em um centro de lucros. São Paulo: Makron Books, 1996. COSTA, T.D. (Org.). Qual o futuro para a área de Recursos Humanos nas empresas? São Paulo: Makron Books, 2000. CRAWFORD, R. Na era do capital humano; o talento, a inteligência e o conhecimento como forças econômicas, seu impacto nas empresas e nas decisões de investimento. São Paulo: Atlas, 1994. DUTRA, J.S. Administração de Carreiras - Uma proposta para repensar a Gestão de Pessoas. São Paulo: Atlas, 1996. FITZ-ENZ, J. Retorno do Investimento em capital humano - medindo o valor econômico do desempenho dos funcionários. São Paulo: Makron Books, 2001. FRANÇA, A.C. L. Práticas de Recursos Humanos: conceitos, ferramentas e procedimentos. São Paulo: Atlas, 2007. KANAANE, R. Comportamento humano nas organizações. O homem rumo ao século XXI. São Paulo: Atlas, 1995. LIMA, F.O.; TEIXEIRA, P.C. Direcionamento Estratégico e Gestão de Pessoas nas Organizações. São Paulo: Atlas, 2000.

Nome da Disciplina: ADMINISTRAÇÃO DE MATERIAIS
Período: Eletiva
Carga Horária: 60 h/a
Ementa:
Aquisição de materiais. Negociação em compras. Administração de recursos materiais no serviço público. Identificação, codificação, classificação e catalogação de material. Dimensionamento e controle de estoques. Administração de recursos patrimoniais.
Bibliografia Básica:
BAILY, P.J.; FARMER, D.; JESSOP, D.; JONES, D. Compras: princípios e administração. São Paulo: Atlas, 2002.
KOZICKI, S. Negociação criativa. São Paulo: Futura, 2001.
MARTINS, P.G.; ALT, P.R.C. Administração de materiais e recursos patrimoniais. São Paulo: Saraiva, 2002.
VIANA, J. J. Administração de Materiais: um enfoque prático. São Paulo: Atlas, 2000.
Bibliografia Complementar:
ANDRADE, Sebastião Carlos de Oliveira. Modelo gerencial brasileiro de administração de materiais. Rio de Janeiro: FGV, 1994.
ARAÚJO, Jorge Siqueira. Administração de materiais. São Paulo, Atlas, 1996.
ARNOLD, J. R. Tony. Administração de Materiais. São Paulo: Atlas, 1999.
BALLOU, Ronald H. Logística empresarial: transportes, administração de materiais e distribuição física. São Paulo: Atlas, 1995.
CHING, H. Y. Gestão de Estoques na Cadeia de Logística Integrada - Supply Chain. São Paulo: Atlas, 1999.
DIAS, M. A. P. Administração de Materiais: uma abordagem logística. São Paulo: Atlas, 2000.
GURGEL, Floriano do Amaral. Administração dos fluxos de materiais e de produtos. São Paulo: Atlas, 1996.
MESSIAS, S. Manual de Administração de Materiais. São Paulo: Atlas, 2000.
POZO, H. Administração de Recursos Patrimoniais: uma abordagem logística. São Paulo: Atlas, 2001.

Nome da Disciplina: COMÉRCIO EXTERIOR
Período: Eletiva
Carga Horária: 60 h/a
Ementa:
Política do comércio exterior brasileiro. Composição do comércio exterior. Procedimentos administrativos na importação e exportação. Tributação no comércio exterior. Transporte internacional.
Bibliografia Básica:
BIZELLI, João dos Santos. Importação, Sistemática Administrativa, Fiscal e Cambial . São Paulo: Aduaneiras, 2006.
VAZQUEZ, José Lopes. Comércio Exterior Brasileiro . São Paulo: Atlas, 2006.
VAZQUEZ, José Lopes. Manual de Exportação . São Paulo: Aduaneiras, 2002.
Bibliografia Complementar:
BIZELLI, João dos Santos. Noções básicas de importação . 6. ed. São Paulo: Aduaneiras, 1997.
GRIECO, Francisco de Assis. O Brasil e o comércio internacional . São Paulo: Aduaneiras, 1994.
KEEDI, Samir; MENDONÇA, Paulo C. C. Transportes e seguros no comércio exterior . 2. ed. São Paulo: Aduaneiras, 1997.
KRUGMAN, Paul R.; OBSFELD, Maurice. Economia internacional: teoria e política . São Paulo: McGraw Hill, 1994.
KRUGMAN, Paul R. Internacionalismo pop . São Paulo: Campus, 1997.
MAIA, Jayme de Mariz. Economia internacional e comércio exterior . 6. ed. São Paulo: Atlas, 2000.
MINERVINI, Nicola. Exportar: competitividade e internacionalização . São Paulo: Makron Books, 1997.
PORTER, Michael E. A vantagem competitiva das nações . Rio de Janeiro: Campus, 1993.
RATTI, Bruno. Comércio internacional e câmbio . Aduaneiras. 10. ed. São Paulo: Aduaneiras, 2000.
THORSTENSEN, Vera. Organização Mundial do Comércio: as regras do comércio internacional e a rodada do milênio . São Paulo: Aduaneiras, 1999.

Nome da Disciplina: LOGÍSTICA EMPRESARIAL
Período: Eletiva
Carga Horária: 60 h/a
Ementa: Logística e Cadeia de Suprimentos. Produto Logístico. Nível de Serviço Logístico. Distribuição Física. Integração das Operações Logísticas. Sistema Integrado Produção x Venda. Estoques e impactos na cadeia de suprimentos. Fundamentos de Transportes. Estratégias de Localização de Depósitos. Logística Reversa e Adequação Ambiental. Projetos de Redes de Fornecedores.
Bibliografia Básica: BALLOU, Ronald H. Gerenciamento da cadeia de suprimentos . São Paulo: Bookman, 2001 BALLOU, Ronald H. Logística empresarial - transportes, administração de materiais e distribuição física. São Paulo: Atlas, 1995 BOWERSOX, Donald. Logística Empresarial - O processo de Integração da Cadeia de Suprimentos. São Paulo: Atlas, 2001. CHRISTOPHER, Martin. Logística e gerenciamento da cadeia de suprimento . São Paulo: Pioneira, 1999. FLEURY, Paulo Fernando et al. Logística empresarial: a perspectiva brasileira . São Paulo: Atlas, 2000. NOVAES, Antônio G. Logística e Gerenciamento da Cadeia de Suprimentos . Rio de Janeiro: Campus, 2004. TAYLOR, David. Logística na cadeia de Suprimentos: uma perspectiva gerencial . São Paulo: Perason, 2005.
Bibliografia Complementar: AGOSTINHO, Márcia Esteves. Complexidade e organizações: em busca da gestão autônoma . São Paulo: Atlas, 2003. BERTAGLIA, Paulo Roberto. Logística e gerenciamento da cadeia de abastecimento . São Paulo: Saraiva, 2003. CHING, H. Y. Gestão de Estoques na Cadeia de Logística Integrada - Supply Chain . São Paulo: Atlas, 1999. CHOPRA, Sunil. Gerenciamento da Cadeia de Suprimentos - Estratégia, Planejamento e Operação . São Paulo: Prentice Hall, 2003 CHRISTOPHER, Martin. A Logística do marketing . São Paulo: Futura, 2002 DIAS, Marco Aurélio P. Administração de materiais: uma abordagem logística . São Paulo: Atlas, 1998 DORNIER, Philippe-Pierre. Logística e Operações Globais - Texto e Casos . São Paulo: Atlas, 2000 LAMBERT, Douglas; STOCK, James; VANTINE, José Geraldo. Administração Estratégica da Logística . São Paulo: Vantine Consultoria, 1998. LEITE, Paulo Roberto. Logística Reversa . São Paulo: Prentice Hall, 2003.

Nome da Disciplina: MARKETING I
Período: Eletiva
Carga Horária: 60 h/a
Ementa:
Conceitos básicos em marketing. Visão geral da Administração de Marketing e o Papel do Marketing. O Sistema de Marketing e o Ambiente de Marketing. Análise de mercado e o Comportamento do Consumidor/Comprador Organizacional. Mensuração e Previsão. Segmentação do Mercado e Posicionamento.
Bibliografia Básica:
CHURCHILL, G.A.; PETER, J.P. Marketing : criando valor para o cliente. São Paulo: Saraiva, 2000. KOTLER, P. Administração de Marketing : a edição do novo milênio. São Paulo: Prentice Hall, 2000. MCCARTHY, E.J.; PERREAUULT, W. D. Marketing Essencial : uma abordagem gerencial e global. São Paulo: Atlas, 1997
Bibliografia Complementar:
COBRA, M. Marketing Básico . 4. ed. São Paulo: Atlas, 1997. KOTLER, P.; ARMSTRONG, G. Princípios de Marketing . 7. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1999. KOTLER, P. Administração de Marketing : análise, planejamento, implementação e controle. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1998. KOTLER, P. Marketing para o século XXI : como criar, conquistar e dominar abordagem gerencial e global. São Paulo: Atlas, 1997. MATTAR, F. N. Pesquisa de Marketing : metodologia, planejamento. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

Nome da Disciplina: PESQUISA OPERACIONAL
Período: Eletiva
Carga Horária: 60 h/a
Ementa: Introdução à Pesquisa Operacional. Modelagem de problemas e classificação de modelos matemáticos. Programação Linear. Método Simplex. Dualidade. Análise de sensibilidade. Interpretação econômica. Modelos de transporte e alocação.
Bibliografia Básica: ANDRADE, E. L. de. Introdução à pesquisa operacional: métodos e modelos para a análise de decisão. 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2002. BRONSON, R. Pesquisa Operacional. São Paulo: McGraw-Hill, 1995. SILVA, E. M. et. al. Pesquisa Operacional: Programação Linear, Simulação. São Paulo: Atlas, 1998. SILVA, E. M. et. al. Pesquisa Operacional para os cursos de Economia, Administração e Ciências Contábeis. São Paulo: Atlas, 1998.
Bibliografia Complementar: CAVANHA FILHO, A. O. Logística: novos modelos. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2001. GOLDBARG, M. C.; LUNA, H. P. Otimização Combinatória e Programação Linear. Rio de Janeiro: Campus, 2000. HIRSCHFELD, H. Planejamento com PERT-CPM e análise do desempenho. São Paulo: Atlas, 1991. PIDD, M.; BORBA, G. S. de; ANDRADE, A. L.; BARBOSA JÚNIOR, N. B. Modelagem empresarial: ferramentas para tomada de decisão. Rio de Janeiro: Bookman, 1998. PRADO, D. Planejamento e controle de projetos. Belo Horizonte: Desenvolvimento Gerencial, 1999. PRADO, D. Programação Linear. Belo Horizonte: Desenvolvimento Gerencial, 1999. PRADO, D. Usando o MS Project 2002 em gerenciamento de projetos. Belo Horizonte: Desenvolvimento Gerencial, 2002. WIRTH, A. Planejamento, Replanejamento e Controle com Microsoft Project 2000. Rio de Janeiro, Book Express, 2000.

Nome da Disciplina: ADMINISTRAÇÃO DE PRODUÇÃO
Período: Eletiva
Carga Horária: 60 h/a
Ementa:
Conceituação, origens e evolução da administração da produção. Tomada de decisão. Manutenção. Métodos e medidas do trabalho. Localização de empresas e arranjo físico. Métodos analíticos específicos.
Bibliografia Básica:
SLACK, N.; HARRISON, A.; CHAMBERS, S. Administração da produção . São Paulo: Atlas, 2002.
TUBINO, D. F. Planejamento e controle da produção . São Paulo: Atlas, 2007.
MOREIRA, D. A. Administração da produção e operações . São Paulo: Thomson Learning, 2002.
Bibliografia Complementar:
BALLOU, R. H. Gerenciamento da cadeia de suprimentos . São Paulo: Bookman, 2001.
CORREA, H. L.; CORREA, C. A. Administração de produção e operações . São Paulo: Atlas, 2006.
DAVIS, M. M. AQUILANO, N. J. CHASE, R. B. Fundamentos da administração da produção . São Paulo: Bookman, 2001.
JOHNSTON, R.. CLARK, G. Administração de operações e serviços . São Paulo: Atlas, 2002.
MARTINS, P. G. LAUGENI, F. P. Administração da produção . São Paulo: Saraiva, 2005.
NOVAES, A. G. Logística e gerenciamento da cadeia de distribuição . São Paulo: Campus, 2004.
OISHI, M. Técnicas integradas na produção e serviços . São Paulo: Pioneira, 1999.

Nome da Disciplina: ESTRATÉGIA EMPRESARIAL
Período: Eletiva
Carga Horária: 60 h/a
Ementa:
Administração Estratégica e a Competitividade Estratégica. Análise do Ambiente Externo. Análise do Ambiente da Indústria (Setor). Análise da Concorrência. Análise do Ambiente Interno. Ações Estratégicas Formulações Estratégicas: Estratégia de Níveis de Negócio. Estratégia de Liderança em Custos e Estratégia de Diferenciação. Estratégias de Nível Corporativo. Estratégias de Diferenciação. Estratégia de Fusão e Aquisição. Estratégia de Internacionalização. Estratégias de Integração. Estratégias Cooperativas. Processo de Planejamento Estratégico. Dimensões Estratégica e Operacional. O Balanced Scorecard (BSC).
Bibliografia Básica:
CHIAVENATO, I.; SAPIRO, A. Planejamento Estratégico: fundamentos e aplicações . Rio de Janeiro: Campus, 2004.
PEIXOTO, H. Planejamento e Gestão Estratégica diante do atual PORTER, Michael . Vantagem Competitiva. Rio de Janeiro: Campus, 1989.
RIGHT, P. et al. Administração Estratégica . 5. ed. São Paulo: Atlas, 2002.
Bibliografia Complementar:
HITT, M. A. et al. Administração Estratégica . São Paulo: Thomson, 2005.
MINTZBERG, H. et al. Safari de Estratégia . São Paulo: Bookman, 1998.
NIGEL S. Administração da Produção . São Paulo: Atlas, 2002.
PRAHALAD, C. K.; HAMMEL, G. Competindo para o Futuro . Rio de Janeiro: Campus, 1995.
MENDES, L.A.B. Estratégia Empresarial: promovendo o crescimento sustentado e sustentável . São Paulo: Saraiva, 2012.

Nome da Disciplina: GESTÃO DE QUALIDADE
Período: Eletiva
Carga Horária: 30 h/a
Ementa:
Conceito de qualidade. Evolução da gestão da qualidade. Planejamento, manutenção e melhoria da qualidade. Qualidade como estratégia de negócio. Modelos de melhoria da qualidade. Ferramentas da qualidade. Garantia da qualidade.
Bibliografia Básica:
AKOUF, O. A administração entre o tradicional e a renovação . São Paulo: Atlas, 1996.
DEMING, W. E. Qualidade: a revolução da administração . Rio de Janeiro. Saraiva, 1990.
PALADINI, E. P. Gestão da qualidade: teoria e prática . São Paulo: Atlas, 2004.
PALADINI, E. P. Avaliação estratégica da qualidade . São Paulo: Atlas, 2002
Bibliografia Complementar:
AZAMBUJA, T. T. Documentação de sistemas da qualidade: um guia prático para a gestão das organizações . Rio de Janeiro: Campus, 1996.
CAMPOS, V. F. Qualidade total: no estilo japonês . Belo Horizonte: Fundação Christiano Ottoni, 1992.
CAMPOS, V. F. Gerência da qualidade total: estratégia para aumentar a competitividade da empresa brasileira . Belo Horizonte: UFMG, 1998.
FOLLET, M. P. Projeto do gerenciamento . Rio de Janeiro: Qualitymark, 1887.
JURAN, J. M. A qualidade desde o projeto . São Paulo: Pioneira, 1992.
TEBOCEL, J. Gerenciando a dinâmica da qualidade . Rio de Janeiro: Qualitymark, 1991.

Nome da Disciplina: GESTÃO DE PROJETOS
Período: Eletiva
Carga Horária: 60 h/a
Ementa:
Conceituação geral de projeto. Gestão da elaboração e execução de projetos. Elementos básicos dos projetos. O produto do projeto e seu mercado. Estudos técnicos do projeto. Importância do projeto. Aspectos administrativos e legais, econômicos, técnicos e financeiros. Critérios de análise de viabilidade econômica de um projeto. Elaboração e análise de projetos de viabilidade.
Bibliografia Básica:
BUARQUE, C. Avaliação econômica de projetos . Rio de Janeiro: Campus, 1994.
CLEMENTE, A. et al. Projetos empresariais e públicos . São Paulo: Atlas, 1998.
MENEZES, L. C. M. Gestão de Projetos . São Paulo: Atlas, 2003.
WOILER, S.; MATHIAS, W. F. Projetos, planejamento, elaboração e análise . São Paulo: Atlas, 1996.
Bibliografia Complementar:
CASAROTTO, N. F.; KOPITKE, B. H. Análise de investimentos . São Paulo: Atlas, 1996.
CONTADOR, C. R. Projetos sociais: avaliação e prática, impacto ambiental, externalidades, benefícios e custos sociais . São Paulo: Atlas, 1997.
GALESNE, A.; FENSTERSEIFER, J. E.; LAMB, R. Decisões de investimentos da empresa . São Paulo: Atlas, 1999.
LEONE, G. S. G. Custos: planejamento, implantação e controles . São Paulo: Atlas, 2000.
WELSCH, G. A. Orçamento empresarial . São Paulo: Atlas, 1992.

Nome da Disciplina: ALGEBRA LINEAR
Período: Eletiva
Carga Horária: 60 h/a
Ementa:
Sistemas de Equações Lineares; Matrizes; Determinantes; Espaços Vetoriais; Transformações Lineares.
Bibliografia Básica:
ANTON, H. Álgebra Linear . 3. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1982.
BOLDRINI, J. L., et al. Álgebra Linear . São Paulo: Harper & Row do Brasil, 1978.
CALLIOLI, C. A. et al. Álgebra Linear e suas aplicações . São Paulo: Atual, 1977.
Bibliografia Complementar:
LIMA, E. L. Geometria Analítica e Álgebra Linear . Coleção Matemática Universitária. Rio de Janeiro: SBM, 2001.
STEINBRUCH, A.; WINTERLE, P. Álgebra linear . São Paulo: McGraw-Hill, 1987.
LIPSCHUTZ, S. Álgebra linear . São Paulo: McGraw-Hill, 1971.
BOLDRINI, J.L. Álgebra Linear . 3. ed. São Paulo: Harbra, 1984.
ANTON, H.; RORRES, C. Álgebra Linear com aplicações . 10. ed. São Paulo: Bookman, 2012.

Nome da Disciplina: PSICOLOGIA APLICADA AS ORGANIZAÇÕES
Período: Eletiva
Carga Horária: 60 h/a
Ementa:
Estrutura da personalidade, princípios e mecanismos fundamentais do dinamismo psíquico. Psicologia da percepção e fenômenos de grupo. Variáveis do comportamento organizacional. Abordagem conceitual e genérica da função ARH (Administração de Recursos Humanos) e seus subsistemas básicos.
Bibliografia Básica:
AGUIAR, M. A. F. Psicologia aplicada à administração: uma introdução à Psicologia Organizacional . São Paulo: Atlas, 1986.
BERGAMINI, C. Psicologia Aplicada à Administração de Empresas . São Paulo: Atlas, 1982.
DAVIDOFF, L. Introdução à psicologia . São Paulo: Makron, 2000.
HERSEY, P.; BLANCHARD, K. Psicologia para administradores de empresas . 4. ed. São Paulo: EPU, 1986.
MUCHINSKY, P. M. Psicologia Organizacional . São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2004.
ROBBINS, S. Comportamento organizacional . 9. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2003.
Bibliografia Complementar:
ADLER, R. B.; RODMAN, G. Comunicação Humana . 7. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2004.
BERGAMINI, C. W. Motivação . São Paulo: Atlas, 1986.
BERGAMINI, C. W. O Líder Eficaz . São Paulo: Atlas, 2002.
BERGAMINI, C. W. Psicodinâmica da vida organizacional: motivação e liderança . São Paulo: Atlas, 1997.
BOCK, A. M. (Org). Psicologias: uma introdução ao estudo da psicologia . São Paulo: Saraiva, 2004.
BOWDITCH, J. L.; BUONO, A. F. Elementos de comportamento organizacional . São Paulo: Pioneira, 1992.
BUSCHINELLI, L. E.; RIGOTTO, R. Isto é trabalho de gente? São Paulo: Vozes, 1993.
CHANLAT, J. F. O Indivíduo na organização: dimensões esquecidas . v. 1. São Paulo: Atlas, 1993.
CODO, W.; SAMPAIO, J. J. C. Sofrimento psíquico nas organizações . Rio de Janeiro: Vozes, 1995.
DEJOURS, C.; ABDOUCHELI, E.; JAYET, C. Psicodinâmica do trabalho . São Paulo: Atlas, 1994.
FERNANDES, E. C. Qualidade de vida no trabalho: como medir para melhorar . São Paulo: Atlas; 1994.

MOSCOVICI, F. **Equipes dão certo**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1982.

ROBBINS, S. P. **Fundamentos do comportamento Organizacional**. 7. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2004.

Nome da Disciplina: HISTÓRIA ECONÔMICA E GERAL I
Período: Eletiva
Carga Horária: 60 h/a
Ementa:
Estudar a Introdução aos Estudos de História do Pensamento Econômico; Estudo sobre o nascimento da economia política; a filosofia política do século XVII; Mercantilistas e Fisiocratas; O Nascimento da economia Política; o pensamento de Adam Smith e Ricardo e a economia Política Clássica; O Pensamento econômico Liberal e o Iluminismo; A introdução da crítica a economia política: os escritos econômicos de Karl Marx; Os Socialistas Utópicos; O Socialismo Científico; O Idealismo Econômico e a Retomada do Pensamento Liberal no Pensamento de Mill; O Positivismo no Pensamento Econômico; A Ascensão do Pensamento Científico; O Racionalismo Econômico e a Divisão Internacional do Trabalho; O Fordismo, o Toyotismo e o Taylorismo; As Crises Cíclicas do Capital, a Crise de 1929 e a Crise do Racionalismo Econômico; O Estado de Bem Estar Social, as Teorias do Estado Amplo e a Ascensão da Social Democracia; Consolidação do Pensamento Econômico Moderno, a Crise dos Paradigmas Econômicos, a Globalização Econômica e o Neoliberalismo; Desafios Atuais para a Economia Pós-moderna: a Crise do Trabalho, a Globalização Excludente e as Desigualdades Sociais, as Minorias e a Cidadania Econômica; as Relações de Trabalho e os Processos de Exclusão na Sociedade Contemporânea: raça, gênero e geração conteúdo.
Bibliografia Básica:
COGGIOLA, O. As Grandes Depressões (1873-1896 e 1929-1939). São Paulo: Alameda, 2009.
EICHENGREEN, B. A Globalização do Capital: uma História do Sistema Monetário Internacional . São Paulo: 34, 2000.
DOBB, M. A evolução do capitalismo . 9. ed. Rio de Janeiro: LCT, 2009.
FIORI, J.L. (Org.). Estados e moedas no desenvolvimento das nações . Petrópolis: Vozes, 1999.
HOBBSAWM, E.J. Da Revolução Industrial inglesa ao Imperialismo . Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1979.
HOBBSAWM, E.J. A era do capital: 1848-1875 . Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
HOBBSAWM, E.J. A era dos impérios: 1875-1914 . Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
LÊNIN, V. I. Imperialismo: etapa superior do Capitalismo . São Paulo: UNICAMP, 2011.
MAZZUCHELLI, F. Os anos de chumbo: Economia e política internacional no entre guerras . São Paulo: Unesp, 2009.
MOFFIT, M. O Dinheiro do Mundo: de Bretton Woods à beira da insolvência . Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.
Bibliografia Complementar:
COGGIOLA, O.; CLEMESHA, A. 25 de outubro de 1917: a revolução russa . São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2005.
HOBBSAWM, E.J. A era dos extremos: 1914-1991 . São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
POLANYI, K. A grande transformação: as origens da nossa época . Rio de Janeiro: Campus, 1980.
SERRANO, F. Do ouro imóvel ao dólar flexível . Economia e Sociedade. São Paulo: Unicamp, , 2002.
OLIVEIRA, C. A. B. de. Processo de Industrialização: do Capitalismo Originário ao Atrasado . São Paulo: Unesp/Unicamp, 2002.

Nome da Disciplina: ECONOMIA SOLIDÁRIA
Período: Eletiva
Carga Horária: 60 h/a
Ementa:
Origens e desenvolvimento do associativismo. Conceito de terceiro setor, Economia Social e Economia Popular Solidária. Natureza e ação socioeconômica de organizações não governamentais, fundações, institutos, cooperativas, associações comunitárias, organizações da sociedade civil de caráter público (OSCIP) e de entidades filantrópicas. Noções das dimensões sociais, políticas e econômicas relacionadas ao fenômeno: sociedade civil, democracia, espaço público, autonomia social, desenvolvimento local sustentável, gestão ambiental.
Bibliografia Básica:
BARBOSA, R. N.C. A economia solidária como política pública: uma tendência de geração de renda e ressignificação do trabalho no Brasil. São Paulo: Cortez, 2007.
CARVALHO, N. V. Autogestão: o governo pela autonomia. São Paulo: Brasiliense, 1983.
HIRANO, S. Pré-capitalismo e Capitalismo. São Paulo: Hucitec, 1988.
ENGELS, F. Do socialismo utópico ao Socialismo Científico. 4. ed. São Paulo: Global, 1981.
MARX, K. Formações econômicas pré-capitalistas. 6. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.
MARX, K. A ideologia alemã: Feuerbach. 8. ed. São Paulo: Hucitec, 1991.
MARX, K. Elementos fundametales para la crítica de la Economía Política (Grundrisse), 1857-1858. México: Siglo XXI, 1978.
MARX, K. O Capital: crítica da economia política. Livro primeiro, tomo 2. São Paulo: Nova Cultural, 1988.
MARX, K. O Capital: crítica da economia política. Livro terceiro, tomo 1. São Paulo: Abril Cultural, 1984.
MENEZES, M. T. Economia Solidária: elementos para uma crítica marxista. Rio de Janeiro: Gramma, 2007.
MOTTA, F. C.P. Burocracia e Autogestão. São Paulo: Brasiliense, 1981.
NETTO, J. P.; BRAZ, M. Economia Política: uma introdução crítica. São Paulo: Cortez, 2006.
OLIVEIRA, C. A. B. Processo de Industrialização: Do capitalismo originário ao atrasado. São Paulo: Unesp, 2003.
PANIAGO, M. C. Os meios que se perderam dos fins: cooperativas fabris e autogestão dos trabalhadores. Revista Outubro. n.18. São Paulo: Alameda, 2008.
QUEIROZ, B. N. A autogestão iugoslava. São Paulo: Brasiliense, 1982.
SANTIAGO, T. (Org). Do feudalismo ao capitalismo: uma discussão histórica. 3.ed. São Paulo: Contexto, 1988.
SINGER, P. Globalização e Desemprego. 3. ed. São Paulo: Contexto, 1999.
SINGER, P. Introdução a economia solidária. São Paulo: Perseu Abramo, 2001.
Bibliografia Complementar:
SOUZA, A. R.; CUNHA, G. C.; DAKUZAKU, R. Y. Paul Singer e a Economia Solidária. São Paulo: Contexto, 2003.
SOUZA, P. R. Emprego, Salários e Pobreza. São Paulo: Hucitec, 1980.
SANTILLÁN, D. A. Organismo econômico da Revolução: A autogestão na Revolução Espanhola. São Paulo: Brasiliense, 1980.
SINGER, P.; MACHADO, J. Economia Socialista. São Paulo: Perseu Brama, 2000.
TRAGTENBERG, M. Administração, poder e ideologia. São Paulo: Cortez, 1988.

Nome da Disciplina: ECONOMIA DO SETOR PÚBLICO
Período: Eletiva
Carga Horária: 60 h/a
Ementa:
As abordagens teóricas do Estado. Funções do setor público. Intervenção do Estado no Capitalismo Contemporâneo. Gastos públicos. Financiamentos dos gastos públicos e dívida pública. Indicadores de avaliação financeira. Tributação. Política fiscal. Política orçamentária.
Bibliografia Básica:
ANDERSON, P. Balanco do Neoliberalismo . Pós neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.
BAER, M. O rumo perdido : crise fiscal e financeira do Estado brasileiro. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.
BAUMANN, R. O Estado: salva-vidas na Índia, garantia de Bem-Estar na Bélgica ou motor de crescimento na Belíndia. Planejamento e Políticas públicas . p.201-223, n. 9, jun. 1993. Brasília: IPEA.
CORAZZA, G. Teoria econômica e Estado : de Quesnay a Keynes. Porto Alegre, UFRGS, 1984.
DELDUQUE J.J. Dívida Pública : a proposta de independência, São Paulo: Campinas, 2000.
BARBOSA, F. O. O déficit do setor público e a política fiscal no Brasil, 1980-1988 . Proyecto Regional de Política Fiscal. Santiago de Chile: CEPAL-PNUD, 1991.
ESPING-ANDERSEN, G. As três economias políticas do Welfare-State. Lua Nova . p.85-116, n. 24, set. 1991. São Paulo: Marco Zero e CEDEC, 1991.
FRIEDMAN, M. Capitalismo e liberdade . 2. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985.
HARVEY, D. O neoliberalismo : história e implicações. São Paulo: Loyola, 2005.
IANNI, O. Estado e capitalismo . São Paulo: Brasiliense, 2004.
LENIN, V. I. O Estado e a revolução . São Paulo: Expressão popular, 2010.
LOCKE, J. Segundo tratado sobre o governo . São Paulo: Abril Cultural, 1978.
MANDEL, E. Teoria marxista do Estado . Lisboa: Antídoto, 1977.
MANDEL, E. O Estado na fase do capitalismo tardio . São Paulo: Abril Cultural, 1988.
MATHIAS, G.; SALAMA, P. O Estado super-desenvolvido . Das Metrôpoles ao Terceiro Mundo. São Paulo: Brasiliense, 1983.
NAKATANI, P. Estado e Acumulação de Capital. Discussão sobre a teoria da derivação. Análise Econômica , n. 8, ano 5, mar. 1987. Porto Alegre: UFRGS, 1987.
OLIVEIRA, F. A. de. Economia e Política das Finanças Públicas no Brasil . São Paulo: Hucitec, 2009.
REZENDE, F. Finanças Públicas . 2. ed. São Paulo: Atlas, 2001.
TRINDADE, J. R. B. T. Dívida pública e teoria do crédito em Marx : elementos para análise das finanças do Estado capitalista. 2006. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Econômico) Universidade Federal do Paraná, Paraná, 2006.
VON MISES, L. Uma crítica ao intervencionismo . Rio de Janeiro: Nórdica, 1977
Bibliografia Complementar:
CANO, W. Soberania e Política Econômica na América Latina . São Paulo: Unesp/Unicamp Economia, 2000.
CARNOY, M. Estado e Teoria política . 2. ed. Campinas: Papirus, 1988.
CARVALHEIRO, N. Fundamentos da intervenção do Estado: algumas concepções de Keynes e Kalecki. Revista de Economia Política , v. 7, n. 2, abr/jun.1987, p. 105-22, São Paulo.
GIACOMONI, J. Orçamento Público . 16. ed. São Paulo: Atlas, 2012.
GIAMBIAGI, F.; ALÉM, A. C. Finanças Públicas . A Teoria e Prática no Brasil. 4. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2011.
GIAMBIAGI, F.; ALEM, A. C. Finanças públicas . 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Campus, 2000.

MAGDOFF, H.; SWEEZY, P. M. **A crise do capitalismo americano**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

MATTOSO, J. **O Brasil desempregado**. São Paulo: Perseu Abramo, 1999.

OLIVEIRA, F. A. **Autoritarismo e crise fiscal no Brasil (1964-1984)**. São Paulo: Hucitec, 1995.

OLIVEIRA, F. A. **Crise, reforma e desordem do sistema tributário nacional**. Campinas: UNICAMP, 1995.

SANTOS, R. S. **A teoria das finanças públicas no contexto do capitalismo**: uma discussão com os filósofos economistas, de Smith a Keynes. Campinas: UNICAMP, 1991.

SANTOS, T. dos. O papel do Estado num mundo globalizado. **Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política**, n. 2, jun. 1998, p. 47-71, Rio de Janeiro, 1998.

TRINDADE, J. R. B. A Dinâmica dos Gastos Estatais numa Perspectiva Marxista Clássica. **Revista de Economia**, v. 34, p. 131-149, Curitiba, 2008.

TRINDADE, J. R. B. **Dívida pública e teoria do crédito em Marx**: elementos para análise das finanças do Estado capitalista. 2006. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Econômico) Universidade Federal do Paraná, Paraná 2006.

Nome da Disciplina: CIÊNCIA POLÍTICA
Período: Eletiva
Carga Horária: 60 h/a
Ementa: A constituição da Ciência Política e a formação do Estado moderno e da sociedade civil. Teoria política clássica. As contribuições da Ciência Política para a análise do Estado brasileiro. Debate contemporâneo e as questões da democracia, cidadania, autocracias e socialismo. A relação entre o público e o privado.
Bibliografia Básica: WEFFORT, F. C. (Org.). Os clássicos da política . 14. ed., v. 1. São Paulo: Ática, 2007. DALLARI, D. A. Elementos de Teoria Geral do Estado . 26. ed. São Paulo: Saraiva: 2007. MAQUIAVEL, N. O Príncipe . São Paulo: Martin Claret, 2002.
Bibliografia Complementar: ARISTÓTELES. A política . Trad.: Roberto Leal Ferreira a partir da versão francesa de Marcelo Prelot. São Paulo: Martins Fontes, 2002. BOBBIO, N. Estado, Governo, Sociedade : para uma teoria geral da política. Trad. Marco Aurélio Nogueira. 14. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2007. HOBBS, T.. Leviatã . São Paulo: Abril Cultural, 1978. LOCKE, J. Segundo tratado sobre o governo . São Paulo: Abril Cultural, 1973. MONTESQUIEU. O espírito das leis . São Paulo: Abril Cultural, 1973. ROUSSEAU, J.J. Do contrato social . São Paulo: Abril Cultural, 1973. SANTOS, B. S. Um breve discurso sobre as ciências . 2. ed. Porto: Afrontamento, 2004. SOARES, M. L. Q. Teoria Geral do Estado . Belo Horizonte: Del Rey, 2001.

Nome da Disciplina: LEITURA E PRODUÇÃO DE TEXTO
Período: Eletiva
Carga Horária: 60 h/a
Ementa: Desenvolver a habilidade do aluno para a produção de textos necessários ao curso. Apresentar os vários tipos de textos técnicos necessários à área administrativa. Desenvolver conhecimentos para a aplicação de critérios de redação em diferentes gêneros textuais. Desenvolver no aluno habilidade de leitura e interpretação de mundo a partir de elementos da semiótica.
Bibliografia Básica: BELLENGER, L. A persuasão e suas técnicas . França: Cultura Contemporânea, 1987 CEGALLA, P. D. Gramática da língua portuguesa . 33. ed. São Paulo: Nacional, 1990. CUNHA, C.; CINTRA, L. F. L. Gramática do português contemporâneo . Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1975. FEITOSA, V. C. Redação de textos científicos . Campinas: Papyrus, 1991. GARCIA, O. M. Comunicação e prosa moderna . Rio de Janeiro: FGV, 1977.
Bibliografia Complementar: FAUFMAN, A. M.; RODRIGUEZ, M. H. Escola, leitura e produção de textos . Porto Alegre: Artes Médicas, 1995. FEITOSA, V. C. Redação de textos científicos . Campinas: Papyrus, 1991. FIORIN, J. L.; SAVIOLI, F. P. Para entender o texto – Leitura e Redação . 16. ed. São Paulo: Ática, 2002. GARCIA, O. M. Comunicação e prosa moderna . Rio de Janeiro: FGV, 1997. KOCH, I. G. V. Desvendando os segredos do texto . 4ª ed. São Paulo: Cortez, 2005. MARTINS, D. S.; ZILBERKNOP, L. S. Português Instrumental – de acordo com as normas da ABNT . 25. ed. São Paulo: Atlas, 2004. MEDEIROS, J. B. Redação científica: a prática de fichamentos, resumos e resenhas . São Paulo: Atlas, 1991. MEDEIROS, J. B. Redação empresarial . 4. ed. São Paulo: Atlas, 2005. TREVISAN, Z. As milhas do texto – escola, literatura, cinema . São Paulo: Eliper, 1998. ZANOTELLO, S. Redação – reflexão e uso . São Paulo: Arte e Ciência, 1999. KAUFMAN, A. M.; RODRIGUEZ, M. H. Escola, leitura e produção de textos . Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

Nome da Disciplina: SOCIOLOGIA I
Período: Eletiva
Carga Horária: 60 h/a
Ementa:
Sociologia como ciência, a emergência da sociedade burguesa e a constituição do ser social. Fundamentos sobre o método, a visão de sociedade e do trabalho em Durkheim e Weber.
Bibliografia Básica:
DELORENZO NETO, A. Sociologia Aplicada à Administração (Sociologia das Organizações). 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
DURKHEIM, Émile. Da divisão do trabalho social . São Paulo: Martins Fontes, 1995.
FORACCHI, Marialice M.; MARTINS, José de Souza. Sociologia e Sociedade . São Paulo: LTC Editora, 1999 (Leituras de introdução à sociologia).
GERT, H. H.; MILLS, Wright C. (Org.). Max Weber: ensaios de Sociologia . Rio de Janeiro: LTC Editora, 1982.
HOBBSAWM, Eric J. A era das revoluções: 1789-1848 . 25. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2010.
QUINTANEIRO, T.; BARBOSA, M. O.; OLIVEIRA, M.G. Um toque de clássicos: Durkheim, Marx e Weber . 2. ed. Belo Horizonte: UFMG, 1999.
WEBER, Max. A ética protestante e o espírito do capitalismo . São Paulo: Martin Claret, 2007.
_____. A objetividade do conhecimento nas Ciências Sociais . In: COHN, Gabriel (org.). Max Weber: Sociologia . 2. ed. São Paulo: Ática, 1982.
Bibliografia Complementar:
ARON, Raymond. As etapas do Pensamento Sociológico . São Paulo: Martins Fontes, 2003.
CONH, Gabriel. Weber . 7. ed. São paulo: Ática, 1999. (Grandes Cientistas Sociais)
GALLIANO, A. Guilherme. Introdução à Sociologia . 1. ed. São Paulo: Harper e Row do Brasil, 1981.
LOWY, Michael. As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Muchhausen: marxismo e positivismo na sociologia do conhecimento .
RODRIGUES, J. A. (org.). Durkheim: Sociologia . 9. ed. Ática: 2000. (Grandes Cientistas Sociais)

Nome da Disciplina: FILOSOFIA E ÉTICA
Período: Eletiva
Carga Horária: 60 h/a
Ementa:
A disciplina propõe introduzir e discutir, segundo recorte temático e histórico da filosofia, questões relativas aos processos de produção do conhecimento e acerca dos princípios da moral elaborados pelo pensamento ocidental.
Bibliografia Básica:
ARANHA, Maria Lúcia de Arruda; MARTINS, Maria Helena Pires. Filosofando : introdução à filosofia. 3. ed. São Paulo: Moderna, 2003.
CHAUÍ, Marilena. Convite à filosofia . 13. ed. São Paulo: Ática, 2003.
MARCONDES, Danilo. Introdução à história da filosofia : dos Pré-socráticos a Wittgenstein. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.
VÁRIOS AUTORES. Coleção Os Pensadores . São Paulo: Nova Cultural, 1997.
Bibliografia Complementar:
ALONSO, Félix Ruiz; LÓPEZ, Francisco Granizo; CASTRUCCI, Plínio de Lauro. Curso de ética em Administração . São Paulo: Atlas, 2006.
ARANHA, Maria Lúcia de Arruda; MARTINS, Maria Helena Pires. Temas de filosofia : introdução à filosofia. 3. ed. São Paulo: Moderna, 2005.
GAARDER, J. O mundo de Sofia ; romance da história da filosofia. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
COTRIM, Gilberto. Fundamentos da filosofia : história e grandes temas. 16. ed. São Paulo: Saraiva, 2006.
NETO, J.A.M. Filosofia e Ética na Administração . São Paulo: Saraiva, 2004.
REALE, Giovanni, ANTISERI, Dário. História da filosofia . Trad. Ivo Storniolo. São Paulo: 2004.
SINGER, Peter. Um só mundo : a ética da globalização. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

Nome da Disciplina: LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS - LIBRAS
Período: Optativa
Carga Horária: 60 h/a
Ementa:
Ementa: A Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) como língua oficial e natural da comunidade surda brasileira; Conceito e classificação de surdez; Sujeito surdo: diferença, cultura e identidade; Políticas públicas educacionais para surdos; inclusão e filosofias educacionais na educação de surdos; Princípios básicos da LIBRAS.
Bibliografia Básica:
CAPOVILLA, F. C.; RAPHAEL, W. D. Dicionário Enciclopédico Ilustrado Trilíngüe da Língua de Sinais Brasileira . São Paulo: EDUSP, 2001. v.1, v.2. BRITO, L. F. Integração social & educação de surdos . Rio de Janeiro: Babel, 1993. GOLDFELD, M. A criança surda: linguagem e cognição numa abordagem sóciointeracionista . São Paulo: Plexus, 1997. QUADROS, R. M. Educação de surdos: a aquisição da linguagem . Porto Alegre: Artmed, 1997a. SACKS, O. Vendo vozes: uma viagem ao mundo dos surdos . São Paulo: Companhia das Letras, 1998. SEMINÁRIO SOBRE LINGUAGEM, LEITURA E ESCRITA DE SURDOS . Anais do I Seminário sobre Linguagem, Leitura e Escrita de Surdos. Belo Horizonte: CEALE-FaEUFMG, 1998. SKLIAR, C. (Org). A Surdez: um olhar sobre as diferenças . Porto Alegre: Mediação, 1998. SKLIAR, C. (Org). Atualidade da educação bilíngüe para surdos . Vol. 1 e 2. Porto Alegre: 56 Mediação, 1999.
Bibliografia Complementar:
BOTELHO, Paula. Linguagem e Letramento na Educação de Surdos: ideologias e práticas pedagógicas . Belo Horizonte: Autêntica, 2002. BRITO, L F. Por uma gramática de língua de sinais . Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1995. COUTINHO, Denise. LIBRAS e Língua Portuguesa: Semelhanças e diferenças . João Pessoa: Arpoador, 2000. LEITE, E. M. C. Os papéis dos intérpretes de LIBRAS na sala de aula inclusiva . Petrópolis: Arara Azul, 2005. LODI, A. C. B., HARRISON, K. M. P., CAMPOS, S. R. L., TESKE, O. (orgs). Letramento e Minorias . Porto Alegre: Mediação, 2002. QUADROS, R. M.; KARNOPP, L. B. Língua de Sinais Brasileira: estudos linguísticos . Porto Alegre: Artmed, 2004.

11.3 Equivalências das Disciplinas

A estrutura curricular apresentada nesse Projeto Pedagógico será implantada a partir do 1º semestre de 2019. Os discentes que ingressaram anteriormente no curso de Ciências Contábeis da UFVJM e que, portanto, já cursaram e foram devidamente aprovados em unidades curriculares pertencentes à estrutura curricular do Projeto Pedagógico do ano 2007, concluirão o curso sob a vigência do projeto em que entraram na UFVJM. Assim, as disciplinas desse Projeto Pedagógico serão implementadas, gradativamente, a partir do 1º semestre de 2019.

Para os alunos reprovados ou que não cursaram disciplinas do projeto anterior e que não serão mais ofertadas, o Quadro 8 informa a equivalência das disciplinas que constam no Projeto anterior e no atual.

Quadro 8: Tabela de equivalência das disciplinas

PPC 2007			PPC 2018		
Código	Disciplina	C.H	Código	Disciplina	C.H
CON 002	Contabilidade Geral I	60		Contabilidade I	60
ADM 004	Teoria Econômica	60		Fundamentos da Economia	60
CON 005	Instituições de Direito	60		Fundamentos de Direito Público e Privado	60
CON 003	Contabilidade Geral II	60		Contabilidade II	60
ADM 008	Direito Empresarial	60		Direito de Empresa	60
CON 006	Contabilidade Intermediária	60		Contabilidade III	60
CON 007	Direito do Trabalho e Previdenciário	60		Direito do Trabalho e Previdenciário	60
CON 009	Contabilidade Avançada	60		Contabilidade IV	60
CON 023	Direito Tributário	60		Direito Tributário	60
CON 011	Controladoria	60		Contabilidade Gerencial	60
CON 016	Administração Financeira	60		Administração Financeira	60
CON 012	Contabilidade Fiscal e Tributária	60		Contabilidade Fiscal e Tributária	60
CON 020	Laboratório Contábil	60		Laboratório Contábil	60
CON 012	Administração Orçamentária	60		Administração Orçamentária	60
CON 013	Contabilidade Pública	60		Contabilidade Aplicada ao Setor Público	60
CON 022	Auditoria Contábil	60		Auditoria Contábil	60
CON 026	Mercado de Capitais	60		Mercado de Capitais	60
CON 025	Perícia Contábil	60		Perícia Contábil	60
CON 030	Contabilidade do Terceiro Setor	60		Contabilidade do Terceiro Setor	60
CON 029	Contabilidade Rural	60		Contabilidade do Agronegócio	60
CON 028	Contabilidade Ambiental	60		Contabilidade Social e Ambiental	60
ADM 039	Direito Internacional	60		Direito Internacional Público e Privado	60
ADM 038	Direito Administrativo	60		Direito Administrativo	60

Esse quadro se justifica pelo fato de as disciplinas do PPC 2007 terem passado por um processo de reestruturação, gerando alterações e atualizações das disciplinas mencionadas, suas ementas, seus programas analíticos e suas referências, bibliográficas ou não. Além disso, os

códigos de algumas disciplinas foram alterados, para indicar assim, o processo mencionado anteriormente.

Caso algum aluno que esteja sob vigência do PPC 2007 tenha interesse em cursar disciplina(s) do PPC 2019 que não conste(m) em sua grade, este poderá apresentar solicitação(ões) ao Colegiado do Curso de Ciências Contábeis, que analisará o(s) pedido(s) e deliberará prezando pela minimização do impacto gerado no processo de migração curricular.

11.3 Estágio Curricular Supervisionado

O Estágio Curricular Supervisionado é uma atividade pedagógica e profissional que procura integrar as teorias científicas às práticas profissionais do mercado empresarial, também promove a interdisciplinaridade da estrutura curricular. É o momento para a integração entre a teoria e a prática, a partir de experiências vividas, inserida em contexto que envolve diferentes visões e dimensões da realidade, possibilitando a formação de um profissional crítico e criativo, em condições de enfrentar desafios e explorar oportunidades nas diferentes áreas das Ciências Contábeis.

O desenvolvimento do Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório é requisito para que o discente conclua o Curso de Ciências Contábeis e obtenha o diploma de “Bacharel em Ciências Contábeis”. O Estágio Curricular Supervisionado é individual e desenvolvido pelo discente sob a orientação de um professor bacharel em Ciências Contábeis.

Para o discente realizar o Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório deverá ter sido aprovado em todas as disciplinas obrigatórias referentes aos quatro primeiros semestres do curso de Ciências Contábeis. Já o Estágio Curricular Supervisionado Não Obrigatório poderá ser exercido a partir do 1º período do curso.

O curso de Ciências Contábeis com o objetivo de fortalecer o aprendizado dos discentes alternam teoria e prática por meio das disciplinas ofertadas e do Estágio Curricular Supervisionado. Desta forma, nos horários em que não estão programadas aulas presenciais, o Estágio Supervisionado poderá ter jornada de até 40 (quarenta) horas semanais.

Para a integralização das horas de Estágio, seja Obrigatório ou Não Obrigatório, os discentes deverão observar as diretrizes do Manual de Estágio Curricular Supervisionado do curso de Ciências Contábeis da FACSAB/UFVJM, devidamente aprovado pelo Colegiado do curso, as resoluções emitidas pelo CONSEPE desta universidade e demais legislações pertinentes à atividade.

11.4 Atividades Complementares

Para a conclusão do curso de Ciências Contábeis, conforme as exigências do mercado e do ensino de Contabilidade (por meio das Diretrizes Curriculares), o discente deverá cumprir a carga horária mínima de 105 (cento e cinco horas) de Atividades Complementares (AC).

As horas de AC deverão ser integralizadas observando-se o Manual de Atividades Complementares do curso de Ciências Contábeis da FACSAB/UFVJM, devidamente aprovado pelo Colegiado do curso e resoluções emitidas pela CONSEPE desta universidade.

11.5 Trabalho de Conclusão de Curso

Para a conclusão do curso de Ciências Contábeis, o discente apresentará o seu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). O objetivo do TCC é proporcionar ao discente uma oportunidade para aprender a preparar um trabalho científico, além de ampliar os seus conhecimentos sobre tema de seu interesse.

O Trabalho de Conclusão de Curso é obrigatório e, para sua conclusão, os discentes deverão observar as diretrizes do Manual de Trabalho de Conclusão de Curso do curso de Ciências Contábeis da FACSAB/UFVJM, devidamente aprovado pelo Colegiado do curso, as resoluções emitidas pela CONSEPE desta universidade e demais legislações pertinentes à atividade.

11.6 Creditação da Extensão

De acordo com Brasil (2014), o Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024 foi aprovado em 25/07/2014 por meio da Lei Federal nº 13.005/2014. A Emenda Constitucional nº 59/2009 instituiu uma periodicidade decenal para o PNE. O objetivo era “articular o sistema nacional de educação em regime de colaboração e definir diretrizes, objetivos, metas e estratégias de implementação para assegurar a manutenção e desenvolvimento do ensino, em seus diversos níveis, etapas e modalidades, por meio de ações integradas das diferentes esferas federativas” (BRASIL, 2014, p. 9).

Nesse sentido, a legislação vigente no país recomenda que os cursos de graduação em suas grades curriculares destinem cerca de 10% da carga horária para atividades de extensão.

Do total das 3.015 horas previstas neste PPC, cerca de 300h deverão ser destinadas a estas atividades.

Para o compute desta carga horária poderão ser consideradas ações como: prestação de serviços não remunerados, organização de eventos, formação de ligas acadêmicas, cursos de extensão, dentre outros que permitam a interação da comunidade acadêmica com a sociedade civil.

No entanto, toda a atividade de extensão demanda recursos financeiros para a sua implementação. No curso de Ciências Contábeis, a realização de qualquer atividade de extensão, somente será implementada a partir da disponibilidade de recursos mínimos para uma boa prática extensionista, sem que haja comprometimento das ações a serem desenvolvidas pelos docentes e discentes do curso.

12 ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DO PPC

A discussão acerca da necessidade de revisão do atual projeto pedagógico do Curso de Ciências Contábeis da FACSAB/UFVJM data de julho de 2008. Assim, foi instituída uma comissão para avaliar o currículo desde então em vigor e apresentar suas propostas.

O que se pretende com a reforma em pauta é abrigar a nova estrutura da Contabilidade em vigor, contemplar as inovações decorrentes da nova conjuntura econômica, política e social, ajustando o curso de graduação às exigências do MEC, garantindo ensino, pesquisa, extensão e produção científica de qualidade que atenda às demandas da sociedade e ao mesmo tempo às exigências da Instituição.

Assim, a reformulação do Projeto Pedagógico busca:

- a) repensar a proposta pedagógica, em termos de premissas conceituais do curso, atendendo os objetivos, o perfil do egresso, as competências e habilidades a serem desenvolvidas;
- b) analisar os conteúdos das disciplinas dispostas na estrutura curricular, a fim de que estas sejam adaptadas à nova realidade e diretrizes;
- c) implementar uma estrutura curricular concebida pelo NDE e pelos professores do curso sob parâmetros macros da Ciência Contábil e aplicação contextual, utilizando métodos didático-pedagógicos eficazes para o desenvolvimento das atividades ensino.
- d) possibilitar ao egresso uma formação contemporânea e permanentemente atualizável com um currículo favorável à dinâmica das Ciências Contábeis em um mercado cada vez mais competitivo.

Com base nessa perspectiva de fazer da avaliação um instrumento constante, pode-se afirmar que o PPC deve ser acompanhado e avaliado permanentemente, visando o comprometimento e o atendimento aos princípios e objetivos que sustentam a sua elaboração e função política-pedagógica. A partir das reuniões do NDE, do Colegiado e outros momentos de discussão incluirão, como propósitos, acompanhar o processo de implantação do PPC e, periodicamente, propor processos de avaliação mais pontuais que visem adequar o projeto pedagógico do curso a realidade em que os sujeitos do processo educativo se encontram inseridos.

A avaliação, em consonância com os princípios teórico-metodológicos que estruturam a proposta pedagógica e em concordância com a Resolução Nº 22 do CONSEPE, de 25 de julho de 2014, que institui o Instrumento de Avaliação do Ensino (IAE) e as condições de oferta dos

cursos de graduação e pós-graduação presenciais da Universidade, será desenvolvida de forma colegiada. Assim, a partir de um processo constante, coletivo e democrático de avaliação será possível verificar o alcance dos objetivos estabelecidos, fornecendo *feedbacks* que favoreçam a reorganização e a incorporação de aspectos pontuados como necessários ante o surgimento de demandas das diversas ordens: políticas, pedagógicas, administrativas e legais.

Sendo assim, movimentos de avaliação e de reestruturação do PPC podem ser desencadeados a partir de reflexões sobre o campo profissional do Contador, o Projeto de Desenvolvimento Institucional (PDI), alterações nas legislações, no Regulamento dos Cursos de Graduação da UFVJM, assim como em outros documentos orientadores. Existem outros a serem monitorados como os resultados da Avaliação Institucional realizado por meio do Instrumento de Avaliação do Ensino (IAE), considerações feita por discentes em momentos oportunos e os resultados das avaliações, como o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE), Exame de Suficiência do Conselho Federal de Contabilidade, bem como processos seletivos de programas de mestrado.

Cabe apontar que, conforme determinado pelas resoluções vigentes na UFVJM, as alterações necessárias decorrentes do processo de avaliação do PPC, descritas acima que forem apresentadas pelo NDE deverão, primeiramente, ter aprovação do Colegiado do Curso e, em seguida, serem encaminhadas às instâncias superiores.

13 AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

O Curso de Ciências Contábeis da UFVJM adota um processo de avaliação contínua, por meio de múltiplos instrumentos de avaliação. Os resultados do processo de avaliação servem não somente para avaliar o desempenho do aluno, mas também para redimensionar o ensino e a aprendizagem e todo o planejamento inicialmente elaborado.

A avaliação acompanha todo o processo de formação discente, não sendo vista, portanto, como resultado, mas como diagnóstico de formação. Sendo assim, é desenvolvida através de seminários, fichamentos, participações, debates, trabalhos de resumo, resenha, desenvolvimento de artigos e de pesquisas científica, entre outros. Todos os instrumentos são mobilizados com o objetivo de formar integral, científica, cultural, artística e eticamente, o corpo discente.

O aluno deve apresentar, ao final do período, os resultados por componente curricular de acordo com as normas estabelecidas no Regulamento dos Cursos de Graduação em vigor.

Cada docente do curso tem autonomia para avaliar o conteúdo ministrado e os objetivos estabelecidos do período, fazendo uso de, pelo menos, dois instrumentos diferentes de avaliação.

As avaliações do processo ensino-aprendizagem são realizadas conforme estratégias metodológicas previstas pelos docentes nos planos de ensino, observando-se alguns dos seguintes critérios:

- a) avaliações, a critério do docente;
- b) seminários, envolvendo temas emergentes;
- c) interpretação de textos, com o objetivo de desenvolver no aluno habilidades de interpretação, raciocínio e poder de síntese;
- d) estudos de casos;
- e) elaboração de trabalhos com discussões de relatórios, em função de um estudo de caso de artigo, revistas, jornais ou vídeos em que se discutem as conclusões dos grupos;
- f) pesquisas diversas, com coleta e análise de informações conjunturais;
- g) simulação e criação de empresas, com aplicação da teoria à prática, inclusive utilizando-se a interdisciplinaridade.

Com este elenco de atividades, os professores do Curso de Ciências Contábeis da UFVJM procuram formar, conforme exposto nos tópicos anteriores, o graduando com o perfil ideal para o mercado de trabalho e para a sociedade contemporânea.

14 AÇÕES PEDAGÓGICAS INCLUSIVAS

As ações pedagógicas inclusivas poderão ser tratadas nas três dimensões acadêmicas: ensino pesquisa e extensão, sobretudo nas duas últimas pelo caráter abrangente e interdisciplinar que possuem.

Observadas a abordagem conceitual e pedagógica para a formação do Bacharel em Ciências Contábeis, nesta estrutura curricular temas emergentes como Relações Étnico-Raciais; a Cultura Afro-Brasileira, a Africana e Indígena; a Educação em Direitos Humanos; a Educação Ambiental; e o Consumo Sustentável serão conteúdos obrigatórios no ensino de disciplinas da formação básica, formação específica e da formação profissional.

Nas disciplinas de Histórica Econômica e Geral I, e Teoria da Administração cujas ementas passam por elementos históricos da dinâmica econômica e social das entidades nacionais, a importância das culturas afro-brasileira, a africana e a indígena, e das relações étnico-raciais estabelecidas poderão trazer à luz da contemporaneidade para se compreender o atual estágio de desenvolvimento das entidades e do próprio país.

Nas disciplinas da área do Direito, como Direito Público e Privado a abordagem sobre a educação em direitos humanos deve ser adotada como base para a compreensão do papel do Estado, da sua Administração Pública, das entidades públicas ou privadas, e de todas estas instituições nas relações sociais entre si e com os cidadãos. Bem como a moderna legislação sobre as políticas nacional e internacional sobre o meio ambiente e o consumo sustentável encontra-se tratada na disciplina Contabilidade Social e Ambiental como base para a formação humana, social e para a preparação do discente às disciplinas de formação específica e profissional.

Na base teórica do curso, estão as disciplinas de Contabilidade I, II, III e IV preparam o discente para a compreensão da Ciência Contábil como uma ciência social aplicada. Sob essa compreensão, na disciplina de Gestão Pública Contemporânea é realizada uma análise dos investimentos em políticas públicas para a saúde, a educação, políticas sociais (para o idoso, para criança e o adolescente, para o portador de necessidades especiais e/ou deficiência).

Disciplinas eletivas como Contabilidade Ambiental, Finanças Públicas, Elaboração e Avaliação de Projetos, e Políticas Públicas oferecem ementário que permitem abordar e discutir teorias e práticas inclusivas, sem contar com a flexibilidade existente na estrutura curricular que permite a oferta de tópicos especiais de formação, nos quais temas emergentes podem ser tratados.

REFERÊNCIAS

BISPO, Oscar Neto de Almeida. **Gerenciamento de Resultados Contábeis e o Desempenho das Ofertas Públicas Subsequentes de Ações de Empresas Brasileiras**. Dissertação (Pós-graduação em Ciências Contábeis). UFMG: Belo Horizonte, 2010.

BRASIL. **Decreto Federal nº 1.339, de 09 de janeiro de 1905**: Declara instituição de utilidade pública a Academia de Comércio do Rio de Janeiro, reconhece os diplomas por ela conferidos, como de caráter oficial e dá outras providências. DOU, 1905.

BRASIL. **Decreto N° 20.158, de 30 de junho de 1931**: Organiza o ensino comercial, regulamenta a profissão de contador e dá outras providências. DOU, 1931.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 7.988, de 22 de setembro de 1945**: Dispõe sobre o ensino superior de ciências econômicas e de ciências contábeis e atuariais. DOU, 1945.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 8.191, de 20 de novembro de 1951**: Disposições relativas ao curso comercial básico e a seus atuais alunos da terceira e quarta séries. DOU, 1945.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 9.295, de 27 de maio de 1946**: Cria o Conselho Federal de Contabilidade, define as atribuições do Contador e do Guarda-livros, e dá outras providências. DOU, 1946.

BRASIL. **Lei Nº 1.401, de 31 de julho de 1951**: Inclui, no curso de ciências econômicas, a cadeira de História Econômica Geral e do Brasil, e desdobra o curso de ciências contábeis e atuariais. DOU, 1951.

BRASIL. Lei nº 10.406, de 10 de Janeiro de 2002. Institui o Novo Código Civil. Art. 1179. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110406.htm>. Acesso em: 11 maio 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria nº 1.134, de 10 de outubro de 2016. Revoga a Portaria MEC nº 4.059, de 10 de dezembro de 2004, e estabelece nova redação para o tema. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 11 out. 2004. Disponível em:

<<http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=21&data=11/10/2016>>. Acesso em: 08 maio 2018.

BRASIL. **Plano Nacional de Educação 2014-2024**: Lei nº 13.005/2014. Brasília: Câmara dos Deputados. Edições Câmara, 2014.

CARDOSO, J. L.; SOUZA, M. A. de; ALMEIDA, L. B. **Perfil do contador na atualidade: um estudo exploratório**. BASE -Revista de Administração e

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS-CPC. **Programa de trabalho**: A Busca da Convergência da Contabilidade aos Padrões

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. Pesquisa perfil do profissional da contabilidade 2012/13 / Conselho Federal de Contabilidade. Brasília: CFC, 2013.

CONSELHO NACIONAL DA EDUCAÇÃO-CNE; CÂMARA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR-CES. **Resolução CNE/CES nº. 10, de 16 de dezembro de 2004:** Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Ciências Contábeis, bacharelado, e dá outras providências. DOU, 2004.

CONSELHO NACIONAL DA EDUCAÇÃO-CNE; CÂMARA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR-CES. **Resolução CNE/CES nº. 2, de 18 de junho de 2007:** Dispõe sobre carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial. DOU, 2007. Contabilidade da Unisinos, São Leopoldo, v. 3, n. 3, p. 275-284, set./dez. 2006.

GLOBAL ENTREPRENEURSHIP MONITOR. Empreendedorismo no Brasil, Relatório executivo. Paraná: IBPQ/SEBRAE 2015.
Internacionais. Coordenadoria Técnica CPC: Brasília, 2008.

PELEIAS, I. R. *et al.* Análise das condições de oferta da disciplina sistemas de informação: pesquisa com cursos de Ciências Contábeis na cidade de São Paulo. In: LOPES, J.; RIBEIRO FILHO, J. F.; PEDERNEIRAS, M. (Org.) **Educação contábil:** tópicos de ensino e pesquisa. São Paulo: Atlas, 2008.

SANTOS, Fernando de Almeida; VEIGA, Windsor Espenser. **Contabilidade com ênfase em micro, pequenas e médias empresas.** São Paulo: Atlas, 2011.

SILVA, Lino Martins da. **Contabilidade governamental:** um enfoque administrativo. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1996

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO-UFES. **Dúvidas frequentes:** Matriz Curricular. PROGRAD-UFES, 2018. Disponível em:
<<http://www.prograd.ufes.br/d%C3%BAvidas-frequentes>>. Acesso em: 19 fev. 2018.

APÊNDICES

APÊNDICE A - MANUAL DE ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO

1 ESTÁGIO

“O estágio é um ato educativo, de aprendizagem social, profissional e cultural que proporcionado ao discente participação em situações reais de vida e trabalho em seu meio, realizado em ambiente externo ou interno à Universidade” (UFVJM, 2014, p.1). Portanto, trata-se de procedimento didático-pedagógico interdisciplinar e avaliativo, articulador da teoria com a prática e do ensino com a pesquisa, que busca oferecer aos discentes a oportunidade de introdução no mercado de trabalho, por meio da aplicação prática dos conhecimentos adquiridos durante o curso.

De acordo com a Lei nº 11.788/2008, o estágio curricular supervisionado poderá ser obrigatório ou não obrigatório, conforme determinação das diretrizes curriculares e do projeto pedagógico do curso. Considera-se estágio curricular supervisionado obrigatório aquele definido como tal no projeto pedagógico do curso, cuja carga horária é requisito para aprovação e obtenção do diploma; e estágio curricular supervisionado não obrigatório como aquele desenvolvido como atividade opcional, acrescida à carga horária regular e obrigatória (BRASIL, 2008).

Para o Departamento de Ciências Contábeis (DCC) da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM) a realização do estágio curricular supervisionado obrigatório é requisito para obtenção do grau acadêmico no curso de Ciências Contábeis. Contudo, é permitido ao discente a realização do estágio curricular supervisionado não obrigatório.

Para regulamentar a atividade de estágio no âmbito da UFVJM, o artigo 7º da Resolução nº. 21 do Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE) atribuiu aos Colegiados de Curso o estabelecimento de normas específicas, em adição às previstas na referida Resolução (UFVJM, 2014).

Desse modo, o Manual de Estágio Curricular Supervisionado do Curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri têm como objetivos:

- a) explicar os procedimentos, definir as rotinas, normatizar e orientar os instrumentos utilizados na realização das modalidades de estágio;
- b) esclarecer dúvidas sobre temas relacionados com a gestão acadêmica e gerencial do estágio; e,

- c) orientar a elaboração do Plano de Atividades do Estágio e dos Relatórios Parciais e Finais de Estágio.

1.1 OBJETIVOS DO ESTÁGIO

De acordo com Marion e Marion (2006, p. 32) “não há dúvida de que o fundamento para os discípulos em geral será essencialmente conceitual. Entretanto, a prática destes conceitos é indispensável para melhor sedimentação da aprendizagem”. Deste modo, os principais objetivos do estágio curricular supervisionado para os discentes do curso de Ciências Contábeis são:

- a) proporcionar ao discente oportunidades de desenvolver suas habilidades, analisar situações e propor mudanças no ambiente organizacional e societário;
- b) refletir, sistematizar e testar conhecimentos teóricos e instrumentos discutidos em sala de aula, por meio de experiências concretas, de observação, de reflexão e de formação de conceitos, levantando problemas de gestão e propondo sistemas, planos e programas em ambiente empresarial ou institucional;
- c) propiciar ao discente-estagiário vivência da realidade profissional e familiarização com o futuro ambiente de trabalho e dos negócios;
- d) estabelecer integração efetiva entre a UFVJM e a empresa, contribuindo para a atualização e o aprimoramento constante do currículo do curso de Ciências Contábeis;
- e) complementar o processo ensino-aprendizagem, por meio da conscientização das deficiências individuais e incentivar a busca do aprimoramento pessoal e profissional; e,
- f) favorecer o conhecimento e a aplicação de novas tecnologias, metodologias e organização do trabalho.

1.2 UNIDADES CONCEDENTES DE ESTÁGIOS

O estágio curricular supervisionado pode ser realizado em instituição pública ou privada ou em instituição da sociedade civil organizada, ou mesmo em Unidade ou Órgão da própria UFVJM, que desenvolva atividades propícias ao aprendizado do estagiário (UFVJM, 2014).

As atividades de estágio deverão ser acompanhadas por um **Supervisor** de campo de estágio, que será indicado pela empresa Concedente. O Supervisor do Estágio será um funcionário do quadro pessoal da empresa, com formação ou experiência profissional na área, obrigatoriamente, de Bacharel em Ciências Contábeis ou Técnico em Contabilidade, registrado no Conselho Regional de Contabilidade. No entanto, apenas bacharéis em Ciências Contábeis poderão supervisionar o estágio nas áreas de Auditoria e Perícia. O Supervisor do Estágio possui as seguintes atribuições:

- a) elaborar e assinar, junto com o discente, o termo de compromisso e o plano de atividades do estágio, antes do início das atividades;
- b) orientar o discente sobre os aspectos de conduta funcional e normas disciplinares de trabalho;
- c) acompanhar profissionalmente o estagiário em relação às atividades desenvolvidas;
- d) avaliar o desempenho do estagiário;
- e) elaborar e assinar Ficha de Avaliação do Estagiário, ao final de cada semestre acadêmico ou quando solicitado e enviá-lo diretamente a Coordenação de Estágio do Curso de Ciências Contábeis da UFVJM; e,
- f) elaborar Termo de Aditamento ou Rescisão e encaminhá-lo à Coordenação de Estágio do Curso de Ciências Contábeis da UFVJM.

1.3 ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO OBRIGATÓRIO

O estágio curricular supervisionado obrigatório do curso de Ciências Contábeis foi definido como tal no Projeto Pedagógico do Curso, cuja carga horária é de 390 horas e o desenvolvimento do mesmo é requisito para aprovação e obtenção do diploma do curso.

1.3.1 Requisitos mínimos para realização do estágio curricular supervisionado obrigatório

Para realização do estágio curricular supervisionado obrigatório, conforme disposto no artigo 3º, incisos I a III da Lei nº 11.788/2008 (BRASIL, 2008), o discente deverá:

- a) estar matriculado e frequente no curso de Ciências Contábeis;
- b) celebrar Termo de compromisso;
- c) ser compatível as atividades desenvolvidas no estágio e as previstas no termo de compromisso.

Além disto, o discente deverá ter sido aprovado em todas as disciplinas obrigatórias referentes aos cinco primeiros semestres do curso de Ciências Contábeis e estar regularmente matriculado na disciplina de Estágio Curricular Supervisionado.

Recomenda-se ao discente que se matricule na disciplina de Estágio Curricular Supervisionado somente quando tiver plena convicção de que será capaz de cumprir toda a carga horária proposta no Plano de Atividades do Estagiário, bem como os protocolos do processo.

1.3.2 Documentação necessária para realização do estágio curricular supervisionado obrigatório

Toda documentação referente ao processo de estágio poderá ser entregue diretamente ao professor coordenador da disciplina de Estágio Curricular Supervisionado por ocasião das

sessões individuais de orientação. Outra forma de protocolar a documentação é colocá-lo em envelope lacrado endereçado “Aos Cuidados do(a) - Coordenador(a) de Estágio do Curso de Ciências Contábeis” e entregar para o Técnico Administrativo no Departamento de Ciências Contábeis. A Coordenação de Estágio não receberá nenhum documento de estágio por intermédio de terceiros, bem como não se responsabilizará pelo extravio daqueles que não tenham sido diretamente protocolizados com ou para a Coordenação de Estágio.

As atividades de estágio curricular supervisionado **somente se iniciarão** após o conhecimento e a chancela pela Coordenação de Estágio do curso de Ciências Contábeis dos documentos listados abaixo e terão a carga horária máxima de 40 (quarenta) horas semanais.

I Histórico escolar do discente (uma via)

O histórico escolar poderá ser emitido no SIGA pelo próprio discente e visa verificar se o mesmo encontra-se matriculado no curso e se aprovado em todas as disciplinas obrigatórias referentes aos quatro primeiros semestres do curso de Ciências Contábeis.

II Declaração de aceite do orientador do estágio curricular supervisionado obrigatório (uma via)

Cada discente deverá escolher um professor da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, lotado no Departamento de Ciências Contábeis e bacharel em Ciências Contábeis como orientador. O modelo do termo de aceite para orientação do estágio curricular supervisionado obrigatório encontra-se no Apêndice A deste Manual.

III Termo de compromisso (quatro vias)

A concessão do estágio curricular supervisionado obrigatório dar-se-á mediante a celebração de Termo de Compromisso entre a Concedente e o Estudante, com a interveniência obrigatória da UFVJM, por meio da Direção da Faculdade, cujos termos deverão ser estabelecidos em conformidade com o disposto no presente instrumento, na legislação e normas vigentes. O modelo do termo de compromisso encontra-se no site da UFVJM: PRÓ-REITORIAS – PROGRAD – CONVÊNIOS DE ESTÁGIOS – TERMOS DE COMPROMISSO.

Ressalta-se, ainda, que “em se tratando de estágio obrigatório, o seguro deverá ser contratado pela UFVJM” (UFVJM, 2014).

IV Plano de atividades do estagiário (quatro vias)

De acordo com a Resolução 21 da UFVJM (2014), para realização do estágio curricular supervisionado obrigatório deverá ser apresentado ao Coordenador de Estágio o plano de atividades do estagiário. Este plano deverá ser elaborado pelo discente juntamente com o Supervisor de Estágio da empresa Cedente com as atividades a serem desenvolvidas. O modelo do plano de atividade do estagiário encontra-se no site da UFVJM: PRÓ-REITORIAS – PROGRAD – DOCUMENTAÇÃO DE ESTÁGIO – CIÊNCIAS CONTÁBEIS: PLANO DE ATIVIDADES DO ESTAGIÁRIO.

1.3.3 Documentação necessária durante realização do estágio curricular supervisionado obrigatório

Cada discente deverá elaborar, mensalmente, relatórios parciais (modelo Apêndice B) sobre as atividades de estágio em campo que deverão ser entregues, até o 5º dia útil de cada mês, à Coordenação de Estágio do curso de Ciências Contábeis. O não cumprimento por parte do estagiário poderá implicar na rescisão do termo de compromisso.

1.3.4 Documentação necessária após realização do estágio curricular supervisionado obrigatório

Concluída às 390 horas obrigatórias do estágio curricular supervisionado obrigatório do curso de Ciências Contábeis, o discente deverá entregar a Coordenação do Estágio:

I Relatório final da atividade do estágio (uma via)

O relatório final da atividade de estágio poderá ser entregue durante todo o semestre letivo, sendo tolerável a data limite aquela definida pela Coordenação de Estágio e aprovada pelo Colegiado do Curso de Ciências Contábeis.

A forma e conteúdo do relatório final de atividades de estágio curricular supervisionado obrigatório deverão obedecer ao disposto no Tópico 1.8 deste Manual.

II Ficha de avaliação do estagiário (uma via)

A ficha de avaliação do estagiário, modelo disponível no site da UFVJM: PRÓ-REITORIAS – PROGRAD – DOCUMENTAÇÃO DE ESTÁGIO – CIÊNCIAS CONTÁBEIS, deverá ser entregue ao Supervisor do estagiário da Cedente pelo discente.

A ficha de avaliação de estágio deverá ser preenchida pelo Supervisor do Estágio ao final de cada semestre acadêmico ou quando solicitado e enviado diretamente a Coordenação de Estágio do curso de Ciências Contábeis da UFVJM.

1.3.5 Avaliação do estágio curricular supervisionado obrigatório

A avaliação do estágio curricular supervisionado obrigatório será realizada como segue:

- 1) Relatórios mensais - 10 pontos avaliados pelo Coordenador do Estagiário;
- 2) Relatório final (40 pontos) avaliado pelo Orientador; e,
- 3) Ficha de avaliação do estagiário (50 pontos) avaliado pelo Supervisor do estagiário.

Na apreciação do relatório final de estágio, o Orientador deverá considerar os critérios de avaliação, modelo disponível no site da UFVJM: PRÓ-REITORIAS – PROGRAD – DOCUMENTAÇÃO DE ESTÁGIO – CIÊNCIAS CONTÁBEIS. Para completar a pontuação, o Coordenador de Estágio converterá a avaliação do Supervisor de Estágio em pontuação, conforme definido no Apêndice C.

Caso o relatório final seja aprovado com alterações, o discente deverá efetuar as correções e entregá-las ao Coordenador de Estágio, na data definida pela Coordenação de Estágio e aprovada pelo Colegiado do Curso de Ciências Contábeis.

Se o aluno não entregar a versão final do relatório do estágio no prazo estabelecido, mesmo sendo aprovado pelos avaliadores (Supervisor e Orientador de estágio), será reprovado na disciplina de Estágio Curricular Supervisionado.

1.4 ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO NÃO OBRIGATÓRIO

1.4.1 Requisitos mínimos para realização do estágio curricular supervisionado não obrigatório

O estágio curricular supervisionado não obrigatório poderá ser exercido em unidades concedentes de estágios de caráter público ou privado, a partir do 1º período.

1.4.2 Documentação necessária para realização do estágio curricular supervisionado não obrigatório

Toda documentação referente ao processo de estágio curricular supervisionado não obrigatório poderá ser entregue à Coordenação de Estágio, conforme descrito no Tópico 1.3.2 deste Manual.

As atividades de estágio curricular supervisionado não obrigatório **somente se iniciarão** após o conhecimento e a chancela pela Coordenação de Estágio do curso de Ciências Contábeis dos documentos listados abaixo e terão a carga horária máxima de 30 (trinta) horas semanais.

I Comprovante de matrícula (uma via)

O comprovante de matrícula poderá ser emitido no SIGA pelo próprio discente e visa verificar se o mesmo encontra-se matriculado no curso de Ciências Contábeis.

II Declaração de aceite do orientador do estágio curricular supervisionado não obrigatório (duas vias)

Cada discente deverá escolher um professor da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, lotado no Departamento de Ciências Contábeis e bacharel em Ciências Contábeis como orientador. O modelo do termo de aceite para orientação do estágio curricular supervisionado não obrigatório encontra-se no Apêndice D deste Manual.

III Termo de compromisso (quatro vias)

A concessão do estágio curricular supervisionado não obrigatório dar-se-á mediante a celebração de termo de compromisso entre a Concedente e o Estudante, com a interveniência obrigatória da UFVJM, por meio da Direção da Faculdade, cujos termos deverão ser estabelecidos em conformidade com o disposto no presente instrumento, na legislação e normas vigentes. O modelo do termo de compromisso encontra-se no site da UFVJM: PRÓ-REITORIAS – PROGRAD – CONVÊNIOS DE ESTÁGIOS – TERMOS DE COMPROMISSO.

Ressalta-se, ainda, que “em se tratando de estágio não obrigatório o seguro deverá ser contratado pela Instituição Concedente” (UFVJM, 2014).

IV Plano de atividades do estagiário (três vias)

O plano de atividades para estágio curricular supervisionado não obrigatório deverá seguir as recomendações do Tópico 1.3.2, inciso IV, deste Manual.

V Seguro do Estagiário (uma via)

Em se tratando de estágio curricular não obrigatório, o seguro deverá ser contratado pela CONCEDENTE, deste modo, o discente deverá entregar juntamente com o termo de

compromisso, cópia da apólice de seguro realizado pela concedente e declaração do representante da concedente informando que o mesmo é responsável pelo pagamento da apólice.

VI Documentação necessária durante realização do estágio curricular supervisionado não obrigatório

Cada discente deverá elaborar, mensalmente, relatórios parciais, seguindo as orientações do Tópico 1.3.3.

1.4.3 Documentação necessária após realização do estágio curricular supervisionado não obrigatório

Concluída as horas acordadas no termo de compromisso do estágio curricular supervisionado não obrigatório do curso de Ciências Contábeis, o discente deverá entregar a Coordenação do Estágio:

I Relatório final da atividade de estágio (uma via)

O relatório final da atividade de estágio poderá ser entregue durante todo o semestre letivo, sendo tolerável a data limite aquela definida pela Coordenação de Estágio e aprovada pelo Colegiado do Curso de Ciências Contábeis.

A forma e conteúdo do relatório final de atividades de estágio supervisionado não obrigatório deverão obedecer ao disposto no Tópico 1.8 deste Manual.

II Ficha de avaliação de estagiário (uma via)

Deverão ser seguidas as mesmas orientações do Tópico 1.3.4, inciso II, deste Manual.

1.4.4 Avaliação do estágio supervisionado não obrigatório

A avaliação do estágio supervisionado não obrigatório será realizada conforme definido no Tópico 1.3.5, exceto ao que se refere à aprovação na disciplina de Estágio Curricular Supervisionado. Isto porque o discente que realiza estágio supervisionado não obrigatório, não se encontra obrigado a matricular-se na disciplina de Estágio Curricular Supervisionado.

Contudo, para aproveitamento da carga horária do estágio supervisionado obrigatório como Atividade Complementar do curso de Ciências Contábeis, é necessário que o discente tenha realizado todos os processos descritos no Tópico 1.4 deste Manual.

1.5 ATRIBUIÇÕES DO ESTAGIÁRIO

Diante do exposto acima e considerando que o estagiário é a pessoa que busca a prática e o aprimoramento profissional (HOUAISS, 2001), cabe destacar as suas atribuições:

- a) escolher o Orientador de Estágio e preencher o termo de aceite do mesmo;

- b) manter contatos periódicos com o professor Orientador, Supervisor e Coordenador de Estágio;
- c) elaborar, junto com o Supervisor de Estágio, o plano de atividade, antes do seu início;
- d) preencher e solicitar a assinatura do termo de compromisso junto à Coordenação de Estágio de Ciências Contábeis, fazendo a impressão de três vias do plano de estágio e três vias do termo de compromisso;
- e) encaminhar toda a documentação listado neste Manual, antes do início da atividade de estágio, para análise da Coordenação de Estágio do curso de Ciências Contábeis;
- f) responsabilizar-se pela entrega da documentação à organização Concedente de estágio, após análise da Coordenação de Estágio;
- g) exercer as atividades no campo de estágio com zelo, procurando absorver todo o conhecimento apreendido;
- h) elaborar e encaminhar à Coordenação de Estágio do curso de Ciências Contábeis os relatórios mensais de estágio até o 5º dia útil do mês subsequente ao mês de referência;
- i) elaborar e encaminhar à Coordenação de Estágio do curso de Ciências Contábeis o relatório final de estágio, em duas vias, ao final de cada semestre;
- j) comunicar à Coordenação de Estágio do curso de Ciências Contábeis qualquer situação proveniente da atividade de estágio que coloque em risco a sua integridade, bem como a da UFVJM; e,
- k) protocolar na Coordenação de Estágio do curso de Ciências Contábeis, os Termos de Aditamento ou Rescisão, quando houver.

1.6 ATRIBUIÇÕES DO ORIENTADO E COORDENADOR DE ESTÁGIO

Considerando que as atividades de estágio, sendo ele obrigatório ou não, devem ser acompanhados pelos professores da UFVJM, cabe destacar as atribuições do Coordenador de Estágio e do Orientador de Estágio, esse último, a escolha do discente com o intuito de colaborar em seu processo educativo-formativo.

1.6.1 Competências do coordenador de estágio

- a) Solicitar à instituição concedente as oportunidades de estágio e o quantitativo de vagas ofertadas;
- b) divulgar, pelos meios disponível, no âmbito da UFVJM, as oportunidades e as quantidades de vagas ofertadas pela instituição concedente;
- c) orientar os acadêmicos para a realização dos seus estágios;
- d) recepcionar o discente, matriculado na disciplina de Estágio Curricular Supervisionado, deixando-o ciente de todas as atividades a serem desenvolvidas durante o semestre letivo;
- e) avaliar o discente em suas atividades em campo;

- f) avaliar o discente, matriculado na disciplina de Estágio Curricular Supervisionado, juntamente com o Supervisor e Orientador de Estágio, disponibilizando as notas no Sistema de Gestão Acadêmica (SIGA);
- g) supervisionar os trabalhos de estágio, fornecendo, sempre que necessário, subsídio para formulação de programas e relatórios;
- h) analisar e aprovar o plano de estágio quando, da entrega do termo de compromisso;
- i) distribuir e supervisionar os acadêmicos nas opções de estágio;
- j) orientar e esclarecer quanto ao estágio com validade curricular;
- k) sensibilizar as organizações e os discentes para a receptividade do estágio;
- l) negociar e abrir oportunidades de estágios;
- m) zelar pelo cumprimento da legislação aplicável aos estágios;
- n) elaborar proposta de alteração do Manual de Estágio Curricular Supervisionado, tendo o mesmo que ser aprovado em Colegiado do curso de Ciências Contábeis;
- o) articular-se com outros órgãos da UFVJM para firmar convênios e tratar de assuntos gerais relativos a estágios:
- p) solicitar relatório(s) sobre as atividades desempenhadas pelo discente em estágio curricular obrigatório ou não, sempre que julgar necessário(s);
- q) fazer diligências no campo de estágio quando julgar pertinente;
- r) interagir com o Supervisor de Estágio, promovendo a articulação entre a teoria e a prática para o desenvolvimento das competências do aluno;
- s) avaliar os relatórios e demais documentações pertinentes à conclusão do estágio curricular supervisionado;
- t) garantir a transparência de critérios do processo avaliativo;
- u) tomar decisão em questões de aprendizado e situações problema entre a organização e o estagiário, mediante aprovação do Colegiado do curso de Ciências Contábeis;
- v) registrar, atualizar e organizar todos os dados sobre os estagiários e convênios do curso de Ciências Contábeis;
- w) elaborar cronograma da disciplina de Estágio Curricular Supervisionado e aprová-lo no Colegiado do Curso de Ciências Contábeis;
- x) elaborar e assinar as declarações de orientação de estágio para os docentes orientadores do curso de Ciências Contábeis ao final do semestre letivo;
- y) elaborar e assinar declarações de cumprimento de estágio curricular supervisionado não obrigatório para os discente que solicitarem.

1.6.2 Competências do orientador do estágio

- a) Assegurar se o discente possui o termo de compromisso, bem como seu plano de estágio aprovado pela Coordenação de Estágio do curso de Ciências Contábeis;
- b) orientar o estagiário na sua formação acadêmico-profissional, integrante do processo de aprendizagem;
- c) avaliar o discente em nas suas atividades em campo;
- d) solicitar e orientar o discente na elaboração dos relatórios finais e parciais;
- e) fazer diligências no campo de estágio quando julgar pertinentes;

- f) sensibilizar as organizações e os discentes para a receptividade do estágio;
- g) interagir com o Supervisor de Estágio, promovendo a articulação entre a teoria e a prática para o desenvolvimento das competências do discente;
- h) zelar pelo cumprimento da legislação aplicável aos estágios;
- i) garantir a transparência de critérios do processo avaliativo;
- j) solicitar à Coordenação de Estágio do curso de Ciências Contábeis a rescisão do Termo de Compromisso, quando julgar que as atividades descritas no Plano de Estágio estão em desacordo com as práticas percebidas em campo.

1.7 ATIVIDADES DE EXTENSÃO, MONITORIA E INICIAÇÃO CIENTÍFICA

Segundo a UFVJM (2014, p. 1) “as atividades de extensão, de monitoria e de iniciação científica somente poderão ser equiparadas ao estágio em caso de previsão no projeto pedagógico do curso”.

Assim, considerando que o Projeto Pedagógico do curso de Ciências Contábeis não faz a previsão de equiparação das atividades de extensão, de monitoria e de iniciação científica, tais atividades não serão consideradas como estágio.

1.8 RELATÓRIOS

A emissão de relatórios sobre as atividades de estágio em campo, solicitado pela Coordenação de Estágio do curso de Ciências Contábeis, deverão ser entregues na Coordenação de Estágio e o não cumprimento por parte do estagiário implicará em reprovação na disciplina Estágio Curricular Supervisionado e/ou na rescisão do Termo de Compromisso, nos casos de estágios curriculares supervisionados obrigatórios ou não.

1.8.1 Relatório final

O padrão de apresentação e estrutura do relatório final de estágio curricular supervisionado terão como base as normas o Manual de Trabalho de Conclusão de Curso do Departamento de Ciências Contábeis e a documentação elaborada pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT). A observância às diretrizes traçadas nesses documentos permitirá ao discente racionalizar todo o processo de elaboração do seu relatório.

Os elementos para elaboração do relatório final de estágio supervisionado são:

- Capa
- Folha de Rosto
- Sumário
- Caracterização da empresa
- Descrição das atividades realizadas em campo

- Exposição das experiências adquiridas
- Considerações finais
- Referências
- Apêndices
- Anexos

1.8.1.1 Capa, folha de rosto e sumário

Elaborados de acordo com as orientações do Manual de Trabalho de Conclusão de Curso do Departamento de Ciências Contábeis.

1.8.1.2 Caracterização da empresa

A parte de caracterização da empresa é um tópico introdutório e deverá apresentar:

- a) os objetivos traçados pelo discente estagiário e Supervisor de Estágio;
- b) período em que foi realizado o estágio;
- c) informações sobre a Concedente: descrição sucinta quanto ao ramo de atividade, aos produtos e/ou serviços prestados, forma de organização, quantidade de funcionários e outras informações que permitem ter uma visão geral da Concedente;
- d) descrição do(s) setor(es)/área(s) de realização do estágio.

1.8.1.3 Descrição das atividades realizadas em campo

Este tópico constitui o corpo do relatório e visa relatar de forma detalhada, as atividades realizadas no decorrer do estágio. É preciso que os avaliadores do relatório final sejam capazes de verificar, por meio deste instrumento, as atividades realizadas durante o estágio.

Portanto, este tópico busca evidenciar os seguintes aspectos:

- a) cumprimento do plano de atividades do estagiário;
- b) quais atividades de estágio foram realizadas;
- c) relacionamento das atividades de estágio com as disciplinas do curso de Ciências Contábeis;
- d) métodos e técnicas utilizadas/apreendidas por meio do estágio;
- e) equipamentos, *softwares* e instrumentos utilizados por meio do estágio; e,
- f) participação em desenvolvimento de projetos e planejamento.

1.8.1.4 Exposição das experiências adquiridas

Neste tópico deve ser respondido o seguinte problema: quais experiências profissional e pessoal o estagiário apreendeu durante a realização do estágio? Assim como apresentar a importância do estágio para a formação profissional no contexto da Concedente.

Deve-se destacar ainda as dificuldades encontradas na realização do estágio, a forma de relacionamento com os funcionários e Supervisor de Estágio, sugestões relacionadas com o estágio que possam ser úteis para a UFVJM, para a Cedente e para futuros estagiários.

1.8.1.5 Considerações finais

Nas considerações finais deve-se fazer uma abordagem sucinta sobre o estágio de modo geral, a participação enquanto estagiário, o aproveitamento no estágio, a orientação e a supervisão recebida na Concedente e na UFVJM.

1.8.1.6 Referências, apêndices e anexos

Elaborados de acordo com as orientações do Manual de Trabalho de Conclusão de Curso do Departamento de Ciências Contábeis.

2. APROVEITAMENTO DE ATIVIDADE PROFISSIONAL COMO ESTÁGIO OBRIGATÓRIO

Poderá ser considerado como Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório, a vivência profissional, que tenha ocorrido a partir do 5º período do curso de Ciências Contábeis da UFVJM, comprovada por meio de cópia do registro na Carteira de Trabalho e Previdência Social(CTPS) ou; outra modalidade de Contrato de Trabalho que comprove vínculo trabalhista ou de subordinação, cujas atividades exercidas estejam em conformidade com as prerrogativas profissionais do contabilista, conforme Resolução do CFC 560/83.

As condições para solicitação de dispensa do cumprimento da carga horária da disciplina de Estágio Curricular Supervisionado do curso de Ciências Contábeis são as seguintes:

- a) cópia do histórico escolar: o discente poderá retirá-lo no SIGA;
- b) comprovação de vivência profissional que tenha ocorrido a partir do 5º período do curso de Ciências Contábeis da UFVJM, comprovada por meio de registro na CTPS ou outra forma de contrato de trabalho;
- c) cópia dos atos constitucionais da empresa onde foram desenvolvidas as atividades para confirmar sua idoneidade e autenticidade da mesma;
No Caso de Pessoa Jurídica: CNPJ e Contrato Social/Estatuto Social, REMP, Certidão Simplificada da Junta (de acordo com a Natureza jurídica da entidade).
No Caso de Pessoa Física: CEI, Carteira Profissional, Certidão de inscrição e regularidade com o CRC MG na condição de Bacharel em Ciências Contábeis e Alvará de Licença e Funcionamento.
- d) declaração de atividade do profissional ou superior imediato da empresa de que o discente exercia qualquer das atividades previstas na Resolução CFC 560/83 (Anexo A);
- e) relatório final de estágio curricular supervisionado conforme descrito neste Manual;
- f) ofício requerendo o aproveitamento da vivência profissional como carga horária da disciplina de Estágio Curricular Supervisionado por conta do atendimento concomitante das condições acima com a devida comprovação anexa.

Toda a documentação deverá ser protocolada conforme descrito no Tópico 1.3.2 deste Manual. O Coordenador de Estágio do curso de Ciências Contábeis avaliará toda a documentação apresentada pelo discente para verificar se há coerência e compatibilidade das atividades desenvolvidas pelo discente em suas atividades profissionais com aquelas propostas pela grade curricular do curso. Feito isso, será emitido um parecer a ser apreciado pelo Colegiado de Curso de Ciências Contábeis.

Após a reunião do Colegiado do Curso de Ciências Contábeis será divulgado ao discente a decisão. Cabe esclarecer que as reuniões do referido colegiado ocorrem nas primeiras quartas-feiras de cada mês, com exceção do período de recesso escolar definido no calendário acadêmico da UFVJM.

O discente poderá pleitear o aproveitamento da vivência profissional mesmo não estando matriculado na disciplina de Estágio Curricular Supervisionado, contudo deverá ficar atento que as matrículas na UFVJM ocorrem somente no período definido no calendário acadêmico aprovado pelo CONSEPE.

Recomenda-se ao discente que a solicitação de aproveitamento da vivência profissional como estágio seja feita obedecendo-se o cronograma da disciplina de Estágio Curricular Supervisionado, visto que é necessário que o Coordenador de Estágio tenha tempo hábil para a apreciação da documentação, retorno ao discente em casos de incorreções e consequente emissão do parecer a ser apreciado pelo Colegiado de curso.

Ressalta-se o fato de que não haverá aproveitamento de atividade profissional como estágio curricular supervisionado não-obrigatório.

3. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Somente serão aceitas como atividades de formação complementar, as horas de estágio curricular supervisionado não obrigatório, obedecidos os limites estipulados pelo Colegiado do Curso de Ciências Contábeis, condicionado à entrega de declaração pela Coordenação de Estágio do curso de Ciências Contábeis de que foram cumpridas todas as etapas de atividades do estágio curricular supervisionado não obrigatório. Ressalta-se o fato que as horas de estágio prestadas na disciplina de Estágio Curricular Supervisionado não serão computadas como horas de atividade de formação complementar, considerando que estas horas são utilizadas para cumprimento de carga horária curricular obrigatória.

Os casos omissos nesse Manual e na Resolução nº 21/2014 do CONSEPE, alterada pela Resolução nº 17/2016 do CONSEPE serão resolvidos pelo Colegiado do Curso de Ciências Contábeis da UFVJM.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008. Dispõe sobre o estágio de estudantes; altera a redação do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996; revoga as Leis nºs 6.494, de 7 de dezembro de 1977, e 8.859, de 23 de março de 1994, o parágrafo único do art. 82 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e o art. 6º da Medida Provisória no 2.164-41, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 26 set. 2008. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111788.htm>. Acesso em: 20 maio 2013.

MARION, José Carlos; MARION, Arnaldo Luís Costa. **Metodologia de ensino na área de negócios**: para curso de Administração, Gestão, Contabilidade e MBA. São Paulo: Atlas, 2006.

UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI (UFVJM). **Resolução nº. 21 do CONSEPE, de 25 de julho de 2014**. Estabelece as normas de Estágio dos Discentes dos cursos de Graduação da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri-UFVJM. Diamantina, 2014.

_____. **Resolução nº. 17 do CONSEPE, de 24 de agosto de 2016**. Revoga, *ad referendum* do CONSEPE, art. 5º e parágrafos, da Resolução nº 21/CONSEPE/2014 e dá outras providências. Diamantina, 2016.

APÊNDICE A



**TERMO DE ACEITE DE ORIENTAÇÃO DO ESTÁGIO CURRICULAR
SUPERVISIONADO OBRIGATÓRIO**

Eu, _____, professor(a) desta Universidade, lotado(a) no Departamento de Ciências Contábeis, aceito orientar o(a) discente _____, nas atividades de estágio supervisionado obrigatório junto à empresa _____

Fica esclarecido que o discente é responsável pela entrega de toda a documentação necessária para a realização do estágio, pela execução das tarefas do mesmo e por escrever e entregar os relatórios parciais e o relatório final em tempo hábil, conforme cronograma definido pela Coordenação de Estágio e aprovado pelo Colegiado do Curso de Ciências Contábeis.

Declaro ter pleno conhecimento dos deveres estabelecidos em Lei, Resolução e no Manual que dispõem sobre o Estágio.

Teófilo Otoni, _____ de _____ de _____

Professor(a) (Orientador)

APÊNDICE B

APÉNDICE C



CRITÉRIO PARA CONVERSÃO DA AVALIAÇÃO DO(A) SUPERVISOR(A) DO ESTÁGIO DA CONCEDENTE EM NOTA

ESCALAS UTILIZADAS – 100 PONTOS		NOTA
01	Muito bom	10
	Bom	7,5
	Regular	5,0
	Deficiente	2,5
02	Prevê, soluciona problemas e promove melhorias	10
	Muita iniciativa	8
	Alguma iniciativa	6
	Nenhuma iniciativa	4
	Necessita de orientação constante	2
03	Extremamente organizado e cuidadoso	10
	Organizado e cuidadoso	7,5
	Pouco organizado e cuidadoso	5,0
	Desorganizado e descuidado	2,5
04	Extremamente interessado e dedicado	10
	Interessado e dedicado	7,5
	Minimamente interessado e dedicado	5,0
	Desinteressado	2,5
05	Muito responsável	10
	Responsável	7,5
	Deixa a desejar	5,0
	Irresponsável	2,5
06	Extremamente hábil e conciliador	10
	Conciliador	7,5
	Relativamente difícil de lidar	5,0
	Fonte de incidentes	2,5
07	Extremamente atento	10
	Atento	7,5
	Regularmente atento	5,0
	Dispersivo	2,5

APÊNDICE D



**TERMO DE ACEITE DE ORIENTAÇÃO DO ESTÁGIO CURRICULAR
SUPERVISIONADO NÃO OBRIGATÓRIO**

Eu, _____, professor(a) desta Universidade, lotado(a) no Departamento de Ciências Contábeis, aceito orientar o(a) discente _____, nas atividades de estágio supervisionado não obrigatório junto à empresa _____

Fica esclarecido que o discente é responsável pela entrega de toda a documentação necessária para a realização do estágio, pela execução das tarefas do mesmo e por escrever e entregar os relatórios parciais e o relatório final em tempo hábil, conforme cronograma definido pela Coordenação de Estágio e aprovado pelo Colegiado do Curso de Ciências Contábeis.

Declaro ter pleno conhecimento dos deveres estabelecidos em Lei, Resolução e no Manual que dispõem sobre o Estágio.

Teófilo Otoni, _____ de _____ de _____

Professor(a) (Orientador)

ANEXO A

RESOLUÇÃO CFC Nº 560/83

Dispõe sobre as prerrogativas profissionais de que trata o artigo 25 do Decreto-lei nº 9.295, de 27 de maio de 1946.

CAPÍTULO I

DAS ATRIBUIÇÕES PRIVATIVAS DOS CONTABILISTAS

Art. 1º O exercício das atividades compreendidas na Contabilidade, considerada esta na sua plena amplitude e condição de Ciência Aplicada, constitui prerrogativa, sem exceção, dos contadores e dos técnicos em contabilidade legalmente habilitados, ressalvadas as atribuições privativas dos contadores.

Art. 3º São atribuições privativas dos profissionais da contabilidade:

- 1) avaliação de acervos patrimoniais e verificação de haveres e obrigações, para quaisquer finalidades, inclusive de natureza fiscal;
- 2) avaliação dos fundos de comércio;
- 3) apuração do valor patrimonial de participações, quotas ou ações;
- 4) reavaliações e medição dos efeitos das variações do poder aquisitivo da moeda sobre o patrimônio e o resultado periódico de quaisquer entidades;
- 5) apuração de haveres e avaliação de direitos e obrigações, do acervo patrimonial de quaisquer entidades, em vista de liquidação, fusão, cisão, expropriação no interesse público, transformação ou incorporação dessas entidades, bem como em razão de entrada, retirada, exclusão ou falecimento de sócios, quotistas ou acionistas;
- 6) concepção dos planos de determinação das taxas de depreciação e exaustão dos bens materiais e dos de amortização dos valores imateriais, inclusive de valores diferidos;
- 7) implantação e aplicação dos planos de depreciação, amortização e diferimento, bem como de correções monetárias e reavaliações;
- 8) regulações judiciais ou extrajudiciais, de avarias grossas ou comuns;
- 9) escrituração regular, oficial ou não, de todos os fatos relativos aos patrimônios e às variações patrimoniais das entidades, por quaisquer métodos, técnicas ou processos;
- 10) classificação dos fatos para registros contábeis, por qualquer processo, inclusive computação eletrônica, e respectiva validação dos registros e demonstrações;
- 11) abertura e encerramento de escritas contábeis;
- 12) execução dos serviços de escrituração em todas as modalidades específicas, conhecidas por denominações que informam sobre o ramo de atividade, como contabilidade bancária, contabilidade comercial, contabilidade de condomínio, contabilidade industrial, contabilidade imobiliária, contabilidade macroeconômica, contabilidade de seguros, contabilidade de serviços, contabilidade pública, contabilidade hospitalar, contabilidade agrícola, contabilidade pastoril, contabilidade das entidades de fins ideais, contabilidade de transportes, e outras;
- 13) controle de formalização, guarda, manutenção ou destruição de livros e outros meios de registro contábil, bem como dos documentos relativos à vida patrimonial;

- 14) elaboração de balancetes e de demonstrações do movimento por contas ou grupos de contas, de forma analítica ou sintética;
- 15) levantamento de balanços de qualquer tipo ou natureza e para quaisquer finalidades, como balanços patrimoniais, balanços de resultados, balanços de resultados acumulados, balanços de origens e aplicações de recursos, balanços de fundos, balanços financeiros, balanços de capitais, e outros;
- 16) tradução, em moeda nacional, das demonstrações contábeis originalmente em moeda estrangeira e vice-versa;
- 17) integração de balanços, inclusive consolidações, também de subsidiárias do exterior;
- 18) apuração, cálculo e registro de custos, em qualquer sistema ou concepção: custeio por absorção global, total ou parcial; custeio direto, marginal ou variável; custeio por centro de responsabilidade com valores reais, normalizados ou padronizados, históricos ou projetados, com registros em partidas dobradas ou simples, fichas, mapas, planilhas, folhas simples ou formulários contínuos, com processamento manual, mecânico, computadorizado ou outro qualquer, para todas as finalidades, desde a avaliação de estoques até a tomada de decisão sobre a forma mais econômica sobre como, onde, quando e o que produzir e vender;
- 19) análise de custos e despesas, em qualquer modalidade, em relação a quaisquer funções como a produção, administração, distribuição, transporte, comercialização, exportação, publicidade, e outras, bem como a análise com vistas à racionalização das operações e do uso de equipamentos e materiais, e ainda a otimização do resultado diante do grau de ocupação ou do volume de operações;
- 20) controle, avaliação e estudo da gestão econômica, financeira e patrimonial das empresas e demais entidades;
- 21) análise de custos com vistas ao estabelecimento dos preços de venda de mercadorias, produtos ou serviços, bem como de tarifas nos serviços públicos, e a comprovação dos reflexos dos aumentos de custos nos preços de venda, diante de órgãos governamentais;
- 22) análise de balanços;
- 23) análise do comportamento das receitas;
- 24) avaliação do desempenho das entidades e exame das causas de insolvência ou incapacidade de geração de resultado;
- 25) estudo sobre a destinação do resultado e cálculo do lucro por ação ou outra unidade de capital investido;
- 26) determinação de capacidade econômico-financeira das entidades, inclusive nos conflitos trabalhistas e de tarifa;
- 27) elaboração de orçamentos de qualquer tipo, tais como econômicos, financeiros, patrimoniais e de investimentos;
- 28) programação orçamentária e financeira, e acompanhamento da execução de orçamentos-programa, tanto na parte física quanto na monetária;
- 29) análise das variações orçamentárias;
- 30) conciliações de contas;

- 31) ~~organização dos processos de prestação de contas das entidades e órgãos da administração pública federal, estadual, municipal, dos territórios federais e do Distrito Federal, das autarquias, sociedades de economia mista, empresas públicas e fundações de direito público, a serem julgadas pelos Tribunais, Conselhos de Contas ou órgãos similares; (O item 31 foi excluído do § 1º pela Resolução CFC nº 898, de 22 de fevereiro de 2001)~~
- 32) revisões de balanços, contas ou quaisquer demonstrações ou registros contábeis;
- 33) auditoria interna e operacional;
- 34) auditoria externa independente;
- 35) perícias contábeis, judiciais e extrajudiciais;
- 36) fiscalização tributária que requeira exame ou interpretação de peças contábeis de qualquer natureza;
- 37) organização dos serviços contábeis quanto à concepção, planejamento e estrutura material, bem como o estabelecimento de fluxogramas de processamento, cronogramas, organogramas, modelos de formulários e similares;
- 38) planificação das contas, com a descrição das suas funções e do funcionamento dos serviços contábeis;
- 39) organização e operação dos sistemas de controle interno;
- 40) organização e operação dos sistemas de controle patrimonial, inclusive quanto à existência e localização física dos bens;
- 41) organização e operação dos sistemas de controle de materiais, matérias-primas, mercadorias e produtos semifabricados e prontos, bem como dos serviços em andamento;
- 42) assistência aos conselhos fiscais das entidades, notadamente das sociedades por ações;
- 43) assistência aos comissários nas concordatas, aos síndicos nas falências, e aos liquidantes de qualquer massa ou acervo patrimonial;
- 44) magistério das disciplinas compreendidas na Contabilidade, em qualquer nível de ensino, inclusive no de pós-graduação;
- 45) participação em bancas de exame e em comissões julgadoras de concursos, onde sejam aferidos conhecimentos relativos à Contabilidade;
- 46) estabelecimento dos princípios e normas técnicas de Contabilidade;
- 47) declaração de Imposto de Renda, pessoa jurídica;
- 48) demais atividades inerentes às Ciências Contábeis e suas aplicações.

§ 1º São atribuições privativas dos contadores, observado o disposto no § 2º, as enunciadas neste artigo, sob os números 1, 2, 3, 4, 5, 6, 8, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 29, 30, 32, 33, 34, 35, 36, 42, 43, além dos 44 e 45, quando se referirem a nível superior.

§ 2º Os serviços mencionados neste artigo sob os números 5, 6, 22, 25 e 30 somente poderão ser executados pelos Técnicos em Contabilidade da qual sejam titulares.

CAPÍTULO II

DAS ATIVIDADES COMPARTILHADAS

Art. 5º Consideram-se atividades compartilhadas aquelas cujo exercício é prerrogativa também de outras profissões, entre as quais:

- 1) elaboração de planos técnicos de financiamento e amortização de empréstimos, incluídos no campo da matemática financeira;
- 2) elaboração de projetos e estudos sobre operações financeiras e qualquer natureza, inclusive de debêntures, “leasing” e “lease-back”;
- 3) execução de tarefas no setor financeiro, tanto na área pública quanto privada;
- 4) elaboração e implantação de planos de organização ou reorganização;
- 5) organização de escritórios e almoxarifados;
- 6) organização de quadros administrativos;
- 7) estudos sobre a natureza e os meios de compra e venda de mercadorias e produtos, bem como o exercício das atividades compreendidas sob os títulos de “mercadologia” e “técnicas comerciais” ou “merceologia”;
- 8) concepção, redação e encaminhamento, ao Registro Público, de contratos, alterações contratuais, atas, estatutos e outros atos das sociedades civis e comerciais;
- 9) assessoria fiscal;
- 10) planejamento tributário;
- 11) elaboração de cálculos, análises e interpretação de amostragens aleatórias ou probabilísticas;
- 12) elaboração e análise de projetos, inclusive quanto à viabilidade econômica;
- 13) análise de circulação de órgãos de imprensa e aferição das pesquisas de opinião pública;
- 14) pesquisas operacionais;
- 15) processamento de dados;
- 16) análise de sistemas de seguros e de fundos de benefícios;
- 17) assistência aos órgãos administrativos das entidades;
- 18) exercício de quaisquer funções administrativas;
- 19) elaboração de orçamentos macroeconômicos.

APÊNDICE B - MANUAL DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

1 TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

1.1 INTRODUÇÃO

O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) é uma atividade acadêmica obrigatória que consiste na sistematização, registro e apresentação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos, produzidos na área do Curso, como resultado do trabalho de pesquisa e investigação científica. É um estudo de natureza reflexiva, para ordenar as ideias sobre tema específico.

1.2 COORDENAÇÃO DE TCC DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

A Coordenação de TCC foi constituída com o intuito de auxiliar os discentes e docentes quanto aos expedientes relacionados ao TCC, especialmente quanto ao Projeto e à Monografia. O gerenciamento de suas rotinas estará sob a responsabilidade do(a) Coordenador(a) de TCC, que será um(a) professor(a) designado(a) pelo Colegiado do Curso de Ciências Contábeis.

São rotinas da Coordenação de TCC:

- a) Orientar os discentes e docentes nos assuntos pertinentes à Projeto e Monografia;
- b) Elaborar o Cronograma de Monografia e Qualificação de Projeto e levar ao Colegiado do Curso para deliberação;
- c) Receber os ofícios que se relacionam diretamente a assuntos pertinentes à Projeto e Monografia e encaminhá-los ao Colegiado do Curso para deliberação;
- d) Elaborar proposta de alteração do Manual de TCC, devendo este ser aprovado pelo Colegiado do Curso;
- e) Zelar pelo cumprimento das normas aplicáveis aos TCCs;
- f) Receber, organizar e arquivar todos os documentos entregues pelos discentes que desenvolveram Projeto e Monografia;
- g) Elaborar e assinar certificados de orientação e participação em Banca Examinadora de TCC para os docentes ao final do semestre letivo;
- h) Quando solicitado, elaborar e assinar declarações de orientação e participação em Banca Examinadora de Projeto de TCC para os docentes ao final do semestre letivo.

1.3 ORIENTAÇÕES E ORIENTADOS

O TCC, na UFVJM, pode ser desenvolvido na forma de monografia, artigo científico, livro ou capítulo de livro, relatório técnico científico e resumo expandido ou artigo completo

apresentado em eventos científicos, conforme estabelece a Resolução nº 22/2017 do CONSEPE.

Cada graduando deverá escolher um professor da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM) como orientador, preferencialmente do Departamento de Ciências Contábeis (DCCO). Poderá ainda ter co-orientador interno ou externo ao Departamento de Ciências Contábeis desta Instituição, desde que tenha a anuência de seu orientador. Caso o discente tenha interesse que seu orientador seja de outra unidade acadêmica da UFVJM ou o co-orientador seja externo à instituição, deverá encaminhar solicitação ao Colegiado do Curso de Ciências Contábeis para apreciação. Ressalta-se que caso seja aprovado, a banca examinadora deverá ser formada por membros lotados no DCCO.

O graduando do Curso de Ciências Contábeis deverá escolher o tema do trabalho e, com base neste e sob orientação de um docente, elaborar um Projeto e apresentá-lo para a comissão examinadora. A partir da aprovação do Projeto, o discente irá desenvolver a Monografia vinculada ao tema previamente apresentado.

Cabe ressaltar que, após a apresentação e aprovação do Projeto, caso o aluno queira mudar o tema do trabalho, ele deverá ter o aval de seu orientador e, a partir de então, elaborar um Projeto sobre o novo tema escolhido e apresentá-lo à banca examinadora. Somente então, estará apto a desenvolver a Monografia. Este também com tema vinculado ao novo Projeto apresentado e aprovado.

Para validar o TCC na forma de artigo científico ou resumo expandido, o acadêmico deverá apresentar comprovação de aceite para publicação em evento científico ou periódico (*Qualis* Nacional ou Internacional), bem como apresentá-lo para a banca examinadora.

O graduando, na etapa de elaboração da Monografia, de acordo com Resolução nº 22/2017 do CONSEPE, terá junto ao Orientador e a Coordenação de TCC, as seguintes atribuições:

- a) Escolher o orientador e preencher o Termo de Aceite (APÊNDICE A);
- b) Escolher o tema do trabalho, em comum acordo com orientador;
- c) Frequentar os encontros especificados pelo professor das disciplinas de Metodologia Científica II ou TCC;
- d) Manter contatos periódicos com o professor orientador para discussão, análise e aprimoramento do trabalho;

- e) Informar, por escrito, ao orientador e à Coordenação de TCC sobre trancamento do curso ou cancelamento de matrícula na disciplina de Metodologia Científica II ou TCC. Isso deverá ser feito imediatamente após a efetivação da mesma;
- f) Elaborar o projeto ou Monografia de acordo com as normas de elaboração deste Manual;
- g) Buscar a qualidade na elaboração do Projeto e Monografia;
- h) Entregar o Projeto ou Monografia dentro do prazo determinado pelo Colegiado do Curso de Ciências Contábeis.
- i) Desenvolver o Projeto ou Monografia no prazo de um semestre letivo. Este prazo poderá ser prorrogado por mais um semestre, desde que o discente entregue à Coordenação de TCC um ofício comunicando a anuência do professor orientador (APÊNDICE L). Caso a prorrogação seja extrapolada (dois semestres letivos de duração do Projeto ou TCC), o professor estará desobrigado de tal orientação. Cabe mencionar que, se for cumprido o prazo na elaboração do Projeto, mas excedida (dois semestres letivos de duração do Projeto ou Monografia) a prorrogação na Monografia, o aluno deverá desenvolver um novo Projeto e, somente após a apresentação desse à banca examinadora, é que a Monografia poderá ser desenvolvida.

Ressalta-se que, casos não tratados nesse Manual, serão analisados pelo Colegiado do Curso de Ciências Contábeis.

A referida Resolução estabelece também as competências do orientador:

- a) Orientar o acadêmico em todo o processo de construção do Projeto e Monografia;
- b) Zelar pelo cumprimento das normas e prazos estabelecidos;
- c) Indicar banca examinadora do Projeto ou Monografia, em comum acordo com o discente (APÊNDICE B); e
- d) Manter a Coordenação do TCC e do Curso informada oficialmente sobre qualquer eventualidade a respeito das atividades desenvolvidas pelo orientado.

Sobre a orientação, cabe apontar que, quando o orientador se afastar das atividades laborais, por motivo de licença ou afastamento, automaticamente, passará a co-orientador da Monografia ou , cabendo a este indicar, formalmente à Coordenação de TCC, outro(a) professor(a) para dar continuidade ao processo de orientação. Caso a indicação não seja realizada pelo então orientador, caberá ao Colegiado do Curso de Ciências Contábeis fazê-la.

1.4 AVALIAÇÃO DO PROJETO E DO TCC

Antes da defesa, o acadêmico deverá entregar 3 (três) cópias impressas do Projeto ou Monografia, conforme cronograma, sendo que todas as **folhas** deverão estar rubricadas.

Juntamente com as cópias do Projeto e Monografia deve ser entregue declaração do orientador mencionando que o trabalho está autorizado a ser apresentado (APÊNDICES C e D, respectivamente).

Cabe ressaltar que, somente no semestre em que for apresentar o Projeto para a banca é que o graduando deverá se matricular na disciplina Metodologia Científica II. Da mesma forma, o acadêmico deverá se matricular na disciplina Trabalho de Conclusão de Curso, somente no semestre em que for apresentar a monografia para banca.

O graduando deverá apresentar o Projeto ou Monografia em data definida pelo Colegiado do Curso de Ciências Contábeis, conforme cronograma. Se na data da apresentação do Projeto ou Monografia, o orientador não puder participar da banca examinadora por motivos de afastamentos (licença maternidade, licença saúde ou qualificação), a banca poderá ser presidida pelo(a) Coordenador(a) de TCC, ou por algum professor do DCCO indicado pelo orientador, nos casos de ausência ou impedimento do(a) Coordenador(a) de TCC.

Na qualificação do Projeto, o acadêmico fará uma breve apresentação oral de 10 minutos, com tolerância de 2 minutos para mais ou para menos. A apresentação da Monografia constituirá em uma exposição oral de 20 minutos, com tolerância de 5 minutos para mais ou para menos. O objetivo das apresentações é que seja feita uma síntese do trabalho. Cada membro da banca terá no máximo 15 minutos para fazer questionamentos e considerações a respeito do Projeto ou Monografia.

De acordo com a Resolução nº 22/2017 do CONSEPE, a Banca Examinadora será composta pelo orientador, como presidente e no mínimo dois membros efetivos e um membro suplente. A Banca fará a avaliação, conforme critérios definidos no Apêndice G (Projeto) e no Apêndice H (Monografia). Cada examinador deverá receber um exemplar do trabalho no mínimo 20 (vinte) dias antes da defesa pública.

Na apreciação do trabalho, cada examinador dará nota na escala de zero a cem pontos, considerando os critérios de avaliação, com peso 7. Para completar a pontuação, será realizada, pelos professores responsáveis pelas disciplinas, Metodologia Científica (Projeto) e Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia), uma avaliação numa escala de zero a cem pontos, com peso 3. Estará aprovado a Monografia ou o Projeto que obtiver a média final igual ou superior a 60 (sessenta) pontos na disciplina TCC/Metodologia Científica II e na avaliação da Banca Examinadora.

Caso a Monografia seja aprovada com alterações, o acadêmico deverá efetuar as correções e entregá-las ao responsável pela disciplina, com declarações do professor(a) da disciplina Trabalho de Conclusão de Curso e do(a) orientador(a) de que as mesmas foram devidamente realizadas (APÊNDICE I e APÊNDICE J) e termo de autorização para publicação (ANEXO M), em duas vias, conforme cronograma.

Caso o Projeto ou a Monografia seja reprovado, o acadêmico deverá refazê-lo e submetê-lo novamente à comissão examinadora dentro do período de integralização do curso mediante renovação da matrícula na respectiva disciplina, ou seja, Metodologia Científica II ou Trabalho de Conclusão de Curso.

A versão final da Monografia deverá ser entregue no local e prazo estabelecidos pela Coordenação de TCC. O aluno deverá enviar a Monografia devidamente formatada, em formato PDF em um único arquivo, para o e-mail da Coordenação de TCC. Se o aluno não entregar a versão final juntamente com os documentos exigidos no prazo estabelecido, mesmo sendo aprovado pela banca, será reprovado na disciplina de TCC.

1.5 ESTRUTURA DO PROJETO E DA MONOGRAFIA

O padrão de apresentação e estrutura do Projeto e Monografia terão como base as normas para documentação elaboradas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT). A observância às diretrizes traçadas nesse documento permite ao aluno racionalizar todo o processo de elaboração do seu trabalho.

As principais normas da ABNT para apresentação do Projeto e Monografia são:

- **NBR15287:** Projeto de pesquisa
- **NBR 14724:** Trabalhos acadêmicos
- **NBR 6023:** Referência
- **NBR 6024:** Numeração Progressiva das seções de um documento
- **NBR 10520:** Citações
- **NBR 6027:** Sumário
- **NBR 6028:** Resumo

Levando-se em consideração estas normas, a estrutura da Monografia será composta das seguintes partes: pré-textual, textual e pós-textual.

1.5.1 Elementos pré-textuais

Os elementos pré-textuais são as partes que antecedem o texto e que possuem informações que facilitam a identificação do trabalho. Estes elementos devem ser dispostos no trabalho na seguinte ordem:

- Capa (Obrigatório, Projeto e Monografia, Modelo I)
- Folha de Rosto (Obrigatório, Projeto e Monografia, Modelo II)
- Folha de Aprovação (Obrigatório, Monografia, Modelo III)
- Dedicatória (Opcional, Monografia)
- Agradecimento (Opcional, Monografia)
- Epígrafe (Opcional, Monografia)
- Resumo na língua vernácula (Obrigatório, Monografia, Modelo IV)
- Lista de ilustrações (Opcional, Monografia)
- Lista de tabelas (Opcional, Monografia)
- Lista de abreviaturas e siglas (Opcional, Monografia)
- Lista de símbolos (Opcional, Monografia)
- Sumário (Obrigatório, Projeto e Monografia)

1.5.2 Elementos textuais

Os elementos textuais são:

- a) Introdução – Parte inicial do texto, onde devem constar a delimitação do assunto tratado, objetivos da pesquisa e outros elementos necessários para situar o tema do trabalho.
- b) Desenvolvimento – Parte principal do texto, que contém a exposição ordenada e pormenorizada do assunto. Divide-se em seções e subseções, que variam em função do referencial teórico, da metodologia e dos resultados encontrados.
- c) Conclusão – Parte final do texto, na qual se apresentam conclusões e recomendações correspondentes aos objetivos.

Dos itens textuais, o Projeto deverá apresentar Introdução, com os elementos na ordem exposta a seguir; referencial teórico e metodologia.

Estes elementos compõem a parte escrita, em que expõe o conteúdo do trabalho, os quais devem ser distribuídos da seguinte forma:

1.5.2.1 Introdução

Apresenta, de forma sistemática, o conjunto de recortes da pesquisa referentes à: delimitação do tema, formulação do problema, objetivos geral e específicos, justificativa da

pesquisa e organização do trabalho. Portanto, na introdução, deverá contextualizar o tema, mostrar a importância da realização do trabalho, bem como delimitar o assunto escolhido. É interessante terminá-la com a formulação do problema, sob a forma de pergunta.

1.5.2.1.1 Objetivo geral

Os objetivos de uma pesquisa indicam os resultados que se pretende atingir ao final da pesquisa. Os objetivos devem ser apresentados com o verbo no infinitivo: analisar, verificar, identificar, conhecer, estudar etc. O objetivo geral é o que pretende alcançar com a pesquisa no todo. Indica uma ação ampla do problema, por isso deve ser elaborado com base na pergunta da pesquisa.

1.5.2.1.2 Objetivos específicos

Os objetivos específicos permitem atingir o objetivo geral, portanto, consistem no detalhamento do objetivo geral da pesquisa.

1.5.2.1.3 Justificativa

Neste tópico, deverá mostrar que o estudo é importante para a área na qual está estudando, ou seja, o acadêmico deverá justificar o estudo, apontando as contribuições de ordem prática, social e científica. Por que se pretende realizar a pesquisa?

1.5.2.2 Referencial teórico

Define a abordagem necessária para abranger os elementos presentes na pergunta de pesquisa, objetivos geral e específicos, devendo constar a base científica para o desenvolvimento da pesquisa. Consiste no levantamento de estudos sobre o tema ou sobre o problema, já realizado por outros autores. Busca o estado da arte, ou seja, conhecer o que existe sobre tema escolhido. Pode ser dividido em subtítulos de acordo com o tema.

Na construção do Referencial Teórico pode utilizar como fonte: livros, periódicos, teses, dissertações, relatórios de pesquisa, artigos científicos, etc.

Na elaboração do trabalho, o autor do texto deverá fazer as devidas citações, conforme as normas da ABNT. Cabe lembrar que a utilização de ideias, trechos ou parágrafos de outros autores sem a devida citação é plágio e caracteriza-se como crime.

1.5.2.3 Procedimentos metodológicos

Esta parte representa o **como** a pesquisa será realizada, ou seja, é a explicação detalhada de toda ação desenvolvida no método (caminho) do trabalho de pesquisa. São estabelecidos os

meios técnicos para a investigação definindo-se o local de realização da pesquisa, a população e a amostra, além dos instrumentos e procedimentos para a coleta e análise dos dados.

1.5.2.4 Resultados e discussões

Neste tópico, o acadêmico deverá apresentar os dados e efetuar análise dos mesmos, confrontando-os com a revisão de literatura. São relacionados os dados coletados visando respostas ao problema.

1.5.2.5 Considerações finais

Evidenciar, com clareza e objetividade, os aspectos mais importantes da pesquisa. O acadêmico deverá mostrar em que parte do trabalho cada objetivo foi atendido, bem como uma síntese dos resultados alcançados. Neste tópico, o autor manifesta seu ponto de vista sobre os resultados obtidos e sobre o alcance dos mesmos, não devendo concluir o que não foi investigado, a fim de evitar o comprometimento do rigor científico de todo o trabalho.

Sugere-se que o acadêmico recomende algumas ideias para a continuidade do objeto estudado, ou seja, deve-se auxiliar outros estudantes a vislumbrar possibilidades de continuar a pesquisa realizada.

1.5.3 Elementos pós-textuais

São aqueles que complementam o trabalho. Dividem em:

1.5.3.1 Referências

A apresentação das referências é padronizada pela Associação Brasileira de Normas Técnicas.

A NBR 6023 (ABNT, 2002, p. 2) define referência como o “conjunto de elementos descritivos que permite a identificação, no todo ou em parte, de documentos impressos ou registrados em diversos tipos de material”. Portanto, deverão constar os documentos, livros, sítios consultados, etc. **Todo o material citado no texto** deve ser listado, em ordem alfabética neste campo.

1.5.3.2 Apêndices

São documentos e/ou conteúdos elaborados pelo próprio autor para complementar sua argumentação, sem prejuízo da unidade do trabalho. São identificados por letras maiúsculas consecutivas, negrito, centralizado, travessão e pelos respectivos títulos (ABNT NBR 15287, 2011).

Exemplo:

APÊNDICE A – Título

1.5.3.3 Anexos

São documentos não elaborados pelo autor. Podem ser constituídos por tabelas, quadros e outras ilustrações que não apareceram no texto e permitem melhor compreensão do trabalho. Contudo, esses elementos não devem constar nas suas respectivas listas. São identificados por letras maiúsculas consecutivas, negrito, centralizado, travessão e pelos respectivos títulos (ABNT NBR 15287, 2011).

Exemplo:

ANEXO A – Título

2 APRESENTAÇÃO DO PROJETO E MONOGRAFIA

2.1 FORMATAÇÃO

2.1.1 Papel

A Monografia e o Projeto devem ser apresentados em papel branco, formato A4 (21,0 cm x 29,7 cm), impressos no anverso e verso das folhas, na cor preta, podendo utilizar outras cores somente para as ilustrações.

2.1.2 Digitação

Na digitação do texto, devem ser observados os seguintes aspectos:

- Para efeito de alinhamento, o texto deve ser justificado;
- O texto deve ser digitado com espaçamento 1,5 entrelinhas (ABNT NBR 14724, 2001);
- Utiliza-se espaço simples entre linhas para: citações textuais com mais de três linhas, notas de rodapé, resumo, referências e legendas das ilustrações e tabelas;
- O trabalho deve ser digitado utilizando-se fonte *Times New Roman* em tamanho 12, exceto para as citações com mais de três linhas, tabelas, notas de rodapé, legendas e fontes das ilustrações, que devem ser apresentadas com fonte *Times New Roman* em tamanho 10;
- A linha inicial de cada parágrafo distancia da margem esquerda 1,25 cm;
- Entre os parágrafos não deverá apresentar espaçamento;
- As citações longas distanciam da margem esquerda 4,0 cm;
- A numeração da página deve ser feita em algarismos arábicos, a uma distância de 2 cm da margem superior direita. A contagem das páginas deve ser sequencial, a partir da folha de rosto, sendo a numeração iniciada a partir da primeira folha da parte textual. As folhas que compõem a parte pós-textual devem dar continuidade à paginação do texto principal. Caso a impressão seja feita no anverso e verso, “as numerações das páginas devem ser inseridas no canto superior direito da página (anverso) e no canto superior esquerdo (verso), ambos a 2 cm da borda da página” (UFVJM, 2015, p. 11);
- Siglas: quando aparecem pela primeira vez no texto, devem ser colocadas entre parênteses, precedidas do nome por extenso. Exemplo: Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM); e
- Os itens do sumário devem apresentar a mesma formatação utilizada no texto.

2.1.3 Margens

Conforme ABNT NBR 14724 (2011), as folhas devem apresentar as seguintes margens:

- anverso (frente): esquerda e superior de 3,0 cm, direita e inferior 2,0 cm;
- verso: direita e superior de 3,0 cm, esquerda e inferior 2,0 cm.

Cabe ressaltar que, “todos os elementos pré-textuais, textuais e pós-textuais devem ser iniciados no anverso da folha, com exceção da ficha catalográfica que deve configurar na parte inferior do verso da folha de rosto” (UFVJM, 2015, p.10).

2.1.4 Numeração progressiva das seções

A numeração progressiva das seções tem o objetivo de evidenciar a sequência dada ao trabalho; assim, o texto ficará dividido de maneira hierarquizada. Como o texto será seccionado, ter-se-á origem a várias seções. Estas deverão ser evidenciadas com números arábicos. As seções principais deverão abrir uma nova página e serem apresentadas no anverso das folhas. Estas serão chamadas de seções primárias. Estas poderão se dividir em seções secundárias. Estas últimas, por sua vez, poderão ser racionadas em seções terciárias e assim sucessivamente. Contudo, a seção quinária não deve ser ultrapassada (ABNT NBR 6024, 2012).

Assim, a formatação para as seções deverão ser:

- Seção primária: título na margem esquerda, digitado na fonte e tamanho daqueles utilizados no texto, separado do texto que o sucede por um espaço entre as linhas de 1,5 cm, em caixa alta e em negrito. O número deve ser separado do título por espaço. Ex.: **1 SEÇÃO PRIMÁRIA;**
- Seção secundária: título na margem esquerda, digitado na fonte e tamanho daqueles utilizados no texto, em caixa alta. Os números devem ser separados um do outro por um ponto e das letras por espaço. Ex.: 1.1 SEÇÃO SECUNDÁRIA;
- Seção terciária: título na margem esquerda, digitado na fonte e tamanho daqueles utilizados no texto, em negrito. Os números devem ser separados uns dos outros por um ponto e das letras por espaço. Ex.: **1.1.1 Seção terciária;**
- Seção quaternária: título na margem esquerda, digitado na fonte e tamanho daqueles utilizados no texto, em itálico. Os números devem ser separados uns dos outros por um ponto e das letras por espaço. Ex.: *1.1.1.1 Seção quaternária;*
- Seção quinária: título na margem esquerda, digitado na fonte e tamanho daqueles utilizados no texto, sem recurso. Os números devem ser separados uns dos outros por um ponto e das letras por espaço. Ex.: 1.1.1.1.1 Seção quinária.

É importante esclarecer que, segundo a ABNT NBR 6024 (2012), os **elementos pré-textuais** (errata, agradecimento, lista de ilustrações, lista de tabelas, lista de abreviaturas e siglas, resumo, sumário) e **pós-textuais** (referências, apêndice e anexo) devem ser centralizados, não numerados e devem apresentar a mesma formatação dada às seções primárias.

Os títulos das seções (secundárias, terciárias, quaternárias e quinárias) devem ser separados do texto que os precede por espaçamento antes de 12 pontos e que os sucede por um espaço entre as linhas de 1,5 cm.

2.1.5 Equações e Fórmulas

De acordo com NBR 15287 (ABNT, 2005), as fórmulas e equações devem ser apresentadas destacadas do texto e numeradas com algarismos arábicos, entre parênteses, alinhados à direita, de forma sequencial. Exemplos:

$$x^2 + z = p \quad (1)$$

$$\frac{y^2}{3} - p = q \quad (2)$$

Vale mencionar que, caso estas sejam retiradas de alguma obra, a citação da autoria deve ser feita de acordo com a NBR 10520 (ABNT, 2002).

2.1.6 Tabelas, quadros e figuras

A tabela apresenta informações, tendo como destaque o dado numérico. A tabela deve ser citada no texto e a sua identificação é colocada na parte superior, precedida da palavra **Tabela**, seguida de seu número de ordem de ocorrência no texto, em algarismos arábicos, travessão e do respectivo título (ABNT NBR 14724, 2011). A tabela deve ser inserida o mais próximo possível do texto a que se refere e ajustada automaticamente à janela.

Se a tabela não couber em uma página, deve ser continuada na página seguinte, portanto, não deve ser delimitada por traço horizontal na parte inferior, sendo que o título e o cabeçalho deverão ser repetidos na(s) página(s) seguinte(s). Cada página deverá conter, na parte superior da tabela e entre parênteses, uma das seguintes indicações: **continua** para a primeira página; **conclusão** para a última e **continuação** para as demais (IBGE, 1993).

Como a tabela apresenta informações tratadas estatisticamente, utilizam-se fios horizontais e verticais para separar os títulos das colunas na parte superior e para fechá-las na parte inferior, evitando fios verticais e horizontais para separar as colunas e linhas, respectivamente. A fonte da tabela aparece na parte inferior da mesma, após a linha horizontal de fechamento (ver, por exemplo, Tabela 2).

Tabela 2- Avaliação de multicolinearidade

Variáveis	Tolerância	VIF
Nº funcionários	0,15	6,35
Nº alunos	0,37	2,69
Nº matrículas	0,46	2,15
Carga horária	0,42	2,35

Fonte: Magalhães (2007)

O quadro apresenta informações textuais. Sua identificação é colocada na parte superior, precedida da palavra **Quadro**, seguida de seu número de ordem de ocorrência no texto, em algarismos arábicos, travessão e do respectivo título (ABNT NBR 14724, 2011). O quadro deve ser inserido o mais próximo possível do texto a que se refere e ajustado automaticamente à janela.

Se o quadro não couber em uma página, deve ser continuado na página seguinte, portanto, não deve ser delimitado por traço horizontal na parte inferior, sendo que o título e o cabeçalho deverão ser repetidos na(s) página(s) seguinte(s). Cada página deverá conter, na parte superior do quadro e entre parênteses, uma das seguintes indicações: **continua** para a primeira página; **conclusão** para a última e **continuação** para as demais (IBGE, 1993). O Quadro 1 mostra o formato indicado para os quadros.

Quadro 1 - Características das diversas metodologias estudadas

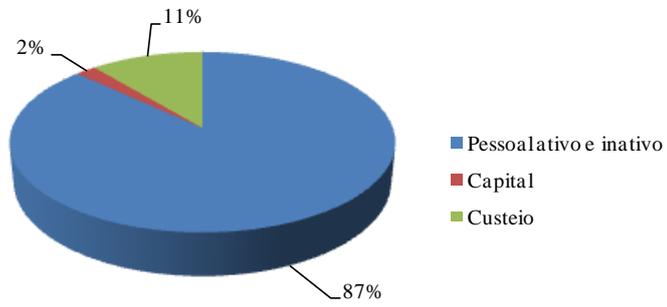
METODOLOGIAS	CARACTERÍSTICAS			
	Separa as atividades	N.º de alunos (denominador)	Tipo de regime	Outros aspectos
MEC	Sim	Aluno equivalente ou média dos alunos matriculados em cada semestre	Caixa	Considera despesas correntes e 100% das despesas executadas no Hospital Universitário (HU)
TCU	Não	Aluno equivalente	Caixa	Considera apenas despesas correntes e 35% das despesas executadas no HU

Fonte: Elaborado com base em SESU/MEC (1994); TCU (2002)

As figuras são tratadas como ilustrações. São consideradas como figuras, os gráficos, as fotografias, os mapas, os fluxogramas, os organogramas, os esquemas, as imagens, etc. As ilustrações apresentam identificação na parte superior, precedida da palavra Figura, seguida de seu número de ordem de ocorrência no texto, em algarismos arábicos, travessão e do respectivo título. Na parte inferior da ilustração deve constar a fonte consultada (ABNT NBR 14724, 2011). Assim como as tabelas, os quadros também devem ser ajustados à janela.

A Figura 1 apresenta o formato recomendado para figuras.

Figura 1 - Composição dos recursos orçamentários



Fonte: Dados da pesquisa

3 CUIDADOS COM A ESCRITA DO PROJETO E MONOGRAFIA

Tanto o Projeto quanto a Monografia devem ser redigidos com uma linguagem clara para públicos distintos, ou seja, público interno, comunidade acadêmica, e o público externo, ou leigo que tenha interesse pelo assunto. A linguagem deve apresentar as seguintes características:

- **Objetividade:** deve utilizar termos impessoais ao redigir o texto, evitando-se opiniões pessoais. Deverá sempre apresentar verbo em terceira pessoa, evitando-se referências como constatei, conclui, avaliei, acho. Utilize colocações como a presente pesquisa, verificou-se, constatou-se, concluiu-se.
- **Simplicidade:** deve estar presente em qualquer explicação ou afirmação de modo que o texto seja facilmente assimilado pelo leitor.
- **Coerência:** refere-se ao uso de nomes ou números, à grafia de palavras e ao emprego de termos. Deve estar atento para não afirmar o que negou anteriormente e vice-versa.
- **Ordem lógica:** a apresentação das ideias deve ser organizada dentro de uma sequência lógica.

A Lei nº 9.610 de 19 de fevereiro de 1998, garante ao autor os direitos morais e patrimoniais sobre a obra que criou. A referida Lei estabelece o que é permitido e proibido no que diz respeito a reprodução e quais as sanções civis a serem aplicadas aos infratores.

Outra legislação que protege o autor do texto é a Lei nº 10.695/2003. Em seu art. 184 dispõe que:

Art. 184. Violar direitos de autor e os que lhe são conexos:

Pena – detenção, de 3 (três) meses a 1 (um) ano, ou multa.

§ 1º Se a violação consistir em reprodução total ou parcial, com intuito de lucro direto ou indireto, por qualquer meio ou processo, de obra intelectual, interpretação, execução ou fonograma, sem autorização expressa do autor, do artista intérprete ou executante, do produtor, conforme o caso, ou de quem os represente.

Assim, textos com quaisquer indícios de direitos autorais violados (plágio), identificados em Projetos ou Monografias, serão automaticamente desconsiderados e reprovados.

4 NORMAS SOBRE CITAÇÕES

4.1 CITAÇÃO

A NBR 10520 define citação como a “menção de uma informação extraída de outra fonte” (ABNT, 2002, p.1). As citações são feitas pelo sobrenome do autor, da instituição responsável ou pelo título do trabalho. Quando estiverem incluídas na sentença devem ser em letras maiúsculas e minúsculas e, quando estiverem entre parênteses (no final do trecho), devem ser em letras maiúsculas, conforme ABNT NBR 10520.

4.1.1 Citação direta

Consiste na transcrição literal das palavras do autor, respeitando todas as características concernentes à redação, ortografia e pontuação. Deve especificar no texto, o sobrenome do autor/entidade, a data e a página da fonte consultada.

4.1.1.1 Citação direta curta

A citação de até três linhas deve está inserida no parágrafo, entre aspas duplas.

Exemplos:

Segundo Vergara (2005, p. 48), “a investigação documental é realizada em documentos conservados em órgãos públicos e privados de qualquer natureza.”

Atenção: Em “citação que apresenta ponto final no original encerrando a frase, as aspas finais são colocadas após o ponto final.” (UFVJM, 2015, p. 48).

Quando o nome do autor estiver entre parênteses, deve ser grafado em maiúsculo, conforme o exemplo:

O objeto de custo é “qualquer coisa para a qual se deseja uma mensuração de custos. Pode ser um produto, uma máquina, um serviço ou um processo” (HORNGREN; FOSTER; DATAR, 2000, p. 19).

Atenção: Em “citação sem o ponto final no original, inserir as aspas para delimitar o final da citação, seguidas do ponto final” (UFVJM, 2015, p. 48).

4.1.1.2 Citação direta longa

A citação direta com mais de três linhas, deve ser destacada em parágrafo recuado 4 cm da margem esquerda, sem aspas, com espaçamento simples e letra menor que a do texto (tamanho 10).

Exemplo:

Martins (2003, p. 305) afirma que:

Esse mesmo conceito é o aplicável a qualquer setor ou atividade de uma empresa. Pode-se dizer que a empresa tem Controle dos seus Custos e Despesas quando conhece os que estão sendo incorridos, verifica se estão dentro do que era esperado, analisa as divergências e toma medidas para correção de tais desvios.

Ou

Esse mesmo conceito é o aplicável a qualquer setor ou atividade de uma empresa. Pode-se dizer que a empresa tem Controle dos seus Custos e Despesas quando conhece os que estão sendo incorridos, verifica se estão dentro do que era esperado, analisa as divergências e toma medidas para correção de tais desvios. (MARTINS, 2003, p. 305).

ATENÇÃO: “O ponto final deve ser colocado após a citação (se houver no original) e após a autoria.” (UFVJM, 2015, p. 49).

4.1.2 Citação indireta

Consiste na transcrição não literal das palavras (frase completa ou trechos de frases) de um autor, ou seja, utiliza-se a ideia do autor consultado. Neste caso, deverá apresentar o sobrenome do autor/entidade e ano de publicação, sendo que o número da página é opcional.

Exemplo:

Um sistema de custos, adequado às particularidades das universidades federais, é fundamental, servindo como fonte de informações gerenciais (PETER *et al*, 2003).

4.1.3 Citação de citação

É a citação de um documento ao qual não se teve acesso direto. Somente deve ser usada na total impossibilidade de acesso ao documento original. A indicação é feita pelo nome do autor original, seguido da expressão (*apud*) **citado por** e do nome do autor da obra consultada. Somente o autor da obra é mencionado nas referências.

Exemplo:

De acordo com Gaetani e Schwartzman (1991 *apud* REINERT; REINERT, 2005, p. 13).

5 NORMAS SOBRE REFERÊNCIAS

5.1 REGRAS PARA APRESENTAÇÃO DAS REFERÊNCIAS

- As referências aparecem no final do texto em ordem alfabética dos sobrenomes dos autores/entidades citados;
- São apresentadas em espaço simples, separadas entre si por dois espaços simples, **alinhadas à esquerda**;
- Não se repete a mesma entrada (autor, entidade ou título), que é substituída por um travessão equivalente a 6 espaços;
- Quando se tratar de várias obras do(s) mesmo(s) autor(es), estas devem se apresentar em ordem decrescente de publicação, ou seja, da mais recente para a mais antiga;
- Indica(m)-se o(s) autor(es) pelo último sobrenome, em maiúsculo, seguido do(s) prenome(s) e outros sobrenomes;
- Os nomes dos autores devem ser separados por ponto e vírgula;
- Obras com mais de 3 autores, menciona-se apenas o primeiro seguido da expressão (*et al*);
- O título (livro, revista, etc) deverá estar em destaque (negrito);
- Quando se tratar de obras consultadas online, é essencial apresentar o endereço eletrônico, entre os sinais < >, precedido da expressão (Disponível em:) e a data de acesso ao documento, precedida da expressão (Acesso em:).

5.2 AUTORIA

5.2.1 Autor pessoal

a) Um autor

SOBRENOME DO AUTOR, Prenomes. **Título**: subtítulo. Edição. Local: Editora, ano de publicação.

Exemplo:

IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Contabilidade básica**.3. ed. São Paulo: Atlas, 1997.

b) Até três autores

Mencionar os autores na mesma ordem em que aparecem na publicação, separados por ponto e vírgula.

SOBRENOME DO AUTOR, Prenomes; SOBRENOME DO AUTOR, Prenomes. **Título:** subtítulo. Edição. Local: Editora, ano de publicação.

Exemplo:

GIAMBIAGI, Fabio; ALÉM, Ana Claudia. **Finanças públicas:** teoria e prática no Brasil. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000.

c) Mais de três autores

SOBRENOME DO AUTOR, Prenomes *et al.* **Título:** subtítulo. Edição. Local: Editora, ano de publicação.

Exemplo:

PISCITELLI, Roberto Bocaccio *et al.* **Contabilidade pública:** uma abordagem da administração financeira pública. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

Em caso de obra de responsabilidade de um editor (Ed.), compilador (Comp.), organizador (Org.) ou coordenador (Coord.), mencionar o nome seguido da abreviatura pertinente, entre parênteses.

Exemplo:

BEUREN, Ilse M. *et al* (Org.). **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade:** teoria e prática. São Paulo: Atlas, 2003.

5.2.2 Autor entidade

Quando a obra for de responsabilidade de entidade (órgãos governamentais, empresas, associações, congressos, seminários etc.) de modo geral, tem sua entrada pelo seu próprio nome, por extenso.

NOME DA ENTIDADE. **Título:** subtítulo. Local, ano de publicação.

Exemplos:

BRASIL. Ministério da Cultura. Conselho Nacional de Direito Autoral. **Legislação de normas.** 3. ed. rev. aum. Brasília, 1985.

UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI - UFVJM. **Catálogo de graduação.** Diamantina, 2008.

5.2.3 Autoria desconhecida

Quando tratar de autoria desconhecida, a entrada é realizada pelo título da obra, conforme exemplo:

TÍTULO (Somente a primeira palavra em caixa alta). Local: Editora, ano de publicação.

Exemplo:

DIAGNÓSTICO do setor editorial brasileiro. São Paulo: Câmara Brasileira do Livro, 1993.

5.3 MODELOS DE REFERÊNCIAS CONFORME A ABNT NBR 6023 (2002)

5.3.1 Monografias, teses e dissertações

SOBRENOME DO AUTOR, Prenomes. **Título:** subtítulo. Ano da defesa. Número de folhas. Natureza (Área de concentração) – Instituição de defesa, local, ano de publicação.

Exemplo:

GALDI, Fernando Caio. **Estratégias de investimento em ações baseadas na análise de demonstrações contábeis: é possível prever o sucesso?** 2008. 119 f. Tese (Doutorado em Ciências Contábeis) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

Sendo o documento consultado online, deverá acrescentar: Disponível em:<>. Acesso em:., conforme o exemplo:

CALIL, Vera Lucia Lelis Oliveira. **Estruturação de um sistema de integração orçamentária, financeira e de custos para as Universidades Estaduais do Paraná.** 2005. 201 f. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005. Disponível em: <www.ufsc.br>. Acesso em: 08 jun. 2006.

5.3.2 Livro

SOBRENOME DO AUTOR, Prenomes. **Título:** subtítulo. Edição. Local de publicação: Editora, ano de publicação.

Exemplo:

ASSAF NETO, Alexandre. **Mercado financeiro.** 8.ed. São Paulo: Atlas, 2008.

5.3.3 Parte de uma obra

SOBRENOME DO AUTOR, Prenomes. Título do trabalho. In: SOBRENOME DO AUTOR, Prenomes. **Título.** Edição. Local de publicação: Editora, ano. Página inicial-final da parte referenciada.

Exemplo:

LIMA, L. de O. Ativação dos processos didáticos na escola secundária. In: SILVA, P. A **escola secundária moderna: organização, métodos e processos**. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1976.p. 213-234.

5.3.4 Material de periódico

SOBRENOME DO AUTOR, Prenome. Título do artigo. **Título do periódico**, Local de publicação, volume, fascículo ou número, paginação inicial-final do artigo, mês e ano.

Exemplos:

COLAUTO, Romualdo D.; BEUREN, Ilse M. Um estudo sobre a influência de *accruals* na correlação entre o Lucro Contábil e a Variação de Capital Circulante Líquido de empresas. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 10, n. 2, p. 95-116, abr./jun. 2006.

WAKIM, V. R.; MAGALHÃES, E. A. de. Ética e moral na relação profissional dos contadores com seus empregados. **Revista Mineira de Contabilidade**, Belo Horizonte, v. 24, p. 37-41, 2006.

5.3.5 Material de jornal em meio eletrônico

SOBRENOME DO AUTOR, Prenomes. Título do artigo. **Título do Jornal**, local de publicação, data (dia, mês, ano). Disponível em:<>. Acesso em:

Exemplo:

FERNANDES, S. Petrobrás busca maneira de reinjetar CO2 do pré-sal. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 21 nov. 2009. Disponível em:
<<http://www1.folha.uol.com.br/folha/ambiente/ult10007u651549.shtml>>. Acesso em: 13 nov. 2009.

5.3.6 Legislações

LOCAL DE JURISDIÇÃO. Título, número da lei, data. Dados da publicação.

Exemplo:

BRASIL. Lei Complementar nº 4.320, de 17 de março de 1964. Estabelece normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, Estados, Municípios e do Distrito Federal. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 23 mar. 1964. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 20 maio 2009.

5.3.7 Trabalho publicado em anais de congresso e outros eventos

SOBRENOME DO AUTOR, Prenomes. Título do trabalho. In: NOME DO EVENTO, número, ano, local de realização. Título do documento (**Anais..., Resumos...**), local de publicação: editora, ano de publicação.

Exemplo:

SILVA, César Augusto Tibúrcio; MORGAN, Beatriz Fátima; COSTA, Patrícia de Souza. Apuração do custo de ensino por aluno: aplicação a uma Instituição Federal de Ensino

Superior. In: ENCONTRO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO, 31.,2007, Curitiba. **Anais...** Curitiba: ENANPAD, 2007. 1CD-ROM.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 15287**: informação e documentação – projeto de pesquisa – apresentação. Rio de Janeiro, 2011.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 10520**: informação e documentação – citações em documentos – apresentação. Rio de Janeiro, 2002.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6023**: informação e documentação – referências – elaboração. Rio de Janeiro, 2002.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 14724**: informação e documentação – trabalhos acadêmicos – apresentação. Rio de Janeiro, 2011.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6024**: informação e documentação – numeração progressiva das seções de um documento escrito – Apresentação. Rio de Janeiro, 2012.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6028**: informação e documentação – Resumo – Apresentação. Rio de Janeiro, 2003.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6027**: informação e documentação – Sumário – Apresentação. Rio de Janeiro, 2003.

BEUREN, Maria Ilse *et al* (Org.). **Como elaborar trabalhos monográficos em Contabilidade**: teoria e prática. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

BRASIL. Lei nº 10.695, de 1º de Julho de 2003. Altera e acresce parágrafo ao art. 184 e dá nova redação ao art. 186 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, alterado pelas Leis nºs 6.895, de 17 de dezembro de 1980, e 8.635, de 16 de março de 1993, revoga o art. 185 do Decreto-Lei nº 2.848, de 1940, e acrescenta dispositivos ao Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 2 jul. 2003. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2003/L10.695.htm>. Acesso em: 10 jul. 2010.

_____. Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998. Altera, atualiza e consolida a legislação sobre direitos autorais e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 20 fev. 1998. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9610.htm>. Acesso em: 10 jul. 2010.

CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino. **Metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2002.

DEMO, Pedro. **Metodologia científica em ciências sociais**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1985.

FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Centro de Documentação e Disseminação de Informações. **Normas de apresentação tabular**. 3. ed. Rio de Janeiro, 1993. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20-%20RJ/normastabular.pdf>>. Acesso em: 10 jan. 2011.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projeto de pesquisa**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1996.

HORNGREN, Charles T.; FOSTER, George; DATAR, Srikant. M. **Contabilidade de custos**. 9. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2000.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

_____. **Metodologia do trabalho científico**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

MARTINS, Eliseu. **Contabilidade de custos**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

REINERT, José Nilson; REINERT, Clio. Método ABC - Universidade para apuração de custos de ensino em Instituições Federais de Ensino Superior. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE CUSTOS, 9., 2005, Florianópolis/SC. **Anais...** Florianópolis, 2005, 1 CD-ROM.

UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI - UFVJM. **Manual de normalização**: monografias, dissertações e teses. Ieda Maria Silva, Rodrigo Martins Cruz, Luciana Angélica Silva Leal, organizadores. Diamantina: UFVJM, 2015.

UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI (UFVJM). **Resolução n. 22 - CONSEPE, de 16 de março de 2017**. Estabelece normas para o Trabalho de Conclusão de Curso da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri – UFVJM. Disponível em: <http://www.ufvjm.edu.br/formularios/cat_view/430-/479-/487-/506-.html?lang=pt_BR.utf8%2C+pt_BR.UT&start=80>. Acesso em: 16 jul. 2018.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 6. ed.
São Paulo: Atlas, 2005.



APÊNDICE A – TERMO DE ACEITE DE ORIENTAÇÃO DA MONOGRAFIA

Eu, _____, professor (a) desta Universidade, lotado (a) no Departamento de _____, aceito orientar o (a) discente _____, na elaboração da sua Monografia, intitulada _____

.

Fica esclarecido que o discente é responsável por escrever e entregar o Projeto, relatório parcial e a versão final em tempo hábil, conforme cronograma definido pela coordenação, e pela execução de suas tarefas.

Declaro ter pleno conhecimento dos deveres estabelecidos na Resolução que dispõe sobre o TCC.

Teófilo Otoni, _____ de _____ de _____

Professor(a) Orientador (a)



APÊNDICE B – COMUNICAÇÃO DA BANCA EXAMINADORA

Teófilo Otoni, ____ de _____ de _____

Prof.(a) _____
Coordenador (a) do Trabalho de Conclusão de Curso - UFVJM

Assunto: Indicação da Banca Examinadora

Prezado (a) Professor (a),

Venho comunicar-lhe a composição da banca examinadora da Monografia do (a) acadêmico (a) _____, do Curso de Ciências Contábeis da UFVJM, intitulada _____

Membro 1: _____, do Departamento ou Instituição _____ (Efetivo)

Membro 2: _____, do Departamento ou Instituição _____ (Efetivo)

Membro 3: _____, do Departamento ou Instituição _____ (Suplente)

Atenciosamente,

Orientador (a)



APÊNDICE C – ENTREGA DO PROJETO

Eu, _____, orientador(a) do(a) discente
_____, no projeto intitulado

declaro que autorizo a entrega do trabalho para a qualificação.

Teófilo Otoni, _____ de _____ de _____

Professor(a) Orientador(a)



APÊNDICE D – ENTREGA DA MONOGRAFIA

Eu, _____, orientador(a) do(a) discente
_____na monografia intitulada

declaro que autorizo a entrega do trabalho para apresentação.

Teófilo Otoni, _____ de _____ de _____

Professor(a) Orientador(a)



APÊNDICE E – ATA DE QUALIFICAÇÃO DO PROJETO

Ao(s) _____ dia(s) do mês de _____ de _____ teve início nas dependências da UFVJM a qualificação do Projeto, intitulado _____

,
do(a) discente _____ do Curso de Ciências Contábeis, sob a orientação do(a) professor(a) _____, como parte dos requisitos para a obtenção do grau de bacharel em Ciências Contábeis. A banca examinadora devidamente aprovada pelo Colegiado do Curso foi constituída pelos professores _____ e _____. A Banca atribuiu a média final _____, sendo considerado(a) () Aprovado(a) () Aprovado(a) com ressalva () Reprovado(a).

Observações:

Por ser verdade firmamos o presente.

Assinatura

Professor(a): _____ (Orientador(a))

Professor(a): _____ (Membro 1)

Professor(a): _____ (Membro 2)

Teófilo Otoni, _____ de _____ de _____.



APÊNDICE F – ATA DE AVALIAÇÃO DA MONOGRAFIA

Ao(s) _____ dia(s) do mês de _____ de _____ teve início nas dependências da UFVJM a Defesa Pública da Monografia, intitulada _____

,
do(a) discente _____ do Curso de Ciências Contábeis, sob a orientação do(a) professor (a) _____, como parte dos requisitos para a obtenção do grau de bacharel em Ciências Contábeis. A banca examinadora devidamente aprovada pelo Colegiado do Curso foi constituída pelos professores _____ e _____.

A Banca atribuiu a média final _____, sendo considerado(a) Aprovado(a) Aprovado(a) com ressalva Reprovado(a).

Observações:

Por ser verdade, firmamos o presente.

Assinatura

Professor(a): _____ (Orientador(a))

Professor(a): _____ (Membro 1)

Professor(a): _____ (Membro 2)

Teófilo Otoni, _____ de _____ de _____.

Aluno(a):

Orientador(a):

Título:

Professor(a) Avaliador(a):

1. PARTE ESCRITA: 60 PONTOS			
	ITENS A SEREM AVALIADOS	ESCALA	NOTA
01	Introdução (problema, objetivos, justificativa)	0 – 15	
02	Referencial teórico (coerência da bibliografia e encadeamento das ideias)	0 – 15	
03	Metodologia (adequação ao problema e clareza)	0 – 15	
04	Referências (atendimento as normas)	0 – 8	
05	Normas (estrutura geral do trabalho, ABNT, correção gramatical)	0 – 7	
TOTAL N1			

2. APRESENTAÇÃO: 30 PONTOS			
	ITENS A SEREM AVALIADOS	ESCALA	NOTA
01	Recursos utilizados na apresentação	0 – 3	
02	Clareza e objetividade na apresentação	0 – 3	
03	Postura (gestual, fala, vestuário e comportamento)	0 – 3	
04	Utilização racional do tempo	0 – 4	
05	Domínio do tema e uso correto das terminologias	0 – 7	
06	Introdução (problema, objetivos e justificativa)	0 – 3	
07	Referencial teórico	0 – 3	
08	Metodologia	0 – 4	
TOTAL N2			

3. ARGUIÇÃO: 10 PONTOS			
	ITEM A SER AVALIADO	ESCALA	NOTA
01	Qualidade e profundidade das respostas	0 – 10	
TOTAL N3			

Nota Final: (N1+N2+N3) = _____

Teófilo Otoni, ____ de _____ de ____

Professor(a) Avaliador(a)

Aluno(a):

Orientador(a):

Título:

Professor(a) Avaliador(a):

1. PARTE ESCRITA: 60 PONTOS			
	ITENS A SEREM AVALIADOS	ESCALA	NOTA
01	Introdução (problema, objetivos, justificativa)	0 – 7	
02	Referencial teórico (coerência da bibliografia e encadeamento das ideias)	0 – 10	
03	Metodologia (adequação ao problema e clareza)	0 – 8	
04	Resultados da pesquisa (interpretação e posicionamento crítico)	0 – 15	
05	Considerações Finais (clareza)	0 – 10	
06	Referências, anexos e apêndices (atendimento as normas)	0 – 5	
07	Normas (estrutura geral do trabalho, ABNT, correção gramatical)	0 – 5	
TOTAL N1			

2. APRESENTAÇÃO: 25 PONTOS			
	ITENS A SEREM AVALIADOS	ESCALA	NOTA
01	Recursos utilizados na apresentação	0 – 2	
02	Clareza e objetividade na apresentação	0 – 2	
03	Postura (gestual, fala, vestuário e comportamento)	0 – 2	
04	Utilização racional do tempo	0 – 2	
05	Domínio do tema e uso correto das terminologias	0 – 4	
06	Introdução (problema, objetivos e justificativa)	0 – 2	
07	Referencial teórico	0 – 1	
08	Metodologia	0 – 3	
09	Resultados da pesquisa	0 – 4	
10	Considerações finais e recomendações	0 – 3	
TOTAL N2			

3. ARGUIÇÃO: 15 PONTOS			
	ITEM A SER AVALIADO	ESCALA	NOTA
01	Qualidade e profundidade das respostas	0 – 15	
TOTAL N3			

Nota Final: (N1+N2+N3) = _____

Teófilo Otoni, ____ de _____ de _____

Professor(a) Avaliador(a)



**APÊNDICE I – OFÍCIO DE ENCAMINHAMENTO DA
MONOGRAFIA QUANTO AO CUMPRIMENTO DAS NORMAS**

Teófilo Otoni, ____ de _____ de 20__

Prof(a) _____
Coordenador(a) do Trabalho de Conclusão de Curso - UFVJM

Assunto: Entrega da monografia com as normas devidamente cumpridas

Prezado(a) Professor(a),

Declaro que a Monografia do(a) acadêmico(a) _____
_____ atendeu a todas as normas do Manual de TCC.

Atenciosamente,

Professor(a)
Disciplina Trabalho de Conclusão de Curso



ÂNDICE J – OFÍCIO DE ENCAMINHAMENTO DA MONOGRAFIA

Teófilo Otoni, ____ de _____ de 20____

Prof(a) _____
Coordenador(a) do Trabalho de Conclusão de Curso - UFVJM

Assunto: Entrega da monografia

Prezado(a) Professor(a),

Encaminho cópia digital da Monografia do(a) acadêmico(a) _____
_____, do Curso de Ciências Contábeis da Universidade
Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri.

Declaro que todas as alterações sugeridas pela Banca Examinadora foram adequadamente realizadas e que atendeu as normas do Manual de TCC.

Atenciosamente,

Professor(a)
Orientador(a) do TCC



APÊNDICE L –OFÍCIO DE ANUÊNCIA

Teófilo Otoni, ____ de _____ de 20____

Prof(a) _____
Coordenador(a) do Trabalho de Conclusão de Curso - UFVJM

Assunto: Comunicação de Dilação de Prazo

Prezado(a) Professor(a),

Eu, Professor(a) Orientador(a) _____, do(a) acadêmico(a) _____ comunico que estou de acordo com a prorrogação do prazo de elaboração do () Projeto () Monografia, por mais um semestre letivo.

Atenciosamente,

Professor(a) Orientador(a)



ANEXO M –AUTORIZAÇÃO

Autorizo a reprodução e/ou divulgação total ou parcial do presente trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, desde que citada a fonte.

Nome do autor

e-mail

Nome da Instituição

Endereço institucional

UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI

(caixa alta, negrito, centralizado, espaçamento entre linhas de 1,5 cm)

Curso de Ciências Contábeis

(caixa baixa, negrito, centralizado, espaçamento entre linhas de 1,5 cm)

Autor

(caixa baixa, negrito, centralizado, 10 espaços de 1,5 cm)

TÍTULO DO PROJETO OU MONOGRAFIA: subtítulo (SE HOVER)

(caixa alta, negrito, centralizado, 11 espaços de 1,5 cm): (caixa baixa, negrito, centralizado)

Teófilo Otoni – MG
Ano

Capa - Modelo I

Autor

(caixa baixa, negrito, centralizado, 13 espaços de 1,5 cm)

TÍTULO DO PROJETO OU MONOGRAFIA: subtítulo (SE HOVER)

(caixa alta, negrito, centralizado, 04 espaços de 1,5 cm): (caixa baixa, negrito, centralizado)

Monografia apresentada ao Curso de Graduação em Ciências Contábeis, da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis.

(espaçamento simples, recuo 7 cm, à esquerda justificado).

(01 espaço de 1,5 cm)

Orientador(a): (espaçamento simples, recuo de 7cm à esquerda)

Folha de Rosto - Modelo II

Ano

Autor

(caixa baixa, negrito, centralizado, espaçamento entre linhas de 1,5 cm)

TÍTULO DO PROJETO OU MONOGRAFIA: subtítulo (SE HOVER)

(caixa alta, negrito, centralizado, 02 espaços de 1,5 cm): (caixa baixa, negrito, centralizado)

Monografia apresentada ao Curso de Graduação em Ciências Contábeis, da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis.

(espaçamento simples, recuo 7 cm, à esquerda justificado).

(02 espaços de 1,5 cm)

Orientador(a): (espaçamento simples, recuo de 7 cm à esquerda)

(02 espaços de 1,5 cm)

Data da aprovação: ____/____/____.

(espaçamento simples, recuo de 7 cm à esquerda)

(04 espaços de 1,5 cm)

Professor(a)

Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas e Exatas - UFVJM

(02 espaços de 1,5 cm)

Professor(a)

Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas e Exatas - UFVJM

(02 espaços de 1,5 cm)

Professor(a) Orientador(a)

Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas e Exatas - UFVJM

Teófilo Otoni – MG

Folha de Aprovação – Modelo III

RESUMO

Texto: Espaçamento simples, com no mínimo 150 palavras e no máximo 500, sem parágrafos.

Palavras-Chave: Ensino superior. Custo por aluno. Instituições Federais de Ensino Superior.

Resumo – Modelo IV

APÊNDICE C - MANUAL DE ATIVIDADES COMPLEMENTARES

1 ATIVIDADES COMPLEMENTARES

O Projeto Político Pedagógico do Curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM) contempla, conforme exigido pela Resolução 10 do Conselho Nacional de Educação (BRASIL, 2004), conteúdos de formação teórico-prática, destacando-se dentre eles as Atividades Complementares.

O Conselho citado acima define Atividades Complementares como:

(...) componentes curriculares que possibilitam o reconhecimento, por avaliação, de habilidades, conhecimentos e competências do aluno, inclusive adquiridas fora do ambiente escolar, abrangendo a prática de estudos e atividades independentes, transversais, opcionais, de interdisciplinaridade, especialmente nas relações com o mundo do trabalho e com as ações de extensão junto à comunidade (BRASIL, 2004, p. 3).

Portanto, a realização das Atividades Complementares é requisito curricular obrigatório para obtenção do grau acadêmico no curso de Ciências Contábeis da UFVJM.

Para regulamentar as Atividades Complementares no âmbito da UFVJM, o artigo 10º da Resolução nº. 05 do Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE) atribuiu aos Colegiados de Curso o estabelecimento de normas específicas, em adição às previstas na referida Resolução (UFVJM, 2010).

Desse modo, o Manual de Atividades Complementares do Curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri tem como objetivo estabelecer normas e procedimentos bem como dirimir dúvidas sobre as Atividades Complementares do curso.

1.2 ATIVIDADES COMPLEMENTARES DO CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

A carga horária total das Atividades Complementares do Curso de Ciências Contábeis deverá totalizar 105 horas, e deverá ser integralizada durante o período compreendido entre a matrícula vigente no curso de Ciências Contábeis e o período letivo em que o discente tiver previsão de sua colação de grau.

1.2.1 Período e local de protocolo das documentações

Durante todo o semestre letivo a Coordenação de Atividades Complementares receberá a solicitação para integralização das Atividades Complementares.

Contudo, o discente com previsão de colação de grau deverá apresentar seu requerimento de cumprimento das Atividades Complementares **NO PRAZO MÍNIMO DE 45**

(QUARENTA E CINCO) DIAS ANTES DO TÉRMINO DO PERÍODO LETIVO, conforme calendário acadêmico da UFVJM.

Toda documentação referente ao processo de solicitação de integralização das Atividades Complementares poderá ser entregue diretamente ao professor coordenador da Atividade Complementar.

Outra forma para protocolar a documentação é colocá-lo em envelope lacrado endereçado “Aos Cuidados do(a) Prof(a). _____ - Coordenador(a) da Atividade Complementar do Curso de Ciências Contábeis” e depositá-lo com o Técnico Administrativo no Departamento de Ciências Contábeis. A Coordenação de Atividades Complementares não receberá nenhum documento por intermédio de terceiros, bem como não se responsabilizará pelo extravio daqueles que não tenham sido diretamente protocolizados com ou para a Coordenação de Atividades Complementares, conforme descrito acima.

1.2.2 Documentação necessária

Para a integralização das atividades complementares o discente deverá protocolar junto à Coordenação de Atividades Complementares:

- a) Requerimento de registro das atividades para integralização das horas de atividades complementares, modelo no Apêndice A; e
- b) Cópia dos documentos oficiais emitidos pelo órgão/entidade promotora da atividade com detalhamento e carga horária.

Para os certificados em que o discente preencher seu próprio nome, deverão ser protocolados na Coordenação de Atividades Complementares a cópia autenticada do referido certificado. Para a autenticação o discente deverá apresentar a cópia e o documento original à Coordenação de Atividades Complementares ou ao técnico administrativo do Departamento de Ciências Contábeis e solicitar a autenticação.

1.2.3 Atividades Complementares: equivalência e limites.

Cabe ao discente requerer à Coordenação de Atividades Complementares, em formulário próprio, o registro das atividades para integralização como AC, obedecendo ao estabelecido neste manual.

Conforme determina a Resolução nº 5 do CONSEPE (UFVJM, 2010) a participação em eventos sem a declaração de carga horária no certificado do evento, será considerada para cada dia de participação, 1 hora de AC.

Ainda, de acordo com a mesma resolução em seu Art. 3º, serão consideradas atividades desportivas e culturas:

§ 1º Entende-se por atividades desportivas as atividades físicas como dança, ginástica, lutas e esportes realizados sob orientação profissional e desenvolvidos em escolas, clubes, academias ou espaços culturais.

§ 2º Entende-se por atividades culturais, participação em recitais, espetáculos (teatro, coral, dança, ópera, circo, mostras de cinema), festivais, mostras ou outros formatos de eventos culturais (relacionados ao folclore, artesanato, artes plásticas, artes gráficas, fotografias e patrimônio).

Os critérios de avaliação das atividades dos estudantes sem bolsa serão os mesmos daqueles atendidos com bolsa

O Colegiado do Curso de Ciências Contábeis da FACSAB/UFVJM, no uso de suas atribuições regimentais e de acordo com a Resolução nº 05 do CONSEPE (UFVJM, 2010), define a equivalência em horas, os limites e os documentos necessários para integralização das Atividades Complementares.

ATIVIDADES	COMPROVANTE	EQUIVALÊNCIA	CARGA HORÁRIA MÁXIMA
ATIVIDADES DE ENSINO			
Bolsista de Iniciação à Docência/Monitoria	Declaração emitida pela UFVJM	4h de atividades equivale a 1h de AC*	60
Disciplinas cursadas em outras instituições de ensino na área contábil não existente no Projeto Político Pedagógico do Curso da UFVJM	Planos de ensino autenticados pela Coordenação do Curso e histórico escolar	4h de atividades equivale a 1h de AC	30
Disciplinas da área de Ciências Contábeis cursadas com carga horária excedente em outra instituição	Planos de ensino autenticados pela Coordenação do Curso e histórico escolar	4h de atividades equivale a 1h de AC	10
Estágio Curricular Supervisionado Não Obrigatório	Declaração emitida pelo Coordenador de Estágio	4h de atividades equivale a 1h de AC*	40
Participação em grupos de estudos registrados na CDG/CNPq/UFVJM	Declaração emitida pelo coordenador do grupo de pesquisa	10h de atividades equivale a 1h de AC	40
Programa de Educação Tutorial-PET	Declaração emitida pelo tutor do PET	4h de atividades equivale a 1h de AC*	40
ATIVIDADES DE PESQUISA			
Bolsista de Integração do Programa de Assistência Estudantil	Declaração emitida pela UFVJM	4h de atividades equivale a 1h de AC	40
Bolsista de Iniciação Científica com registro na PRPPG	Certificação de participação no Projeto de Iniciação Científica	4h de atividades equivale a 1h AC*	60

ATIVIDADES	COMPROVANTE	EQUIVALÊNCIA	CARGA HORÁRIA MÁXIMA
Participação em Projeto de Pesquisa com registro na PRPPG	Certificação de participação como colaborador	4h de atividades equivale a 1h de AC	40

ATIVIDADES	COMPROVANTE	EQUIVALÊNCIA	CARGA HORÁRIA MÁXIMA
ATIVIDADES DE EXTENSÃO			
Bolsista em Projeto de Extensão com registro na PROEXC	Certificação de participação no Projeto de extensão	4h de atividades equivale a 1h de AC*	60
Participação em Projeto de Extensão com registro na PROEXC	Certificação de participação como colaborador	4h de atividade equivale a 1h de AC	40
ATIVIDADES POLÍTICO-ADMINISTRATIVA			
Bolsista Atividade	Declaração emitida pela UFVJM	4h de atividades equivale a 1h de AC*	40
Participação em entidades de representação estudantil	Declaração emitida pela UFVJM	Cada ano equivale a 10h de AC*	20
Participação em órgãos colegiados	Declaração emitida pela UFVJM	Cada dois anos equivale a 15h de AC*	30
Participações em comissões com portaria	Cópia da portaria	5h para cada comissão*	20
PARTICIPAÇÕES EM EVENTOS			
Eventos oficiais de natureza acadêmico-científico- tecnológicas.	Certificado de participação com carga horária	4h de atividades equivale a 1h de AC*	60
Organização de eventos acadêmicos	Certificado de participação com carga horária	2h de atividades equivale a 1h de AC	30
CURSOS			
Cursos de idiomas on-line	Certificado emitido pelo órgão/instituição proponente	16h de atividades equivale a 1h de AC	30
Cursos de idiomas presenciais	Certificado emitido pelo órgão/instituição proponente	8h de atividades equivale a 1h de AC	60
Cursos de informática avançados	Certificado emitido pelo órgão/instituição proponente	20h de atividades equivale a 1h de AC	10
Cursos de qualificação profissional de curta duração em áreas diversas.	Certificado emitido pelo órgão/instituição proponente	8h de atividades equivale a 1h de AC	20
Cursos de qualificação profissional de curta duração na área contábil (Administração, Economia e Direito).	Certificado emitido pelo órgão/instituição proponente	4h de atividades equivale a 1h de AC	30

ATIVIDADES	COMPROVANTE	EQUIVALÊNCIA	CARGA HORÁRIA MÁXIMA
PUBLICAÇÕES			
Apresentação de trabalho de natureza acadêmico-científico-tecnológica em eventos nacionais	Certificado de apresentação	Cada artigo apresentado equivale a 40h de AC	-
Apresentação de trabalho de natureza acadêmico-científico-tecnológica em eventos regionais e locais	Certificado de apresentação	Cada artigo apresentado equivale a 30h de AC	-
Publicação de artigo completo em periódicos ou eventos nacionais/Internacionais	Cópia do periódico ou dos anais	Cada artigo publicado equivale a 60h de AC	-
Publicação de resumo em periódicos ou eventos nacionais/Internacionais	Cópia do periódico ou dos anais	Cada artigo publicado equivale a 30h de AC	-
Publicação de artigo completo em periódicos ou eventos regionais ou locais	Cópia do periódico ou dos anais	Cada artigo publicado equivale a 45h de AC	-
Publicação de resumo em periódicos ou eventos regionais ou locais	Cópia do periódico ou dos anais	Cada artigo publicado equivale a 25h de AC	-
ATIVIDADES DE INTERESSE COLETIVO OU RESPONSABILIDADE SOCIAL			
Organização de eventos externos à UFVJM	Declaração da instituição organizadora, certificando o período, atividade desempenhada e carga horária.	4h de atividades equivale a 1h de AC	20
Participação efetiva em comitês, comissões e demais representações que promovam e fortaleçam a cidadania e gestão social dos acadêmicos.	Declaração certificando o período, atividade desempenhada e carga horária.	8h de atividades equivale a 1h de AC	30
Trabalho voluntário em instituição devidamente reconhecida, relacionado (com exclusividade) ao seu curso de Graduação.	Declaração da instituição, certificando o período, atividade desempenhada e carga horária.	8h de atividades equivale a 1h de AC	30
OUTRAS ATIVIDADES			
Atividades culturais	Declaração emitida pelo órgão/entidade promotora	12h de atividades equivale a 1h de AC*	5
Atividades desportivas	Declaração emitida pelo órgão/entidade promotora	12h de atividades equivale a 1h de AC*	5
Visitas técnicas organizadas pelos professores, Coordenação e Departamento do curso de Ciências Contábeis	Declaração emitida pelo Departamento de Ciências Contábeis	4h de atividades equivale a 1h de AC	40

Visitas técnicas relacionadas às disciplinas do curso	Declaração emitida pelo Departamento responsável	4h de atividades equivale a 1h de AC	30
---	--	--------------------------------------	----

* Equivalência estabelecida pelo CONSEPE.

2 INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Somente serão aceitas como atividades de formação complementar, as horas de estágio curricular supervisionado não obrigatório, obedecidos os limites estipulados pelo Colegiado do Curso de Ciências Contábeis, condicionado à entrega da cópia da declaração emitida pela Coordenação de Estágio do curso de Ciências Contábeis de que foram cumpridas todas as etapas de atividades do estágio não obrigatório e contendo a carga horária.

Ressalta-se o fato que as horas de estágio prestadas na disciplina de Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório não serão computadas como horas de atividade de formação complementar, considerando que estas horas serão utilizadas para cumprimento de carga horária curricular obrigatória.

Ressalta-se, ainda, que as atividades profissionais realizadas na área de Ciências Contábeis não serão contabilizadas como Atividades Complementares.

Disciplinas ofertadas pelo curso de Ciências Contábeis ou quaisquer outras disciplinas cursadas na UFVJM não serão consideradas para fins de integralização de Atividades Complementares.

Todos os discentes matriculados a partir do 2º semestre de 2010 enquadram-se no que dispõe este Manual.

Os casos omissos nesse Manual e na Resolução nº 05/2010 do CONSEPE serão resolvidos pelo Colegiado do Curso de Ciências Contábeis da UFVJM.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. **Resolução CNE/CES 10, de 16 de dezembro de 2004**. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Ciências Contábeis, bacharelado, e dá outras providências. Brasília, 2004. Diário Oficial da União de 28 de dez. 2004. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rces10_04.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2013.

UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI (UFVJM). **Resolução nº. 05 do CONSEPE, de 23 de abril de 2010**. Estabelece a equivalência em horas das Atividades Complementares-AC e das Atividades Acadêmico-Científico-Culturais-AACC, conforme previsto no Regulamento dos Cursos de Graduação da UFMJM. Diamantina, 2010. Disponível em: <<http://prograd.ufvjm.edu.br/atividades-complementares.html>>. Acesso em: 20 jul. 2013.

APÊNDICE A



Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas e Exatas
Curso de Ciências Contábeis



SOLICITAÇÃO DE INTEGRALIZAÇÃO DE ATIVIDADES COMPLEMENTARES

DISCENTE: _____

MATRÍCULA: _____

Teófilo Otoni, _____ de _____ de _____.

Discente

ATENÇÃO:

A integralização das Atividades Complementares deverá ser solicitada à Coordenação de Atividades Complementares do curso de Ciências Contábeis e concedida por meio da avaliação de toda documentação encaminhada pelo discente, conforme Manual de Atividade Complementar do Curso e Resolução nº 05/2010 do CONSEPE. Além deste formulário preenchido, a solicitação deverá conter cópia da documentação comprobatória.

**ACORDO DE OFERTA DE DISCIPLINAS ENTRE OS CURSOS DE
ADMINISTRAÇÃO, MATEMÁTICA E CIÊNCIAS CONTÁBEIS**



Teófilo Otoni, 10 janeiro de 2019

Ref: Acordo de colaboração entre os Curso de Administração, Matemática e Ciências Contábeis sobre as responsabilidades de oferta de disciplinas

Este documento tem como objetivo estabelecer os acordos entre os cursos de Administração, Matemática e Ciências Contábeis para a oferta de disciplinas comuns entre os mesmos de forma a abordar temas correlacionados e essenciais à formação do estudante do Curso de Ciências Contábeis.

Entendemos que as parcerias realizadas até a presente data entre os cursos supracitados foram de extrema relevância na formação de nossos alunos. No entanto, a atual configuração do PPC foi construída em um momento em que não existia na Instituição um quadro completo de professores no Curso de Ciências Contábeis, logo optou-se em alcançar disciplinas correlatas de forma a aproveitar os docentes aqui lotados.

No entanto, devido ao preenchimento do quadro de vagas de professor do curso de Ciências Contábeis e pautado na necessidade de revisão do PPC, foi possível direcionar a nova unidade curricular para um perfil mais específico à profissão contábil, mas sem deixar de lado, alguns conteúdos correlatos tão importantes na formação dos bacharéis em Ciências Contábeis.

Desta forma, diante destes argumentos o Curso de Administração ofertará as disciplinas de **Teoria da Administração** (60 horas) e **Sistema de Informação** (60 horas). Como contrapartida para estas disciplinas o curso de Ciências Contábeis ofertará ao curso de Administração os conteúdos de **Contabilidade de Custos** (60 horas) e **Contabilidade Básica** (60 horas).

Por sua vez com relação ao Departamento de Matemática, uma ressalva deve ser feita. O curso de Ciências Contábeis em seu início, dada as distribuições de vagas de docentes entre os cursos da FACSAE, cedeu 2 vagas de docentes para o referido Departamento para que o mesmo ofertasse as disciplinas de Matemática e Estatística.



Dado este cenário, o Departamento de Matemática ficará responsável pela oferta das disciplinas de **Matemática I** (60 horas), **Matemática II** (60 horas), **Estatística** (60 horas) e **Matemática Financeira** (60 horas).

Este documento poderá ser revisto periodicamente pelos NDE's dos cursos de forma a encontrarem uma melhor combinação de oferta de disciplinas.

Por estarem concordarem, assinam em conjunto os respectivos coordenadores de curso.

Prof. Dr. Vasconcelos Reis Wakim
Coordenador do Curso de Ciências Contábeis

Prof. Dr. Agnaldo Keiti Higuchi
Coordenador do Curso de Administração

Prof. Msc. Lais Couy
Coordenadora do Curso de Matemática

Vice Coordenação do
Curso de Matemática
UFVJM / FACSAB
Campus do Mucuri

Subchefe do Departamento
de Ciências Exatas
UFVJM / FACSAB
Campus Mucuri